

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO / PUC - SP

ANDREIA CONCEIÇÃO SIQUEIRA

SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA SEXUAL:
REFLEXÕES A PARTIR DO TRABALHO DA REDE DE ATENÇÃO
A VIOLÊNCIA SEXUAL DE DIADEMA

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO / PUC - SP

ANDREIA CONCEIÇÃO SIQUEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA SEXUAL:
REFLEXÕES A PARTIR DO TRABALHO DA REDE DE ATENÇÃO A
VIOLENCIA SEXUAL DE DIADEMA**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação da Profa Dra Maria Lúcia Silva Barroco.

SÃO PAULO

2009

BANCA EXAMINADORA

“Nós vos pedimos com insistência:
Não digam nunca: isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão
Em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de Lei
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: isso é natural!
Para que nada passe a ser imutável.”

Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e pela fé.

À minha família, pelo amor e compreensão.

À Profa Dra Maria Lúcia Silva Barroco, orientadora desta pesquisa, pela paciência, confiança e sabedoria.

À todas (os) as (os) docentes do Programa de estudo Pós graduados em Serviço Social, pelo aprendizado teórico e prático.

Às (os) amigas (os) e colegas da PUC, pelo apoio e troca de experiências.

Às (aos) grandes e eternos amigos, pela torcida e paciência.

Às (aos) profissionais da RAVIS pela dedicação e pelo compromisso.

Às Assistentes Sociais sujeitos da pesquisa, por dividirem seus saberes e experiências conosco.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

À todas (os) que contribuíram, direta e indiretamente para a construção deste trabalho.

OBRIGADA POR FAZEREM PARTE DA MINHA HISTÓRIA.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo refletir sobre a ação profissional do/a Assistente Social frente às situações de violência sexual e como objeto a Rede de Atenção à Violência Sexual (RAVIS) do Município de Diadema. Metodologicamente optamos pela realização de entrevistas semi-estruturadas com profissionais do Serviço Social que trabalham em instituições públicas e privadas da cidade e fazem parte da rede. Também buscamos estudar a validade da proposta de trabalho em rede como um dos instrumentos de intervenção dos (as) Assistentes Sociais frente às situações de violência sexual e divulgar a experiência da RAVIS neste campo. Organizamos a dissertação em quatro capítulos, o primeiro trata da conceituação da violência e da violência sexual; o segundo aborda aspectos da história do Serviço Social e da presença da violência neste processo; no terceiro capítulo fizemos um histórico do Município de Diadema, conceituamos o trabalho em rede e apresentamos o histórico da RAVIS; e, por último, além de apresentarmos o percurso metodológico da pesquisa, procedemos a análise das entrevistas realizadas, com as quais percebemos que o trabalho em rede tem qualificado a ação profissional dos (as) Assistentes Sociais e exercido um papel articulador e organizador das ações de diversas áreas e categorias profissionais que atuam no enfrentamento da violência sexual em Diadema. O trabalho da rede nos parece essencial para o enfrentamento dessa expressão da violência que é extremamente densa e multifacetada, o que não elimina a necessidade de ampliação e qualificação das ações que vêm sendo realizadas pela RAVIS e para as quais o Serviço Social tem grandes contribuições a fazer.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, Violência Sexual e rede.

ABSTRACT

The objective of this paper is reflecting on the social worker professional deed action front to sexual violence situations, and as an object, RAVIS (a sexual violence attention chain) from Diadema municipality. Methodologically, we chose to do semi-structured interviews with professionals from the Social Service who works at public and private institutions in that city and chain. Either we try to study the validity of the chain work proposal as one of the instruments of social workers intervention face to the sexual violence situations and publish RAVIS experience in this field. We organized the paper in four chapters. The first one sorts the concept of violence and sexual violence out. The second deals with the aspects of the social service history and the violence presence in this process. On the third chapter we did a Diadema municipality record. We conceptualized the chain work and we presented RAVIS record, and finally, we presented the research methodology way, besides, we showed the analysis of the done interviews with which we could realize the chain work has qualified the social worker professional deed and that has exerted an articulator and organizer function to the deeds from several professional areas and groups who works with fighting against the sexual violence in Diadema. The chain work seems us essential for the confrontation of that violence expression that is extremely dense and multifaceted, what doesn't eliminate the necessity of expansion and qualification from the actions that being carried out by RAVIS and for whom the social service has great contribution to be made.

Words: Social Service, Sexual Violence and Chain.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Parte da região Metropolitana de São Paulo que engloba as cidades de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul.
ABCD	Parte da região Metropolitana de São Paulo que engloba as cidades de São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul e Diadema.
CEDEST	Centro de Estudos de Desigualdades Sócio-Territoriais.
CF	Constituição da República Federativa do Brasil.
CONVIVA	Núcleo de Promoção à Saúde e Prevenção de Violências de Diadema.
CR	Centro de Referência em DST /Aids (antigo CRT).
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância.
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
CRJ	Centro de Referência da Juventude.
CRT	Centro de Referência em DST Aids.
CT	Conselho Tutelar
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher.
DP	Delegacia de Polícia.
DST	Doença Sexualmente Transmissível.
ECA	Estatuto da criança e do Adolescente.
EMEIS	Escolas Municipais de Educação infantil.
FHDSS	Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP – Campus de Franca.
FUNDAÇÃO	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
SEADE	
GCM	Guarda Civil Metropolitana.
HI	Hospital Infantil.
HMD - HPD	Hospital Municipal de Diadema.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IEE	Instituto de Estudos Especiais da PUC S.P.

IML	Instituto Médico Legal.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social.
NT	Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes.
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PAVAS	Programa de Atenção à Violência Sexual da Faculdade de Saúde Pública da USP.
PMD	Prefeitura Municipal de Diadema.
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
RAVIS	Rede de Atenção à Violência Sexual.
RECAD	Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Diadema.
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Diadema.
SDS	Secretaria de Defesa Social de Diadema.
SSP/SP	Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social.
SUS	Sistema Único de Saúde.
UBS	Unidade Básica de Saúde.
UNESP	Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho.
USC	Unidade de Saúde em Casa.
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	11
CAPITULO 1 - APROXIMAÇÕES À TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA.	16
1.1 - Conceituando a violência.	18
1.2 - Violência sexual no Brasil.	28
CAPITULO 2 - SERVIÇO SOCIAL E VIOLENCIA SEXUAL.	45
2.1 - Breve contextualização da profissão no Brasil.	46
2.2 - Violência sexual e cotidiano profissional.	56
CAPÍTULO 3 - A EXPERIENCIA DA REDE DE ATENÇÃO Á VIOLENCIA SEXUAL (RAVIS) DO MUNICÍPIO DE DIADEMA.	65
3.1 - Breve histórico do Município.	66
3.2 - RAVIS - origem e desenvolvimento.	79
3.2.1 - Conceito e abordagem de redes.	79
3.2.2 - O trabalho da RAVIS no Município de Diadema.	84
CAPITULO 4 - A AÇÃO EM REDE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL.	101
4.1 - Violência sexual e trabalho profissional.	106
4.2 - Violência sexual e ética profissional.	126
4.3 - A influência da rede no cotidiano profissional.	131
4. 4 - O olhar das profissionais sobre a organização, os avanços e desafios da RAVIS.	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	151
ANEXOS.	165

INTRODUÇÃO

A violência, enquanto expressão da questão social na contemporaneidade reflete a complexidade e contradição inerente a relação entre capital x trabalho, que se desdobra nos mais intensos processos de desigualdade social, econômica, e cultural, onde milhares de pessoas são descartadas, ignoradas e perdem seus direitos, sua dignidade e sua humanidade.

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, questões como gênero, raça, etnia, idade, opção sexual, nacionalidade, etc, que expressam a riqueza e a diversidade social, são usadas para oprimir, subjugar e “motivar” as mais diversas formas de violência.

Nesta dissertação queremos ampliar o debate sobre uma dessas expressões da violência sem, contudo, desconecta-la da estrutura da sociedade que a sustenta e instrumentaliza sua reprodução. Nosso foco aqui será a violência sexual, uma problemática multicausal e multifacetada presente em todas as classes sociais e em todos lugares do mundo.

Além de complexa a violência sexual tem inúmeras interfaces. Sob este termo costuma-se incluir o estupro, o assédio sexual, o abuso sexual de crianças e adolescentes, a violência conjugal, a exploração sexual, a pornografia infantil, a pedofilia, a prostituição, o incesto, o turismo sexual e diversas outras condutas desrespeitosas como a exposição obrigatória à material pornográfico, o exibicionismo, a masturbação forçada, o impedimento ou a negação do uso de métodos contraceptivos, a linguagem erotizada, o voyerismo, fazer ou receber carícias indesejadas, entre outras.

Cada uma dessas situações se reveste de especificidades e requer enfrentamentos também específicos. Algumas estão presentes nas relações familiares; outras transformam as pessoas, literalmente, em mercadorias negociáveis no mercado nacional e internacional, movimentam fortunas e envolvem do narcotráfico aos órgãos governamentais. Todas, em suas dimensões simbólica, material, estrutural e interpessoal, têm em comum a coisificação do outro, o abuso do poder, a assimetria das relações de gênero e todas são graves violações dos direitos humanos.

A qualificação da atuação profissional no atendimento às pessoas que vivenciam situações de violência sexual constitui o objetivo central desta pesquisa, cujo objeto é a

Rede de Atenção à Violência Sexual (RAVIS) de Diadema, município de grande porte localizado na Região Metropolitana de São Paulo.

Minha inserção profissional na RAVIS deu-se em 2005, logo que comecei a trabalhar junto à Secretaria de Saúde do Município, como Assistente Social, na UBS/PA (Unidade Básica de Saúde / Pronto Atendimento) Eldorado. Equipamento no qual, passei a compor a equipe de Saúde Mental, junto a duas profissionais da Psicologia e uma da Fonoaudiologia e que hoje com a inserção da Estratégia de Saúde da Família na UBS componho o Núcleo de Apoio ao Programa Saúde da Família (NASF) que além da equipe de Saúde Mental, tem duas médicas pediatras e um médico ginecologista e também é referência para outra unidade de saúde (UBS Vila Paulina) da região.

Recordo que diante da vasta demanda e atividades que me foi parcialmente apresentada pela Assistente Social que atuava na UBS, a participação nas reuniões da RAVIS foi a que mais me atraiu e que esta foi fundamental para a minha inserção/adaptação à dinâmica do município; bem como para o conhecimento/acesso a outros serviços (públicos e/ou privados) e profissionais do Serviço Social e de outras categorias que formavam a rede; pois além da minha identificação anterior com a temática de trabalho do grupo, fui muito bem acolhida pelos seus membros.

Ressalte-se que a temática da violência sexual, já me despertava interesse desde a graduação¹ foi objeto de estudo e pesquisa em diversos momentos da minha formação acadêmica e aparecia com destaque na minha monografia de conclusão do curso que tratava das manifestações da violência na instituição familiar.

Além disso, a violência sexual sempre foi uma demanda recorrente na minha ação profissional, desde a época em que atuava como estagiária de Serviço Social e durante alguns meses também fui uma vítima indireta dessa violência.²

¹ Concluída em 2004 pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – Julio de Mesquita Filho – Campus de Franca.

² Refiro-me aqui à ameaça constante de estupro que eu e as estudantes universitárias da UNESP e de outras universidades de Franca sofreu entre os anos de 2001 e 2005. Período de ação do chamado “Maníaco da UNESP” que após violentar cerca de 19 jovens ao longo desses anos foi preso e condenado e para nossa total perplexidade o autor dos crimes era um colega de 41 anos, historiador, formado na FHDSS, professor de dança e de capoeira em um projeto de extensão do campus e que tinha o respeito e admiração da comunidade acadêmica e freqüentava livremente os espaços da universidade e das nossas casas, um “sujeito acima de qualquer suspeita.”

Todo esse percurso foi repleto de indagações, inquietações, desencantamentos e resistências; e talvez a pergunta atual sobre a o trabalho profissional na RAVIS represente pra mim uma possibilidade de atuação profissional comprometida com o projeto-ético-político da minha profissão e com o desenvolvimento de estratégias de atendimento das situações de violência sexual, tanto no âmbito interpessoal quanto no âmbito social e político.

Nossa hipótese neste estudo é de que a RAVIS exerce um papel bastante significativo no campo do enfrentamento à violência sexual no Município de Diadema e que a identificação e reflexão sobre suas potencialidades e arestas, além de inédita, é uma forma de qualificar o trabalho do/a Assistente Social e de toda a rede, pois;

A violência perpassa as ações profissionais e pode, através delas, aprofundar-se ou não. É importante que o profissional de Serviço Social esteja atento a essa dinâmica, atitude essa básica para conhecer a forma como determinada violência se objetiva em uma dada realidade (suas particularidades). Desta forma, é possível estabelecer ações concretas que combatam a reprodução da violência na própria intervenção profissional. (SILVA, 2006:168)

Nosso trabalho está dividido em quatro partes: no Capítulo I trazemos algumas observações sobre a questão da violência e da violência sexual na contemporaneidade; no Capítulo II retomamos alguns aspectos da história do Serviço Social e da relação desse campo de saber com a violência sexual; o III Capítulo é dedicado ao histórico da RAVIS e à contextualização do Município de Diadema; e o IV e ultimo capitulo traz algumas observações sobre o conceito de rede e a análise das entrevistas realizadas com quatro Assistentes Sociais que participam e/ou participaram da RAVIS e que foram sujeito de nossa pesquisa.

Antes de concluirmos esta etapa precisamos destacar duas questões:

- Os nomes das profissionais entrevistadas foram trocados e ocultamos os dados de identificação dos seus locais de trabalho para garantir o sigilo sobre suas identidades e o nome que receberam são nomes de mulheres e crianças que vivenciaram situações de violência sexual, foram e/ou são atendidas pela rede e com as quais temos aprendido lições que nunca poderão ser traduzidas em qualquer livro..

- Diante da dificuldade de denominar as pessoas envolvidas nas situações de violência sexual e da inadequação dos termos usado correntemente, nesta pesquisa priorizaremos o uso dos termos “Agressor direto” para determinar o autor da violência sexual e “Vítima principal” para identificar a pessoa violentada sexualmente. Esses termos são uma criação nossa e buscam destacar a fragilidade e o preconceito embutido nesses “papéis” e apontar para a questão de que nas situações de violência sexual todos/as são “vítimas” de uma sociedade que viola constantemente os direitos humanos de homens e mulheres e que especialmente nos abusos intrafamiliares toda o grupo familiar é vitimizado.

CAPÍTULO 1

APROXIMAÇÕES À TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA

“Se os tubarões fossem homens, perguntou a filha de sua senhoria ao senhor K., seriam eles mais amáveis para com os peixinhos?”

Certamente, respondeu o Sr. K. Se os tubarões fossem homens, construiriam no mar grandes gaiolas para os peixes pequenos, com todo tipo de alimento, tanto animal quanto vegetal. (...)

Para que os peixinhos não ficassem melancólicos haveria grandes festas aquáticas de vez em quando, pois os peixinhos alegres têm melhor sabor do que os tristes. Naturalmente haveria também escolas nas gaiolas. Nessas escolas os peixinhos aprenderiam como nadar alegremente em direção à goela dos tubarões. (...)

O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura. Os peixinhos saberiam que este futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam rejeitar toda tendência baixa, materialista, egoísta e marxista, e denunciar imediatamente aos tubarões aqueles que apresentassem tais tendências.

(...). Os teatros do fundo do mar mostrariam valorosos peixinhos a nadarem com entusiasmo rumo às gargantas dos tubarões. E a música seria tão bela que, sob os seus acordes, todos os peixinhos, como orquestra afinada, a sonhar, embalados nos pensamentos mais sublimes, precipitar-se-iam nas goelas dos tubarões.

Se os tubarões fossem homens também acabaria a idéia de que todos os peixinhos são iguais entre si. Alguns deles se tornariam funcionários e seriam colocados acima dos outros. Aqueles ligeiramente maiores até poderiam comer os menores. (...) E os peixinhos maiores detentores de cargos, cuidariam da ordem interna entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, polícias, construtores de gaiolas, etc.

Em suma, se os tubarões fossem homens haveria uma civilização no mar.”

Bertold Brecht

1.1 - CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA

A sutileza do poema de BRECHT¹, com o qual iniciamos este texto é semelhante à que reveste a temática na qual pretendemos nos debruçar neste estudo. Como no poema, a violência que atravessa a história da humanidade, freqüentemente é naturalizada e não percebida como tal, em outros termos, é vivida como se fizesse parte da natureza das pessoas e de suas relações, como se fosse inerente à organização e constituição da sociedade.

A história do Brasil é, infelizmente, um farto exemplo de violência, de sua banalização e da conseqüente coisificação do homem e da mulher ao longo da história. Trata-se de um país cuja identidade é construída na perspectiva do subdesenvolvimento, portanto, em função do que falta ao seu pleno desenvolvimento. País que deu seus primeiros passos, “literalmente”, sobre os indígenas que aqui habitavam, num massacre real e ideológico desta população, no intuito de catequizá-la e inseri-la, a qualquer preço, entre os “civilizados”; processo que os obrigou a adequar suas vidas, cultura, organização social, costumes, segundo os critérios de bom ou mau, civilizado ou incivilizado, certo ou errado, sob o ponto de vista dos conquistadores.

Certamente não foram poupadas as mais diversas formas de violência neste processo que buscava apenas garantir “a ordem e o progresso” do país, mas talvez ignorando a existência de um (ordem), poderiam inviabilizar o desenvolvimento do outro (progresso).

Também o longo processo de escravidão dos negros, a Ditadura Militar, a sempre adiada reforma agrária, a indústria da seca reinante na região nordeste do país, as chacinas noticiadas cotidianamente nos meios de comunicação revelam como o Brasil, bem como outros países, têm se desenvolvido também sob o signo da violência; e servem para legitimar, em cada tempo histórico, o autoritarismo e reeditar diversos mecanismos que contribuem para a tolerância e a naturalização da violência, encarada comumente como um “mal necessário”.

¹ Poema de Bertold Brecht intitulado, “Se os tubarões fossem homens”

... a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela: as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito de direitos... (CHAUÍ, 2006: 89)

Chauí nos fornece uma bela síntese do processo de “ocultamento” das raízes históricas da exploração, da discriminação ou de qualquer outra forma de violência existente na sociedade brasileira, fundamental para que a violência se perpetue e, como questão a-histórica, não pareça passível de intervenção e transformação.

Embora seja evidente que a violência deva ser pensada e combatida historicamente e a partir dos contextos/cenários onde se desenvolvem e que está presente em todas as formas de organização social, ousaremos afirmar que sob o modo de produção capitalista esta se revela de maneira diferenciada, com especificidades, roupagens novas e/ou reeditadas e, principalmente, mais ideologicamente inseridas nas relações sociais, talvez como um dos pilares de sustentação deste modo de organização social.

Sistema baseado na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo expressa a maneira pela qual os homens produzem e reproduzem as suas condições materiais de existência e as relações sociais que dão efetividade à produção, bem como à reprodução das idéias e representações que envolvem estas relações de exploração da força de trabalho onde o homem e a mulher são vistos como mercadoria e fonte de toda a riqueza capitalista.

Nas palavras de IANNI (2004:143):

O capitalismo pode ser visto como um vasto e sempre expansivo processo histórico-social. Nasce e transforma-se com os tempos modernos (...). Caracteriza-se pelo desenvolvimento intensivo e extensivo das “forças produtivas”, isto é, capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e violência; simultaneamente ao desenvolvimento das “relações de produção” (...) Cabe ressaltar, no entanto que o capitalismo é um vasto, complexo e sempre expansivo processo político-econômico e sociocultural que leva consigo a vocação de produzir e reproduzir, criar e recriar, inovar e substituir, engendrar e destruir. Há como que uma voragem persistente, contínua e insistente no âmago desse processo, de tal modo que, para expandir-se e renovar-se, está sempre a destruir.

Muito simplificarmente podemos dizer que o capitalismo, desde o século XVI, do lado ocidental do mundo, vem se desenvolvendo sob as mais diversas formas, com características específicas em cada uma de suas fases, mas sempre sobre essa trama de exploração e desumanização do homem. De maneira mais ou menos brutal, dependendo da sua fase de desenvolvimento e da efetividade dos meios de que se utiliza para mistificar o real. Como vimos, o capitalismo se apresenta também como uma forma de violência à qual se é obrigado a suportar e compartilhar, muitas vezes, desde o momento em que somos concebidos.

Não há dúvidas de que o processo de desenvolvimento capitalista é imensamente complexo e que não há espaço aqui para uma abordagem mais abrangente da temática, mas essas observações nos parecem suficientes para apontar em que bases estão sustentadas as expressões de violência que a sociedade vem enfrentando na atualidade.

O que importa destacar é que o desenvolvimento capitalista, se realiza às custas da “desumanização do homem” e de outras tantas formas de violência, a saber: a exclusão, a desigualdade, o preconceito, etc. Inclusive sob o atual desenvolvimento político e ideológico das idéias neoliberais no qual

[...] Parece haver uma necessidade inerente ao mercado moderno de perceber o outro como um inimigo em potencial, contra quem tem de se lutar. Não se pode participar do mercado sem uma disposição *a priori* para fazer uso da agressividade. [...] O grave problema que resulta de tudo isso é que, por meio dessas práticas competitivas e violentas, há vastos setores da humanidade que acabam excluídos. Não pode ser de outra maneira se levamos em conta a lógica do sistema dominante. (SANTA ANA, 1993, p.06)

Neste cenário, a violência encontra campo fértil para se desenvolver e se manifestar sob as mais diversas formas. Algumas vinculadas notoriamente à violência estrutural; outras, que se manifestam de maneira simbólica, ou em decorrência de preconceitos raciais, de gênero, credo, opção sexual; ou as que estão vinculadas à urbanização das cidades que, no Brasil, é acompanhada do desemprego, subemprego, escassez de serviços de saúde, educação, habitação, segurança e ao crescimento da criminalidade e da impunidade, entre outros.

A desigualdade, enquanto violência, não é um fenômeno atemporal, que deve necessariamente atingir todas as formas de sociedades possíveis. A naturalidade da desigualdade, que nos tem sido imposta pela no correr da história do homem civilizado, só pode ser compreendida quando se compreende que ela é uma condição de estruturas sociais, que passam a reproduzi-la como um fenômeno aparentemente natural. [...], contudo, significativo é observar que as experiências históricas do homem, enquanto ser social, não conduzem, nem permitem inferir que a violência da desigualdade é uma consequência obrigatória e natural das relações entre os homens. Ela pode ou não estar presente nestas relações, mas, de todas as maneiras, ela é um produto social e não pode ser analisada nem como um ato de vontade do homem, nem como uma imposição da natureza do homem. [...] Ela aparece em condições históricas específicas e se perpetuam porque essas condições também se perpetuam, mesmo que se modifiquem as suas maneiras de aparecer. (ODÁLIA, 1985, p. 31-32)

A violência contemporânea parece estar tão entranhada em nosso cotidiano que agir em função dela parece ter ocupado o lugar da regra, as relações baseadas na violência parecem ter caído na rotina; está sendo corriqueiramente aceita, não provocando impacto, nem chamando a nossa atenção.

Tal problema está presente “democraticamente” em toda a história, mas que foi deixando de ser vivido como uma agressividade necessária diante de um universo hostil, ou como força revolucionária para se tornar uma violência sem limites. Está nos bairros mais sofisticados e nas favelas; nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, nas mais diversas culturas e grupos étnicos, tendo como “agente” e “vítima” homens e mulheres de todas as classes sociais e em qualquer faixa etária; em outras palavras: a violência não se limita à classe social, etnia, raça, idade, religião, posição social ou profissional, região de moradia, país, regime de governo, período histórico, etc. Esta pode ser, e infelizmente é, vivenciada em todos os lugares do mundo e ameaça à vida de todas as pessoas.

Nesse sentido, o que o capitalismo quer é manter escondido que a violência é fruto das relações que engendra em um sistema que é o patrocinador da destruição da natureza, da redução do homem e da mulher à condição de mercadoria, do consumismo irrefletido, da fome em escalas nunca imaginadas e também de muita violência objetiva, física, sangrenta.

A contemporaneidade é marcada por diversas expressões da violência. Paralelamente à violência doméstica e familiar (física, psicológica, sexual) temos a violência urbana, marcada pelos assassinatos, homicídios, chacinas, seqüestros, pela

violência policial e o tráfico de entorpecentes. Enquanto que as mulheres e crianças são as mais atingidas com a violência doméstica e intrafamiliar, os homens (jovens e adultos) são os principais alvos da violência urbana.

Sobre os crimes que caracterizam a violência urbana, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP) nos fornece dados alarmantes: ²

- ⇒ Em relação aos homicídios dolosos, que são os crimes onde há intenção de matar, tivemos em 2007 um índice de 11,9 para 100 mil/hab e em 2008 esse índice teve uma queda de 10%, com 10,7 para 100 mil/hab. E se comparado ao ano de 1999 quando foram registrados 35,7 homicídios para cada 100 mil pessoas esse número caiu 70%
- ⇒ As tentativas de homicídio também tiveram uma queda de 11,5% comparando os índices de 2007 (13,8) e 2008 (12,2) e em relação ao ano de 1999 quando foram registradas 27,4 ocorrências desse gênero a queda foi de 55,3%.
- ⇒ Já os índices de latrocínio, que são os roubos seguidos de morte, mostram um aumento de 21,4% do número de casos de 2007 para 2008 e, se compara do á 1999 a prática deste crime caiu 65,4%.
- ⇒ Os dados da SSP/SP também falam do crime de estupro e registraram em 2007; 7,8 casos para cada 100 mil pessoas contra 8,1 em 2008; o que representa um aumento de 4,1% e, ao mesmo tempo uma diminuição de 28,7% quando comparado ao ano de 1999.
- ⇒ Em relação ao tráfico de entorpecentes, os dados falam do número de apreensões de drogas que a polícia realizou, cujo aumento de 2007 para 2008 foi de 6.9% e em relação á 1999 esse número aumentou 105,6%. Aqui não podemos esquecer que esse número trata apenas do número de apreensões da droga, não trata da quantidade apreendida, do destino dos traficantes ou do destino dessas drogas.
- ⇒ Os crimes de lesão corporal dolosa caíram de 471,7 em 2007 para 412,7 em 2008, uma queda total de 12,5% desses crimes que são os causam dano físico ou psíquico à vítima. O grau da lesão é diferente segundo o código penal

² Os dados foram consultados em 18/09/2009 no link:
<http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/downloads/apresentacao2008.pdf>

brasileiros, mas os dados não citam as especificidades do crime, que em relação à 1999 caiu apenas 9%.

⇒ Por último, o índice de extorsão mediante seqüestro caiu 39,1% de 2007 para 2008.

Embora os números não representem a realidade vivenciada cotidianamente, servem para nos indicar a gravidade da situação em que nos encontramos e mostra que a vida humana está sendo destruída de diversas formas. Os dados apontam leve redução de alguns números, mas isso não deve ser comemorado, pois muitos ainda morrem de causas que podiam ser evitáveis e, pior, muitos não fazem parte dessas estatísticas.

Por outro lado, devíamos buscar apreender que ações governamentais, comunitárias e pessoais contribuíram para essa redução, pois estas poderão nos dar pistas de como acabar ou minimizar essa “guerra” que arrasa nosso país.

São muitas as formas de violência que assolam nossa sociedade, mas todas, como já dissemos, têm um pano de fundo comum: o sistema capitalista que, na sua fase neoliberal, tende a ampliar as desigualdades sociais e econômicas, fortalecer os grandes monopólios financeiros e, conseqüentemente, retraindo o acesso aos direitos humanos.

Temos 54 milhões de pobres no Brasil, 24 milhões deles indigentes. Os números mostram a vergonha nacional: os 10% que compõem a população mais rica do país se apropriam de quase 50% de tudo que é produzido, enquanto a metade mais pobre ganha menos do que o 1% mais rico.

No Brasil, não é apenas a pobreza absoluta, mas a exacerbação das desigualdades sociais que vêm gerando o terreno propício para a disseminação da violência, numa sociedade onde poucos conseguem satisfazer todas ou quase todas as suas necessidades, mostrando que a distribuição das mortes violentas é apenas o reflexo da estratificação social. (MELLO, 2002:82).

Até aqui buscamos elucidar questões sobre o cenário de desenvolvimento da violência e apontar para a complexidade acerca do estudo, da reflexão e combate ao que FRAGA (2002) nomeia brilhantemente de “forma de dilaceramento do ser social” e que é um campo infinitamente heterogêneo, repleto de nuances, desafios e armadilhas;

a começar pela forma de abordagem e pelos diversos significados atribuídos ao termo violência, que é comumente tratado como fenômeno, onda, explosão, etc; adjetivos que parecem apontar para questões passageiras, de fácil enfrentamento e, o mais preocupante, como se desconectada da história, dos contextos onde se desenvolve e a caracterizam.

É importante destacar que o grande desafio do estudo e do enfrentamento da violência, nas suas diversas formas de manifestação, é que este precisa ser feito de forma delimitada, específica e, ao mesmo tempo, manter-se conectado com todas as outras expressões da violência na sociedade, especialmente a que chamamos de violência estrutural, por ser uma das bases de sustentação do sistema de organização social em que vivemos.

Em síntese, a violência se manifesta de diversas formas (individual e coletivamente); tem alvos e autores os mais diversos (homens, mulheres, crianças, idosos, animais, instituições, governos, grupos étnicos, etc); pode ser tomada a partir do dano que provoca (físico, sexual, moral, institucional); ter como base questões de gênero e/ou étnicas; ser analisada enquanto violação dos direitos humanos; ser causa, meio e finalidade de grandes guerras e de guerras cotidianas e interpessoais. As expressões da violência não encontram fronteiras étnicas, sociais, econômicas, culturais para se manifestar, aparecem de formas muito sutis (em canções, propagandas, em situações cotidianas ligadas, por exemplo, ao tão comum desperdício) e outras escancaradas (assaltos, mortes, acidentes); algumas estão previstas nos códigos penais (latrocínio, homicídio) e outras articuladas pelo narcotráfico ou crime organizado (seqüestro, tráfico de pessoas e/ou órgão); outras que parecem servir apenas para aumentar os índices de mortes por causas externas; ou que causam graves morbidades (deficiência física, mental); existe ainda a violência com pouco ou nenhum amparo legal (fome, seca no Nordeste brasileiro, por exemplo); também têm as com versões institucionalizadas (violência policial ou institucional) e negadas (escravidão, narcotráfico, venda de seres humanos). Questão que é carregada de valor moral, simbólico, religioso, político, cultural, econômico e é tomada como original, natural, revolucionária, etc; violação dos direitos humanos visíveis, mensuráveis e concretos ou escondidos, falseados e indizíveis. (PAVEZ e OLIVEIRA,

2002)

No presente trabalho iremos privilegiar a discussão sobre a expressão sexual da violência, suas particularidades e as estratégias que estão sendo criadas para seu enfrentamento.

É importante registrar que todo esse processo de exploração de homens e mulheres não foi/ é vivenciado com passividade pela classe dominada/explorada, pois onde há violência, há resistência e homens e mulheres atuando na contra-hegemonia como sujeito partícipe ativo da construção dos direitos humanos e de outra história com mais igualdade e justiça.

Antes de passarmos à discussão direta sobre a violência sexual, acreditamos ser importante procurarmos pelo significado etimológico da palavra violência; termo que deriva do latim *violentia* (que vem de *vis*, força, vigor); está relacionado, portanto, à aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente. Também vimos a violência como um comportamento que causa dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto, que nega a autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro; uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. Encontramos também diversos sinônimos para o termo: opressão, tirania, constrangimento, agressividade, estupro, defloração, arrombamento, cólera, e como contrário de justiça, direito e razão.³

Marilena Chauí (2001:02) trata a violência como sinônimo de desnaturar, coagir, constranger, torturar, brutalizar, intimidar, oprimir, violar e tudo que vai, por força, contra a natureza de alguém ou de alguma coisa valorada socialmente, contra a espontaneidade, a vontade, a liberdade do outro; uma ação que trata o homem, a mulher como um objeto inerte, passivo, desprovido de razão e é a partir da definição de violência dessa autora que iremos caminhar por este vasto campo:

Entendemos por violência uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de

³ Aqui reunimos alguns pontos do significado da palavra tomada a partir de dicionários.

exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (CHAUÍ. 1985, p.33)

A definição de violência da autora aponta para duas perspectivas deferentes e complementares; primeiro, como transgressão de normas e leis, segundo como uma relação de dominação, exploração e opressão, como uma ação que “coisifica” o humano. Também afirma, no mesmo texto, que a relação violenta tem uma característica fundamental que a diferencia de uma relação de força, pois nesta última, o objetivo final seria a destruição da outra parte, do outro; já violência visa manter a relação, garantindo que uma das partes seja anulada e submetida à vontade e ação da outra, com fins de uma sujeição consentida. Desse modo os sujeitos que sofrem a violência passam a não perceberem-na como tal e se identificarem com a vontade do agente violento, o que, em última instância, irá eliminar a resistência e a indignação, essenciais à modificação da realidade.

Essa servidão que, segundo SPINOZA (CHAUÍ, 1985) contraria a liberdade e a autonomia do ser humano, exclui as possibilidades de escolha e a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir das pessoas. Seguindo seu raciocínio, a violência perfeita seria a que faz com que a vontade alheia seja introjetada e as ações violentas sejam naturalizadas. Vários são os dispositivos que em nossa sociedade agem para que a violência real permaneça oculta e que as desigualdades econômicas, sociais, culturais sejam aceitas; dispositivos jurídicos, religiosos, míticos, históricos, midiáticos, étnicos, sociais, etc concorrem para essa naturalização da violência. O tratamento da violência sexual como crime contra os costumes, a promessa da salvação eterna, o mito da família como espaço exclusivo de amor e proteção, o uso da diferença como desigualdade, a repetição cotidiana, pelos meios de comunicação da violência, desconectada do seu contexto e determinantes históricos sociais, a escravidão, a prostituição, o papel passivo atribuído à mulher, são exemplos desses mecanismos.

Como Chauí, acreditamos que a violência pode ser vivenciada como não violência, à medida que ao ser considerada como ação que contraria a natureza de

alguma coisa ou de alguém, interfere no conceito de natureza e promove o ocultamento da violência vivida. Daí que a naturalização de determinações sociais e históricas e a interiorização desta naturalização é o principal instrumento de reprodução da ideologia dominante.

A ideologia, segundo a autora, busca uma petrificação do tempo e, portanto, a ocultação do movimento da história, muitas vezes através da violência.

... Para que a violência da dominação exercida por uma classe surja como natural, inscrita na ordem das coisas, racional e legítima ou como lugar de direito do exercício da dominação – sem o que os dominados teriam o direito de insurgir-se contra ela – é preciso que seja anulada como violência, e a única via possível consiste em produzir uma imagem unificada da sociedade, com polarizações suportáveis e aceitáveis para todos os seus membros. O imaginário ideológico responde a essas necessidades. (CHAUÌ, 2000:28)

A condição da mulher na sociedade é um significativo exemplo dessa “ideologia naturalizadora” e da sua tentativa de manter as relações entre homens e mulheres longe das transformações historicamente construídas.

O corpo e o papel social da mulher sempre estiveram reduzidos à questão da procriação, ao plano biológico; como se a natureza feminina fosse a da maternidade, enquanto instinto e destino. Desse modo, as mulheres, ideologicamente falando, se violentariam e si mesmas, à medida que, contrariando sua natureza, reivindicassem o direito a escolher ou não a maternidade, ou de vivenciar sua sexualidade de forma livre e autônoma.

Assim, ao longo da história a liberdade vivenciada por homens e mulheres sempre foi diferente, apesar das conquistas no sentido de sua liberdade, autonomia, inserção na sociedade como sujeito de direitos, a mulher ainda tem sua vontade estrangida para que interiorize uma natureza inferiorizada e “dê” seu consentimento aos atos de violência que lhe são infligidos. E mesmo sob o modo de produção capitalista, onde reina a mais-valia, a inserção da mulher como produtora e reprodutora do capital se dá de maneira complementar à sua função primordial e biológica de procriação e educação da força de trabalho.

Um bom exemplo disso é a dificuldade encontrada pelas mulheres para punir e legitimar a violência sexual perpetrada por parceiro íntimo ou cônjuge, pois ainda

acreditamos que ao assumir o matrimônio a mulher e, apenas a mulher, assume um contrato onde o relacionamento sexual é um dever e já foi consentido, mesmo quando violento.

1.2 - VIOLENCIA SEXUAL NO BRASIL

A violência sexual, materializada nas relações conjugais, mas não só, será tratada aqui como uma violência de gênero, cuja característica determinante está nas relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres e homens e homens. Enquanto categoria analítica e histórica, o gênero regula todas essas relações e expressa a construção social e cultural do masculino e do feminino, mas a desigualdade existente entre os sexos não lhe é inerente.

Esse conceito começou a ser trabalhado no Brasil no final da década de 80, vinculado ao movimento feminista e à recusa do chamado essencialismo biológico (SAFFIOTI, 2004), que restringia a abordagem destas categorias sociais aos aspectos biológicos, de existência orgânica e inorgânica dos homens e das mulheres, negando as relações estabelecidas socialmente e, conseqüentemente, a existência do ser social.

A mesma autora afirma que a sociedade brasileira é gestada sobre três contradições fundamentais: classe social, raça/etnia e gênero; que formam um só nó, e a cada lugar / momento histórico se alternam e se expressam de maneira mais ou menos intensa que a outra.

Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formam ao longo da história. Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições. Como tal merece tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas. Além disto, esta concepção é extremamente importante para entender o sujeito múltiplo e a motilidade de suas facetas. Efetivamente, o sujeito constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. (SAFFIOTI, 2004: 78,79)

Seguindo esta perspectiva e em consonância com o tema deste estudo, privilegiaremos a questão do gênero para a abordagem da violência sexual, sem, contudo, ignorar a influência da raça e da classe social nesta problemática;

especialmente na forma de abordar e lidar com este problema, já que a maioria dos estudos na área é incisiva ao afirmar que a violência sexual acomete todas as classes sociais e grupos étnicos.

Nesta sociedade, em que as relações de gênero pressupõem desigualdade de poder e direitos, as mulheres não são tratadas como sujeito de direitos (que, aliás, é um termo masculino) e a organização social privilegia o masculino em detrimento do feminino, em todos os demais aspectos de nossa vida.

Talvez isso seja elucidado pelo fato de que, desde muito pequeno somos educados com base nas diferenças que nos caracterizam biologicamente ou foram histórica e culturalmente atribuídas ao menino e à menina. Esta última aprende desde cedo como se sentar e proteger seu “órgão” genital; as brincadeiras que lhes são ensinadas ou dirigidas sugerem o “papel” que terão que desempenhar na idade adulta; também estão sempre cercadas de bonecas, brinquedos que reproduzem os utensílios de cozinha (panelinhas, pratinhos, etc) e outros, fundamentais a uma exemplar dona de casa (vassourinhas, ferros de passar, fogõezinhos), além de mamadeiras e fraldas que já vêm como acessório das bonecas com as quais ela brinca cotidianamente; e quando brincam com outras meninas, brincam de casinha, de escolinha, dificilmente de carrinho ou de “pega-pega”. Um olhar atento a influência das brincadeiras infantis na vida adulta, logo chegaria à conclusão que as meninas são educadas de modo a desempenharem papéis de servir, cuidar, são estimuladas à passividade e à docilidade, a restringirem suas atividades ao âmbito doméstico.

Os meninos, por outro lado, aprendem e são instigados a participarem de brincadeiras onde se pode correr, pular, se esconder, lutarem por seu time ou grupo, disputar pontos, etc; saem pela casa com seus aviões, carrinhos e vão explorando todos os espaços, seus bonecos são guerreiros, fortes, que não precisam ser cuidados; já bem pequenos podem ir brincar nas ruas, com vizinhos e colegas. Podemos afirmar que os meninos são socializados visando adquirirem as características que lhes serão cobradas posteriormente: virilidade, coragem, poder de comando, domínio do espaço público, etc. Estes não precisam sentar de pernas fechadas, ao contrário, devem sempre que possível exibir-se, como típicos “machões”.

Assim, brincando aprendemos as primeiras concepções sobre os papéis atribuídos aos sexos, aprendemos a ser homem e mulher. Depois somos inseridos (as) nas instituições escolares, que têm um papel fundamental na vida das pessoas e que também reforçam essas características, dão significado a outras e, infelizmente, funcionam como uma das maiores reprodutoras da ideologia dominante.

Também os desenhos infantis, os contos de fadas, a mídia em geral mostram um homem que é dono do espaço público, que é forte, que luta, se arrisca e que “protege” as mulheres ou as tem sob seu domínio, pois estas pertencem ao espaço privado, devem ser cordiais, comportadas e estão sempre precisando da proteção e defesa dos homens. Desse modo vão se formando estes papéis, as características sociais vão sendo engessadas e naturalizadas; até que as diferenças se tornem inquestionáveis, ou em outros termos: verdade absoluta.

São esses alguns dos caminhos explicativos para termos relações de gênero contraditórias e baseadas num poder arbitrário dos homens sobre as mulheres, que trazem as diferenças de gênero para o campo das desigualdades. Aqui cabe a inserção de um novo conceito regulador dessas relações: o patriarcado, que “apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas” (SAFFIOTI, 2004:107)

Enquanto o gênero compreende relações entre os sexos que podem ou não ser igualitárias, o patriarcado, embora menos abrangente, só expressa relações hierarquizadas, baseadas em desigualdades sociais específicas entre homens e mulheres; este é, portanto, um tipo específico de relação de gênero, que converte a diferença sexual das pessoas em desigualdade política, expressão de um poder que desqualifica e “objetaliza” a mulher, amputa-lhe sua existência enquanto sujeito e ser social.

Embora essas relações desiguais pesem sobre a humanidade desde a sua existência, o modo de produção capitalista também tira muito proveito dessa relação; tanto que para SAFFIOTI (2004) não há de um lado a dominação patriarcal e de outro a exploração capitalista e sim duas faces de um mesmo processo, que deriva da forma

como somos socializados e da inserção da mulher na estrutura social e se manifesta nas nossas relações cotidianas. Relações trabalhistas nas quais os homens ocupam os postos mais elevados e, mesmo em posições iguais, as mulheres recebem salários maiores, exemplificam muito bem esta situação.

Esse processo de dominação-exploração é bastante fértil para a prática da violência e constitui um tipo de relação imprescindível a manutenção do *status quo*.

... Da perspectiva aqui assumida, o gênero é constitutivo das relações sociais, como afirma Scott (1983,1988), da mesma forma que a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica da ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2001) ainda em curso. Na ordem falocrática, o gênero informado pelas desigualdades sociais, pela hierarquização entre as duas categorias de sexo e até pela lógica da complementaridade (BADINTER,1986), traz a violência em seu cerne. (SAFFIOTI, 2004:137)

O processo de dominação-exploração se converge em violência interpessoal entre homens e mulheres, se manifestando de maneira física, sexual, psicológica, patrimonial e tem como principal alvo (mas não exclusivamente) as mulheres. Assim, a violência de gênero não pode ser tomada apenas como violência contra a mulher, mas sim como toda a violência cometida em prol da conservação das identidades atribuídas aos sexos, por isso não podemos acreditar no discurso ideológico que diz que toda mulher é oprimida e todo homem é opressor; a história nos mostra o contrário e as diversas formas de resistência e luta contra essa desigualdade também negam essa afirmação. Além disso, os homens também sofrem consequências negativas de viverem engessados no papel que lhe é atribuído. Este frequentemente é questionado sobre sua masculinidade, sua força física, seu “lugar” de provedor econômico, seu poder, etc, posturas exigidas a todos os homens e que também estão relacionadas às mortes de dezenas de jovens das periferias das grandes cidades, que se envolvem no tráfico, em rachas, chacinas. Como já foi apontado, para estes o espaço público é repleto de risco e violência.

De outro lado, o espaço privado se revela extremamente violento para as mulheres que sofrem com a chamada síndrome do pequeno poder, em outras palavras, a exacerbação da força e do poder sobre os que lhes são “inferiores”; assim os homens que não podem exercer seu poder nos espaços externos acabam utilizando seu

micropoder nas relações com mulheres e filhos ou sob outras pessoas com quem convive no espaço doméstico, muitas vezes, de forma violenta, fazendo com que este espaço seja um espaço de violência e morte.

Violências, das mais diversas, são vividas nas relações interpessoais entre homens e mulheres e, devido à suas especificidades, são caracterizadas de forma diferente e podem ser⁴:

- ⇒ Física: quando se trata de condutas que ofendem a integridade ou a saúde corporal do/a outro/a e a força é utilizada com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas e, em alguns casos, causando ferimentos graves e até a morte. São exemplos dessa forma de violência: socos, empurrões, beliscões, chutes, ferimentos causados por arma branca ou armas de fogo.
- ⇒ Psicológica: quando qualquer conduta causa dano emocional ou diminuição da auto-estima da mulher. Violência que perpassa todas as outras formas, não deixa marcas físicas, mas causam profundos danos à vida da “vítima” e se caracteriza por rejeição, depreciação, discriminação, humilhações, etc.
- ⇒ Moral: condutas que caracterizam calúnia, difamação ou injúrias, do qual o assédio moral é um grande exemplo.
- ⇒ Patrimonial: ações que configuram retenção, diminuição, destruição de objetos, documentos, bens do/a outro/a; violência comum quando as mulheres têm suas roupas rasgadas ou documentos pessoais sob domínio dos maridos.
- ⇒ Sexual: condutas que constroem a mulher (prioritariamente) a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, que limitam seus direitos sexuais e reprodutivos e a force à prostituição. O estupro e o atentado violento ao pudor exemplificam essa violência, que será melhor abordada a seguir.

É fundamental, ainda, incorporar a perspectiva dos direitos humanos à concepção de violência de gênero. Perspectiva de direitos que só passou a ser

⁴ Conceituação realizada com base na Cartilha Casa Beth Lobo – Centro de Referência à Mulher em Situação de violência doméstica. Elaborada pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Diadema: 2008

significativamente extensiva às mulheres no século XX, com algumas declarações e tratados internacionais⁵ específicos e no âmbito nacional, com algumas leis também direcionadas à confirmação dos direitos humanos das mulheres, como é o caso da Lei n.º 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha que disciplina e previne a violência doméstica e familiar contra as mulheres no nosso país, em consonância com as normas internacionais (Declaração e Programa de Ação de Viena) que vem confirmar que,

Os direitos humanos de mulheres e meninas são parte indivisível, integral e inalienável dos direitos humanos universais. A violência baseada em gênero e todas as formas de exploração e abuso sexual, incluindo as resultantes de preconceito cultural e tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. (VIENA, 1993).

Dessa forma podemos entender como violência toda a ação que viola/ transgredir os direitos humanos de homens e mulheres, independentemente da classe, raça/etnia, faixa etária que pertençam, conforme expresso no Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, datada de 1988:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição.” (BRASIL, 2005)

Seguindo esse caminho, apoiado nas legislações e diante das inúmeras definições que encontramos para a violência sexual, optamos por refletir a partir da definição apresentada no Art. 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), citada há pouco que, além de recente, tem como pressuposto contemplar as diversas legislações, tratados internacionais que tratam da violência sofrida pelas

⁵ São elas: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção de Belém do Pará (1994) – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, a Plataforma de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena 1993) e a Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995)

mulheres, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

“ III - a violência sexual, (é) entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;” (BRASIL: 2006)

Escolha que não elimina possíveis equívocos e imprecisões, mas que tem a vantagem de ser o norte normativo para todas as ações relacionadas a essa violência. Destes “equívocos”, cabe destacar a questão do trato da violência sexual exclusivamente vivenciadas em relações onde o homem ocupa o papel de violentador e a mulher o de vítima, que nossa experiência na área permite questionar, embora as vítimas tenham sido, ao longo da história, prioritariamente do sexo feminino; pensando nisso faremos uma breve incursão sobre o que tem sido tomado como violência sexual nos campo jurídico, social e na área da saúde.

Ainda no campo jurídico, o Código Penal Brasileiro (Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940), enquadra a violência sexual no campo dos crimes contra os costumes (Artigos 213 á 234) e é muito importante no trato da questão legal que envolve esta violência e, apesar de estar aquém da necessidade social e necessitar de ampla revisão, é a única forma de acessar a justiça disponível, no sentido de responsabilizar agressores.

A afirmação feita acima, ainda é válida, mas durante a elaboração desta dissertação o Código Penal foi alterado pela Lei N.º 12015 de 07 de agosto de 2009, no que diz respeito aos crimes sexuais. A mudança na lei é apenas um pequeno passo para a mudança das relações e, infelizmente, sua aplicabilidade também é restrita, porém cada passo é muito significativo quando a questão envolve os direitos das pessoas. Na tentativa de inserir o leitor nessa discussão e não ficarmos muito aquém

no tempo, faremos um quadro comparativo⁶ a respeito das alterações do Código Penal, a partir da nova lei:

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (LEI N.º 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940)	LEI N.º 12015 DE 07 DE AGOSTO DE 2009
DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES	DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL
CAPÍTULO I - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL Estupro Art. 213 - Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Atentado violento ao pudor Art. 214 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Posse sexual mediante fraude Art. 215 - Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude. Atentado ao pudor mediante fraude Art. 216 - Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.	CAPÍTULO I - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL Estupro Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Violação sexual mediante fraude Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.
CAPÍTULO II - DA SEDUÇÃO E DA	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA

⁶ Aqui selecionamos apenas alguns itens das legislações referidas. Para uma avaliação mais aprofundada buscar a íntegra das leis conforme citadas na bibliografia deste trabalho.

CORRUPÇÃO DE MENORES Sedução Art. 217 - Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (catorze), e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança. Corrupção de menores Art. 218 - Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo.	VULNERÁVEL Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem.
CAPÍTULO V - DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE MULHERES Mediação para servir a lascívia de outrem Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem. Favorecimento da prostituição Art. 228 - Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone. Casa de prostituição Art. 229 - Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça. Tráfico de mulheres	CAPITULO V - DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone. Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Tráfico interno de pessoa para fim de

Art. 231 - Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro.	exploração sexual Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual. Estupro de vulnerável Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.
---	--

Apesar do risco de cometer equívocos ao adentrar na área legislativa, a começar pelos avanços, a nova lei que altera a redação do código penal não trata mais de estupro e atentado violento ao pudor como coisas distintas e inova colocando o homem também como passível de sofrer estupro. Nesse caso o termo atentado violento ao pudor é suprimido e também os crimes de estupro e de estupro de vulnerável passam a ser crimes hediondos independente da gravidade das lesões ou de causar morte da vítima, como era antes. Para uma legislação que há pouco tempo dizia que o estupro era praticado apenas se a vítima fosse "mulher honesta" a nova legislação é "maravilhosa"

No próprio código, os artigos 215 e 216 ainda tipificavam os crimes de posse e atentado violento ao pudor mediante fraude, apenas quando praticado contra “mulher honesta”. Hoje falamos de violação sexual mediante fraude, que pode ser cometida contra “qualquer” mulher e contra homens, que não manifestem livremente a relação.

Antes, ao falarmos sobre esses crimes tratávamos de crimes contra os costumes, agora tratamos de crimes contra a dignidade sexual. Não se fala mais de sedução e corrupção de menores, mas de crimes sexuais contra vulnerável e se refere à sedução de qualquer pessoa que tenha menos de 14 anos independente de ser mulher e virgem, como na redação anterior.

No 4º capítulo da lei juntaram-se diversas questões que eram tratadas em separado no Código penal e agora estão unidas sob o título de Lenocínio e tráfico de pessoa para fins de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Aqui estão os crimes relacionados ao favorecimento, facilitação da prostituição e o fato de dificultar ou impedir que alguém deixe de se prostituir, manter casas de prostituição. O estupro, o favorecimento da exploração e prostituição de crianças e adolescentes ou a satisfação da lascívia na presença destes, também são crimes tratados nesse capítulo.

Avanços conceituais e legais, mas que um bom jurista pode fazer diversas interpretações, pois como toda a lei, alguns termos abrem um leque de possibilidades construtivas, tanto do ponto de vista de quem defende a “vítima” quanto de quem defende o acusado, para exemplificar podemos indagar quem será considerado “vulnerável” e qual uso terá esse termos nas mãos dos advogados.

Nesse caso, se consideramos a questão da vulnerabilidade sob o ponto de vista do Serviço Social, todas as pessoas poderão ser consideradas vulneráveis, independente de sua idade, etnia ou qualquer outra característica, ademais, esse conceito já está bastante desgastado e impreciso.

É importante destacar que alguns crimes serão punidos com mais rigor a partir desta lei e que além do Código Penal esta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990). Também a lei traz como novidade o aumento da pena se o agente do crime engravidar a vítima ou lhe transmitir doença sexualmente transmissível. Além disso, os crimes de exploração sexual via internet, também poderão ser legislados pela nova lei.

Resta-nos observar que os crimes de rufianismo e tráfico internacional de pessoas para exploração sexual terão as penas aumentadas se o agente *for* ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou tiver qualquer obrigação de cuidado, proteção ou vigilância em relação à vítima.

As imprecisões da lei também já estão sendo objeto de discussão, entre os quais podemos destacar a necessidade de representação do crime, no prazo de seis meses depois de ocorrido, para sua investigação e a possibilidade de punição de qualquer relação sexual realizada com pessoas com deficiências. No primeiro caso, o problema está na dificuldade de representação desses crimes e no tempo requerido para fazê-lo, pois os danos causados pela violência sofrida, as dificuldades e preconceitos culturais, sociais e pessoais presentes nestes casos podem demorar muito mais de seis meses para serem transpostas; no segundo caso a lei incorre no risco de punir todo ato sexual realizado com pessoas com deficiência, apesar de sabermos que muitas vezes a deficiência não impede a vivência da sexualidade.

De qualquer forma ainda persiste um enorme abismo entre o que a sociedade conceitua acerca dos crimes sexuais e o que ela, realmente, promove quando se depara com eles. A lei é um grande instrumento de mudança nas relações, mas precisam ganhar vidas nas ações e mentes de todas as pessoas e, nesse caso, dos legisladores, juizes, promotores, para que não ignorem a lei e permaneçam julgando os crimes sexuais de forma machista e moral.

Ademais, a violência sexual, tanto no Brasil como no resto do mundo, se reveste de tamanha complexidade, que legislação a respeito e a própria delimitação do termo representa um problema. Assim a “imprecisão de limites conceituais, suas variações transculturais e a dificuldade de universalizá-las são grandes obstáculos que a epidemiologia encontra, principalmente tendo em vista a importância da comparabilidade internacional” (SOUZA e ADESSE, 2004:17).

Até aqui tratamos da violência sexual enquanto violência de gênero e fizemos alguns apontamentos sobre os aspectos jurídicos que a condicionam; porém essa manifestação da violência também é permeada de questões éticas, psicológicas,

culturais, sociais, de saúde e é abordada de diferentes formas pela literatura acadêmica especializada.

Nesse último aspecto geralmente encontramos a violência sexual dividida entre violência sexual contra crianças e adolescente e contra mulheres e os termos “abuso”, “agressão” e “violência” sexual são utilizados de forma ampla e genérica.

Ao falar deste tipo de violência contra crianças e adolescentes AZEVEDO e GUERRA (2000, p. 42-43) dizem:

... é possível considerar como tal, todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Conceituação que inclui o incesto, a exploração sexual e a pedofilia; o primeiro caracteriza-se como qualquer atividade sexual que uma criança ou adolescente é obrigada a ter com uma pessoa com a qual tenha laços consangüíneos, ou outro vínculo de responsabilidade, como madrasta, por exemplo, enquanto que a exploração sexual é caracterizada pela participação de crianças e/ou adolescentes em práticas de pornografia e prostituição. Já a pedofilia é definida pela Organização Mundial de Saúde, como doença, distúrbio psicológico e desvio sexual caracterizado pela atração sexual de adultos ou adolescentes por crianças, assim o simples desejo sexual, independente da realização do ato sexual, já caracteriza a pedofilia, não necessitando, portanto, que ocorram relações sexuais para haver pedofilia.⁷

Ressaltamos que a violência sexual pode ou não envolver contato físico, práticas como coito e carícias, mas também exibicionismo e *voyeurismo* estão incluídos nessa denominação. Além disso, considera-se abuso sexual qualquer destes atos quando

⁷ O fato de ser considerada um transtorno não reduz a necessidade de campanhas de esclarecimento visando a proteção de nossas crianças e adolescentes e nem tira a responsabilidade do pedófilo pela transgressão das barreiras geracionais.

Não existe um crime intitulado “pedofilia” na legislação brasileira. As consequências do comportamento de um pedófilo é que podem ser consideradas crime, se praticados contra crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade e serão enquadradas de acordo com a natureza do crime cometido: estupro, atentado violento ao pudor, ou outro.

praticado por um adulto ou adolescente cuja idade em relação à vítima represente desenvolvimento psicossocial superior ou quando a vítima tenha menos que 14 anos, onde qualquer violência é presumida.

As autoras apontam para o que é característico de todo abuso sexual:

- Trata-se de um fenômeno que não é caudatário do sistema de estratificação social e do regime político vigente numa dada sociedade. Por outras palavras: ao contrário do fenômeno de vitimação, não pode ser dito como um fenômeno característico da pobreza. Já há suficiente evidência empírica para suportar a afirmação de que não há *nenhuma etnia, nenhum credo religioso, nenhuma classe social* que esteja imune a sua ocorrência; [isto é comum a todos os tipos e manifestações da violência atual].
- Trata-se de um fenômeno que, embora não se restrinja ao lar, tem nele sua origem e sua ecologia privilegiada;
- Trata-se um fenômeno que pode reproduzir-se em termos de um verdadeiro *ciclo de violência*;
- Trata-se de um fenômeno que, embora vitimize meninos tem na mulher-criança sua vítima mais freqüente. Isto tem a ver com o fato de que a vitimização é um processo que tem sua raiz no padrão falocrático de relações sociais de gênero. Nessa mesma raiz está o fato de tratar-se de um fenômeno onde o agressor é um homem, na quase totalidade dos casos. (AZEVEDO e GUERRA. 2000, p.43-44)

Em relação à mulher, a violência sexual define-se, de maneira geral, como qualquer tipo de coerção que objetive forçar uma mulher a fazer sexo sem o seu consentimento. A mensagem principal a ser passada pelo agressor é que a vítima não é dona de seu próprio corpo e isto inclui fazer sexo sob qualquer tipo de pressão, força física, acompanhado de violência física ou de palavras de baixo-calão, observar sexo violento contra filhos ou alguém com quem tenha relações de afinidade, agressão aos órgãos genitais da vítima e, entre outros, negação de proteção sexual contra doenças sexualmente transmissíveis.

As definições acima têm vários aspectos em comum e muito do que foi caracterizado como violência contra crianças e adolescentes pode ser atribuído às mulheres, mas de qualquer forma o que mais marca a violência sexual é a coisificação⁸, a utilização do corpo como se ele fosse um objeto, sob o qual se exerce um jogo de poder onde a sexualidade é utilizada de forma destrutiva.

⁸ Fenômeno peculiar às sociedades capitalistas a coisificação ou reificação é caracterizada pela transformação das relações sociais entre os homens em relações entre coisas. Termo que inicialmente caracterizava-se especialmente as relações entre capital e trabalho, conforme nos afirma BARROCO (2008:49) atualmente “o fetiche da forma mercadoria não se restringe à esfera da produção, mas passa a

No campo da saúde, a temática da violência ganhou status de problema de saúde pública a partir dos anos 80 em função do crescente número de mortes e morbidades causadas pela violência, costumeiramente chamada de causas externas, em outras palavras, causas evitáveis.

... a violência não é um problema específico da área da saúde. No entanto (...) ela representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima". Ou como analisa a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) em seu último documento sobre o tema: "a violência, pelo número de vítimas e a magnitude de seqüelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países" (...) "O setor saúde constitui a encruzilhada para onde confluem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, de atenção especializada, de reabilitação física, psicológica e de assistência social. (MINAYO, 1994).

Especificamente em relação à violência sexual o ministério da saúde regula suas ações através da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (Ministério da Saúde, 2005), que em consonância com o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, objetiva regular a atenção em saúde dada à violência sexual e doméstica em todo o território brasileiro.

A Norma Técnica (NT) prevê a junção de conhecimento técnico-científico à sensibilização e qualificação dos profissionais como o caminho mais adequado para prática em saúde mais humanizada, efetiva e significativa para as pessoas que sofrem esse tipo de violência.

A violência implica em perdas para a saúde coletiva, tanto economicamente quanto em relação ao respeito aos direitos humanos e também para a saúde individual, uma vez que se estima que as pessoas violentadas sexualmente tenham mais problemas de saúde, mais custos com assistência e freqüentem mais vezes os serviços de saúde básico e/ou de emergência.

dominar todas as esferas da vida social, penetrando a totalidade das atividades e dimensões sociais, subjetiva e objetivamente envolvendo a totalidade das relações."

Dessa forma a saúde constitui-se como um lócus privilegiado na detecção e combate da violência sexual; à medida que todos – homens e mulheres – alguma vez na vida passaram ou passarão por um equipamento de saúde e, no caso das mulheres, a maioria freqüenta periodicamente estes serviços buscando atendimento para si ou para familiares. Com isso, o setor da saúde pode desenvolver ações fundamentais de prevenção primária e secundária juntos aos casos.

O atendimento imediato às vítimas de violência sexual em hospitais, prontos-socorros e clínicas deve considerar os aspectos médico, jurídico e psicológico que a condição envolve. Deve-se proceder com a documentação e tratamento dos traumas físicos, das doenças sexualmente transmissíveis (DST), avaliação do risco e prevenção de gravidez, coleta de exames de interesse forense e intervenção sobre o processo de crise. Além disso, a vítima deve receber informações sobre seus direitos, e esclarecimentos quanto aos efeitos da agressão para sua saúde reprodutiva. (FERREIRA, 2000:12)

O documento normatiza toda a dinâmica dos atendimentos às vítimas de violência sexual; estabelece critérios para a instalação física dos serviços de atendimento, recursos humanos, equipamentos e instrumental, as formas de registro de dados, necessidade de apoio laboratorial, sensibilização e treinamento das equipes multiprofissionais; propõe a integração de diferentes setores para sua implantação efetiva, além do envolvimento da sociedade civil organizada; destaca o valor do atendimento clínico e psicológico, orienta o serviço de abortamento legal e apresenta detalhes da medicação e procedimentos médicos e de enfermagem a serem realizados nesses casos.

De maneira geral, podemos dizer que a norma técnica é fruto de um esforço coletivo de diferentes setores da sociedade, com destaque para o movimento feminista, para que o tema da violência sexual seja definitivamente incorporado pelo setor da saúde. Representa um enorme avanço na garantia de acesso das mulheres que sofreram violência sexual a um atendimento integral; mas ainda está muito direcionada às questões relacionadas à violência contra a mulher e ao abortamento legal, e não aborda questões específicas do atendimento às crianças e aos adolescentes (homens e mulheres) em situação de violência sexual, que acreditamos necessitar de maior atenção.

Além disso, é expressão evidente de que este é um problema bastante complexo e de dimensões gigantescas, que exige um enfrentamento articulado entre políticas de educação, saúde, assistência, segurança, judiciário, além de movimentos sociais, organizações governamentais, etc.⁹

Como vimos, a violência sexual é densa também de significados, estes, porém se complementam e, algumas vezes, se contradizem, dão ênfase ora para um aspecto, ora para outro; mas o caminho aqui escolhido nos obriga ressaltar algumas questões, que dão sustentação desse tipo de violência e não podem passar despercebidas: a violência sexual atinge ou pode atingir a todos ao longo da história e em todas as formas de organização social, sem distinção de raça, gênero, classe social, região, etc; é uma violação dos direitos humanos das mulheres e dos homens; é cercada de mitos e de ideologia que a sustentam e dificultam seu enfrentamento, exige muito preparo teórico e técnico para seu enfrentamento e é uma das mais severas formas de exacerbação de poder e coisificação do ser humano.

⁹ Os dados da violência sexual no Brasil são poucos e de fontes duvidosas, mas nos auxiliam a dimensionar o problema. Segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos de maio de 2003 a maio de 2006, o disque 100 registrou mais de 17.000 denúncias de violência vindas de todo o país, das quais aproximadamente 5.000 eram de abuso sexual e 4.000 de exploração sexual, o que juntas representam mais de 50% dos casos (55,7%). Entre as vítimas diretas 62% são do sexo feminino, 56,5% do total de denúncias (fev a set de 2005) envolve vítimas de 0 a 6 anos de idade e 53% dos suspeitos são os próprios pais das vítimas e 40% das denúncias ocorreram na própria casa da vítima.

CAPÍTULO 2

SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA SEXUAL

2.1 - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROFISSÃO NO BRASIL

A/o Assistente Social é uma/um profissional, que tem sua prática regulamentada, no território brasileiro, pela lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993 e cujo desenvolvimento e amadurecimento só pode ser explicado atrelado ao processo de produção e reprodução das relações sociais, nas diversas fases do desenvolvimento capitalista.

Profissão de caráter liberal, dotada de um estatuto ético e legal que lhe garante a autonomia técnica, teórica, metodológica, ética e política na condução de sua prática e que tem construído sua história inserida majoritariamente em organismos públicos e privados, na implementação, execução, planejamento, etc das políticas sociais e nos processos de defesa e efetivação de direitos.

Por outro lado, o Assistente Social enquanto trabalhador assalariado vende sua força de trabalho especializada para garantir os meios necessários para sua vida e é duplamente afetado pelas alterações na relação entre capital e trabalho, pois tem como matéria prima de sua ação profissional as seqüelas da questão social que;

... deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessária à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do ‘trabalhador livre’ que dependa da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais (...). As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais. (IAMAMOTO, 2008:156)

Embora os empregadores, muitas vezes, detenham o controle das condições necessárias à realização do trabalho profissional do Assistente Social, este é resultante

da correlação de forças econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas que se desenvolvem na sociedade e, portanto, se desenvolve tanto no sentido da reprodução quanto da superação do *status quo*.

Historicamente falando, o Serviço Social surge no Brasil na década de 30, num contexto contraditório e tenso em que o capitalismo monopolista se consolidava e exigia do Estado um posicionamento frente aos processos de regulação social e os embates entre as classes sociais. Assim a profissão se institucionaliza como um dos recursos mobilizados - inicialmente pelo Estado e posteriormente pelo empresariado - para enfrentar as expressões da questão social, especialmente às vinculadas às condições objetivas de vida da classe trabalhadora e empobrecida; o que apontava que os problemas vivenciados pela classe não dominante começavam a ganhar visibilidade na cena política.

Neste período, a ação do Assistente Social era normatizada e direcionada pela doutrina da Igreja Católica, que também foi a responsável pela formação das primeiras assistentes sociais brasileiras e pelo caráter apostólico e humanista da profissão na sua origem. Aqui a questão social era tratada como problema moral e religioso e buscava-se alterar os valores e comportamentos da população para sua integração à sociedade através da renovação moral e da adesão à ação social da Igreja.

Até o início dos anos 40, a ação social era de domínio quase exclusivo da Igreja Católica, porém nessa época o conservadorismo católico entra em contato com o Serviço Social norte-americano e com o pensamento positivista; método de abordagem do real de maneira manipuladora, instrumental e imediatista do homem, para o qual a única alternativa era a do ajustamento.

Paralelamente, o Estado estava sendo mais diretamente pressionado à intervir no processo de regulação das relações sociais, na perspectiva de viabilizar o processo de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, atender às necessidades sociais da classe trabalhadora, cuja demanda por bens e serviços era crescente. Além disso, visando garantir sua legitimidade, neste período o Estado incorporou algumas reivindicações dos trabalhadores, sancionou algumas leis sindicais e trabalhistas e

implantou algumas “políticas sociais” visando minimizar os conflitos que o sistema capitalista trazia consigo.

A operacionalização dessas ações abriu amplo espaço de trabalho para o Serviço Social, mas apresentavam-se de forma paternalista e repressiva e, em pouco tempo, já se mostravam pouco efetivas socialmente e subordinadas aos interesses econômicos.

Mergulhado nestas questões, o conservadorismo católico vai perdendo espaço no direcionamento da prática profissional para o conservadorismo característico da teoria social positivista e, no processo de desenvolvimento das relações sociais, o Serviço Social vai desenvolvendo ações junto ao Estado e ao empresariado que, apesar de fragmentadas e pontuais, mediavam os conflitos entre as classes.

Isso não significa, como já dissemos, que a prática do Serviço Social é regida exclusivamente em favor dos interesses do capital, pois ao participar da reprodução das relações sociais e conseqüentemente da reprodução do modo de vida, do cotidiano, dos valores, práticas políticas, sociais, comportamentos, etc, o Assistente Social, ao mesmo tempo, dá significado aos conflitos vivenciados pelos trabalhadores, cria e recria possibilidades de enfrentamentos da questão social e tem uma postura comprometida com os usuários dos seus serviços.

A história da profissão é infinitamente mais densa e rica do que estamos sugerindo, mas o que queremos evidenciar é que o desenvolvimento do Serviço Social na sociedade brasileira, como profissão, se dá na trama das relações sociais, políticas, culturais e econômicas da história concreta do país. Nas palavras de YASBEK (2004:13):

Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificados dentro da trama de relações que constituem a vida social e particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente às necessidades sociais dos homens em suas múltiplas dimensões (materiais, espirituais, culturais, subjetivas, etc). Estas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática do assistente social. Portanto, buscamos ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto das relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares.

Em um cenário internacional marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, criação da ONU, início da Guerra Fria, entre outras guerras e revoluções de menor expressão mundial, contraditoriamente, a participação dos trabalhadores na cena política brasileira estava em ampliação, através de lutas sociais e antiimperialistas e da defesa de um projeto de transformação social que era levado a cabo por diversos segmentos da sociedade (profissionais, intelectuais, trabalhadores, estudantes, segmentos da classe popular e média, etc). Neste processo, o Serviço Social incorpora novas funções profissionais ligadas à indústria e ao planejamento e administração de programas sociais que lhe garantem um salto quantitativo e qualitativo no âmbito teórico e técnico e, já na década de 60, a profissão amplia significativamente os questionamentos a respeito de seus referenciais.

Questionamentos internos à categoria profissional que aconteciam em toda a América Latina dão início a um movimento de renovação profissional nos níveis teóricos, técnicos, ideológicos e políticos e a críticas ao tradicionalismo profissional. No Brasil, o Chamado Movimento de Reconceituação da profissão tinha como meta construir um novo projeto profissional comprometido mais claramente com as demandas da classe trabalhadora, objetivadas com o desenvolvimento excludente e subordinado do sistema capitalista.

Na sua gênese imediata, a Reconceituação foi comandada por uma questão elementar: qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento? (...) Neste marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da questão social, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena política. (NETTO, 2005:09)

Com este movimento, emergem no Serviço Social brasileiro três vertentes de análise da sociedade e que vão direcionar as práticas dos profissionais da área até os dias atuais, são elas: a vertente modernizadora (voltada à modernização conservadora e com uma abordagem funcionalista, estruturalista e, posteriormente, sistêmica das relações sociais), a fenomenológica (voltada às experiências dos sujeitos e

fundamentada no pensamento de E Mounier) e a marxista (que remete a profissão, ainda que através de manuais, ao pensamento de Marx e à consciência de sua inserção na sociedade de classes). O movimento de reconceituação também foi muito importante para a valorização do trabalho do Assistente Social, no interior da própria categoria e para a efetivação do estatuto intelectual e teórico da profissão.

Paralelamente a este processo, o país vivenciava gigantescas alterações sociais, políticas e culturais resultantes do período de ditadura militar e num cenário marcado por muita repressão e outras formas de violência que recaiam também sobre as conquistas trabalhistas e sindicais. A demanda pelo trabalho do Assistente Social cresce e este é convocado a intervir nas expressões da questão social, em um arranjo do Estado que mesclava assistência e repressão.

Também coincide com o período de crise da ditadura e a reinserção da classe trabalhadora na cena política (com destaque para as mobilizações dos trabalhadores do ABC paulista), o reavivamento do movimento sindical, de movimentos populares e democráticos, a posição de segmentos da Igreja Católica pela democracia, a reorganização cultural do país, entre outros, deram as condições políticas para construção de um novo projeto profissional.

É ainda no interior da luta pela democracia que o Serviço Social, na década de 80, efetiva sua interlocução com a teoria social de Marx, expressa crescentemente sua dimensão política, amplia seu processo organizativo e os referenciais para sua prática. Crescem também o número de escolas de Serviço Social e o número de cursos de pós-graduação, reafirma-se, cientificamente, como área de produção de conhecimento.

Nas décadas de 80 e 90 é importante frisar a inserção dos Assistentes Sociais, nos avanços, na legislação brasileira ligada à proteção social; falamos aqui da promulgação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742/1993), da lei de regulamentação do Sistema Único de Saúde (Lei n.º 8.080/1990), entre outras; além da sanção da Lei que Regulamenta a Profissão e institui o novo Código de Ética (Lei n.º 8662/1993).

Apesar desse salto no âmbito legal, a reestruturação produtiva do capitalismo globalizado fez dessas décadas, anos adversos às políticas sociais, anos em que a opção neoliberal redireciona as intervenções do Estado frente à questão social e o Serviço Social sente, no seu cotidiano de trabalho, as conseqüências da atual subordinação das políticas sociais à estabilização da economia através do crescimento do 3º setor, da refilantropização das questões de combate à pobreza e à exclusão social, a precarização do trabalho, penalização crescente dos trabalhadores, o desemprego, as demandas dos trabalhadores sem terra, a exploração do trabalho infantil, a vivência precária nas favelas e nas ruas, a violência urbana e doméstica, as demandas das pessoas portadoras de deficiência e dos que se encontram em sofrimento mental, entre outras. São as novas e renovadas expressões da questão social, nas quais o Assistente Social é chamado a intervir.

Esses anos também representaram grande avanço na produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, sua consolidação no espaço acadêmico e reconhecimento como área de pesquisa, na apropriação do pensamento crítico, especialmente o marxista, na recusa do conservadorismo e de qualquer forma de violação dos direitos humanos e na sua abertura ao pluralismo¹. Além disso, o serviço social nos anos 90, tem se consolidado no âmbito interdisciplinar e assumido o desafio de repensar e dar efetividade à política de assistência social, como política pública no âmbito da seguridade social.

Todas essas questões nos servem para exemplificar a contradição inerente ao modo de produção capitalista que carrega consigo o germe de sua superação e mostrar que o Serviço Social, embora atue fortemente no âmbito da implementação das políticas públicas direcionadas pelo capital, é capaz de realizar um trabalho político e educativo no sentido da superação das desigualdades e injustiças sociais e avançar na

¹ O fundamento do pluralismo ligado ao conhecimento é a necessidade do debate das idéias, pois é nele, na discussão com o diferente que nos aproximamos mais do real. Sinônimo de abertura ao diferente, de respeito da posição do outro, de crença de que os conhecimentos podem se complementar, num posicionamento que oposto ao ecletismo e à conciliação de pontos de vista contrários, ou intoleráveis para uma consciência democrática socialista, especialmente no terreno dos valores.

construção e no desenvolvimento de seu projeto ético-político-profissional que se materializa no Código de Ética do Assistente social e, segundo NETTO (1999:104)

Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas: daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia, gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional.

É com um projeto de claro posicionamento político, em favor da equidade, da justiça social, da consolidação da cidadania e da democracia, que o Serviço Social vai receber o novo século e com ele as contradições inerentes ao sistema capitalista e as expressões da questão social nesses tempos de “financeirização” e “mundialização”.

Nesse sentido ainda é importante destacarmos que no âmbito da formação profissional, o projeto da profissão implica no compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados, cujo caminho passa pelo constante aprimoramento intelectual e pela articulação com outras categorias profissionais, que também se inserem na luta geral dos trabalhadores, rumo a sua emancipação.

Segundo IAMAMOTO (2004) os anos 2000 são uma época de regressão de direitos, especialmente no âmbito das conquistas trabalhistas, em favor do mercado e do capital internacional, onde as desigualdades são crescentes, a questão social é despolitizada e as políticas públicas veementemente desregulamentadas.

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (IAMAMOTO, 2004:03)

Como resultado temos a “descartabilidade” da vida e a banalização das diversas formas de violência, que se expressam, entre outras, na concentração de renda, poder e propriedade, no empobrecimento da população, no desemprego e subemprego desmedidos, a implementação de políticas públicas casuísticas e fragmentadas e o aumento da pobreza.

Alguns dados dos indicadores sociais brasileiros nos ajudam a ilustrar a gravidade das expressões da questão social na contemporaneidade.

Segundo estimativa do IBGE, somos atualmente 190 milhões de brasileiros e brasileiras, dos quais cerca de 81% vivem na área urbana. Em 2003 tínhamos o segundo menor índice de *Gini*² do mundo (0,60), em outras palavras, alcançávamos a segunda pior distribuição de renda do mundo; em 2007 esse percentual passou para os 0,53 e passamos a ocupar o 8º lugar entre os países cuja distribuição de renda é mais desigual.

Apesar dessa acentuada queda, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada e mantém o país, que está entre as 10 maiores economias do mundo, em patamares vergonhosos e desumanos de distribuição de renda. No Brasil, a renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é praticamente a mesma da apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres se apropriam de menos de 10% e isso nos garante um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo.

No campo do trabalho, entre os anos de 1995 e 2003 a taxa de desemprego saltou de 6,2% para 10% (IPEA), temos um crescimento do desemprego de 8% e, em 2008 ficou em 7,9%, quase dois pontos percentuais maior da taxa mundial de desemprego que é de 6,2%. Se somarmos isso ao crescente processo de desmanche da previdência social, à crescente proporção de empregados sem carteira assinada e sem acesso aos seus direitos trabalhistas, à precariedade das condições do trabalho

² O índice de Gini é utilizado para calcular a desigualdade da distribuição de renda. O índice de Gini aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de "0 a 1", onde o zero corresponde a completa igualdade de renda, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 que corresponde à completa desigualdade, isto é, uma só pessoa detém toda riqueza, e as demais nada tem.

informal e, entre outros, ao persistente trabalho infantil, teremos um quadro muito desfavorável à vida e à sobrevivência da população, como um todo.

Isso sem falarmos das taxas de analfabetismo, do desemprego estrutural, da precariedade da educação e dos serviços de saúde, do crime organizado, na fragilidade do sistema de segurança e justiça, na crescente e diversificadas expressões de violência na contemporaneidade, na desigualdade entre homens e mulheres, entre brancos e negros, no desmonte das políticas públicas e da destituição das responsabilidades do Estado neste campo, ou nas milhares de pessoas que “vivem” abaixo da linha da pobreza ou da indigência.

Diversas expressões da Questão Social contemporânea que desafiam os/as assistentes sociais, no seu cotidiano de trabalho, de maneira muito intensa e num terreno de desmanche e reconstrução dos direitos.

Ainda de acordo com IAMAMOTO (2008; 160-161)

É na tensão entre reprodução da desigualdade e produção da rebeldia e resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da Questão Social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida.

Além de decifrar as novas e renovadas expressões da questão social, é preciso que os profissionais não caiam na armadilha de desvincular suas diversas expressões de sua origem comum, perdendo assim sua dimensão coletiva e sua vinculação intrínseca à forma de organização da sociedade capitalista e as desigualdades existentes nesse processo. Ao mesmo tempo, não podemos ir para o pólo oposto e tomar a questão social de maneira genérica, sem suas particularidades locais, temporais, etc.

Nesse processo de reprodução de interesses contrapostos (capital e trabalho) somos chamados a criar estratégias profissionais para fortalecer e defender os interesses e direitos dos/as trabalhadores/as, o que exige profissionais críticos, capazes de formular, criar, monitorar e avaliar políticas, atuar em equipes multiprofissionais, realizar ações de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa, além das ações diretas com os/as usuários/as dos serviços e da luta política.

No âmbito da formação e do exercício profissional somos desafiados a reafirmar cotidianamente nosso projeto ético-político, a permanecermos em constante processo de qualificação em tempos de mercantilização e precarização do ensino (crescentemente à distância); a lutar por condições de trabalho e remuneração adequadas; usar o poder político que dispomos em favor dos interesses dos nossos usuários/as; lutar contra todos os tipos de preconceito e discriminação, por exemplo, no trato com os novos e diversos arranjos familiares; a afirmar a Assistência Social como política pública; a contribuir na consolidação dos Conselhos e de outros mecanismos de participação e controle social, entre outros.

Antes de terminarmos esse breve histórico é imprescindível destacar a formulação e implementação da Política Nacional de Assistência Social, a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que propõe um novo modelo de gestão da política de assistência social, com divisão de responsabilidades entre as três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal) e se propõe a organizar e regular de forma descentralizada e participativa em todo o país os serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais. Inegavelmente o SUAS é um marco na reafirmação da Assistência Social como política constituinte da Seguridade Social e os/as Assistentes Sociais são peças fundamentais nesse processo.

É assim que a profissão se desenvolve no Brasil, entrelaçada ao processo de desenvolvimento das relações de produção e reprodução do sistema capitalista, bem como no seu enfrentamento teórico e prático e na luta pela superação desse modo de (des) organização social. Nosso objetivo aqui foi só ressaltar alguns aspectos desse denso e contraditório processo de construção cotidiana de uma categoria profissional que em tempos de barbárie, como os que vivenciamos, se mantém na defesa

intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da democracia... e ousa assumir um código de ética, expressão do seu projeto ético-político profissional que se vincula ao *processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação- exploração de classe, etnia e gênero*. (Código de Ética do Assistente Social. BRASIL, 1997)

2.2- VIOLENCIA SEXUAL E COTIDIANO PROFISSIONAL

Debruçaremos-nos, agora, sobre uma das expressões da questão social, que embora não seja nova, tem ganhado destaque na sociedade contemporânea e conseqüentemente no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais, qual seja, a violência sexual que, enquanto forma de exploração-dominação de gênero (como está sendo abordada aqui), é um dos desafios contemporâneos da profissão.

Analisar as múltiplas expressões da violência na contemporaneidade e suas relações com o Serviço Social nos diversos espaços socioocupacionais em que os assistentes sociais atuam profissionalmente (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985), é condição básica para um exercício teórico-prático crítico que se proponha a perseguir, perquirir e reconstruir (ainda que não exatamente) o movimento do real como 'concreto pesado' (MARX, 1989). Trata-se de uma iniciativa que, certamente, não se limita ao Serviço Social, mas o desafia no sentido de discutir a violência como uma categoria que se objetiva (heterogeneamente, mas não isoladamente), sob dadas condições sócio-históricas, como um complexo social que envolve essa profissão e seus profissionais e exige deles posicionamentos e ações que possam criar, reafirmar ou inibir processos violentos. (SILVA. 2008:266).

Como vimos, o Assistente Social, tem sua origem e história intimamente vinculada à questão social e, conseqüentemente, a diversas expressões da violência que são intrínsecas ao sistema capitalista ou dele resultam. Assim, a atuação do Serviço Social no enfrentamento da violência - em qualquer de suas manifestações - atravessa a história, o cotidiano da profissão e a desafia a dar vida e forma ao seu projeto ético-político na defesa dos direitos humanos, da democracia e ao processo de *"construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero"*. (Código de Ética do Assistente Social. BRASIL, 1997).

Por isso podemos afirmar, sem messianismo, que o Assistente Social pode exercer um papel fundamental na prevenção e/ou enfrentamento da violência e, por outro lado, sua prática também pode reforçar e recriar as diversas violências sofridas pela população atendida.

Neste sentido, é preciso que o Assistente Social coloque sua formação teórico-prática para inibir e reverter o circuito da violência. Não basta criticar e denunciar a violência é preciso combatê-la praticamente, apreender a demanda que nos é colocada, recriar criticamente essa realidade e propor alternativas viáveis, que respeitem os limites institucionais e locais.

As manifestações de violência que vão das mais amplas e universais até as mais singulares e se apresentam, entre outras, sob a forma de desigualdades de renda e riqueza, da exclusão, da fome, do tráfico de seres humanos, da pobreza, da prostituição infantil, da corrupção, da precariedade dos serviços de saúde e educação são extremamente complexas e densas de desafios, exigem grande capacitação teórica e técnica dos profissionais que atuam nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais e lidam com essas questões.

Por outro lado, a atuação profissional frente à violência e às demais expressões da questão social postas no cotidiano do trabalho, tem que ser criativa, expressar o compromisso com o usuário, com a competência e aprimoramento profissional e principalmente manter-se atenta para não sucumbir às armadilhas da naturalização e banalização do pensamento e da ação frente às mesmas; para não se perder na aparência da problemática, reforçar a violência e negar o atual projeto ético-político da profissão que implica um novo compromisso com o usuário, com a competência e com o aprimoramento profissional.

Segundo FRAGA (2002:46), precisamos:

“... tomar a violência dialeticamente, entendendo, a partir de suas condições concretas de existência, que ela tem um ‘lugar’ no bojo das contradições sociais, e não é, como pensa o eticismo abstrato, uma degeneração do ‘verdadeiro ser humano’, mas sim um modo específico de afirmação do indivíduo sob a vigência de determinadas formas de sociabilidade”.

A violência se encontra entre os assuntos de maior relevância social nos dias de hoje e é um tema multifacetado e multicausal, que se impõe aos sujeitos e muitas vezes não é vivenciada como tal. Retomo aqui a chamada violência estrutural, inerente à organização social capitalista, que nos é imposta através das regras, valores, propostas, atitudes, ações que nos fazem considerar normais, naturais e até necessárias, a mercantilização das relações sociais, a existência da pobreza e das tantas formas de desigualdades sociais, econômicas, culturais.

Ainda de acordo com FRAGA (2002), a vida na contemporaneidade é regida por dois ângulos, que não podem escapar das análises do Serviço Social e são fundamentais para a qualidade de sua prática política e profissional: um é o ângulo econômico, que se manifesta sob a vigência da mercadoria e o outro político, que se manifesta pela teoria neoliberal a qual, além de diminuir a inserção e ação do Estado no campo social, tem ampliado no âmbito policial; retrocedendo no tempo em que a violência era reduzida a um problema de polícia ou, em outras palavras, onde assistíamos (não passivos) a criminalização da questão social. Por outro lado, vivenciamos de maneira mais intensa a cada dia, à exacerbação da violência interpessoal, nos lares, escolas, entre familiares, amigos, parceiros íntimos.

Considerando a heterogeneidade das expressões da violência que tem sido produzida e reproduzida nos mais diferentes espaços da vida social e a impossibilidade de abordá-las conjuntamente, promovemos um recorte nesse universo e daremos ênfase a uma forma específica de violência interpessoal, que ocorre através de relações sexuais não consentidas.

A violência sexual, enquanto expressão e resultante da violência social/capitalista, tem desafiado os profissionais do Serviço Social cotidianamente e mostrado a necessidade contínua de criarmos estratégias de trabalho que possam dar respostas o mais adequadas possíveis aos diversos atores envolvidos nessas situações (vítimas diretas ou indiretas, abusadores, familiares, profissionais que atuam nos casos, etc) e que não permitam que estes deixem de ser sujeitos políticos, capazes de criar outras histórias, histórias não marcadas pela violência, ou de reconstruírem suas relações de maneira saudável, apesar da violência vivenciada.

Como já foi dito, a violência sexual, a partir da abordagem aqui utilizada, é parte da violência vivenciada nas relações de gênero e expressa um abuso de poder sobre o outro, uma violação de direitos sexuais e reprodutivos³. Violência em que a parte diretamente violentada é despida do direito de vontade, de poder e uso de seu próprio corpo, que é “objetalizado” e função do desejo do outro.

Reconhecida como crime e grave violação dos direitos humanos, a violência sexual também é apontada como problema de saúde pública. Outra característica é o fato de afetar as pessoas indiscriminadamente: homens, mulheres, crianças, idosos, negros e brancos, de todas as raças e etnias, ricos, pobres, ninguém está isento do risco de ser violentado sexualmente ou envolver-se nesse crime.

Uma temática presente nos programas jornalísticos, nas novelas e na mídia em geral, grande meio de naturalização e banalização dessa forma de violência responsável, por exemplo, pelo pouco ou ligeiro impacto que um caso de estupro causa na população, forma de violência sexual que atinge diariamente dezenas e centenas (se pensarmos mundialmente) de pessoas (especialmente mulheres e crianças) que são estupradas por seus pais, parentes, maridos, companheiros, vizinhos ou (em uma pequena parcela dos casos) por pessoas desconhecidas.

Atrelados à violência sexual, que pode durar anos, se apresentam o preconceito e o descrédito comum de familiares, amigos e profissionais em relação à situação das vítimas diretas. Também há o desconhecimento e o descrédito nas leis e na justiça, o

³ Direitos reprodutivos - Direito das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas. Direito à informação, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos. Direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência. Direitos sexuais - Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a). Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual. Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças. Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física. Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual. Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras. Direito de ter relação sexual independente da reprodução. Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS. Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação. Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva.

medo e as ameaças que acompanham as histórias, a dependência emocional, psicológica, financeira, ideológica existentes entre agressores e vítimas diretas.

Essas e outras tantas nuances da violência sexual nos permitem afirmar, com segurança, que esta se constitui uma temática de grande relevância para o Serviço Social, além de estar presente no cotidiano desses profissionais, independentemente dos espaços sócio-ocupacionais em que atua.

Os Assistentes Sociais hoje e sempre, desejando ou não, conscientes ou não, assumindo discursivamente ou não, acabam reforçando ou não, com maior ou menor intensidade, no exercício profissional, o circuito da violência. Não há meio-termo! Não existe abstenção! Trata-se de um processo contraditório que não se limita à profissão, mas a perpassa e dela exige respostas que estão, de uma forma ou de outra, sendo construídas e operacionalizadas. Se nós, assistentes sociais, estamos sendo capazes de apreendê-la é outro problema. É necessário, de início reconhecê-las para poder vê-las criticamente, construir alternativas e adotar posições individuais e coletivas que inibam a perpetuação da violência. Para tanto, o conhecimento e o preparo teórico/prático são cruciais, ainda que insuficientes (SILVA, 2004: 140).

Embora o autor acima esteja tratando especialmente da violência urbana, podemos aplicar sua fala a todos os tipos de violência que envolve as relações sociais contemporâneas. São inúmeras e diversas as demandas relacionadas à violência sexual que requisitam a intervenção do Assistente Social e de outros profissionais, tantas quanto a diversidade de significados e tipos de crime que o termo pode abarcar.

Só pra recordarmos, sob essa denominação estão ou podem estar (de acordo com o autor, a linha de abordagem, a área de saber) abarcados os abusos sexuais (mais utilizado quando a violência é cometida contra crianças e adolescentes), a violência doméstica, a violência intrafamiliar, a prostituição adulta e infantil, a exploração sexual, a pedofilia, a violência conjugal, o estupro, a violência de gênero, a violência contra a mulher e também é comum o uso indiscriminado desses termos para significar a mesma situação.

Parece-nos que essa imprecisão de definição é o primeiro grande empecilho à efetividade e qualidade dos trabalhos realizados nesta área. Guardadas as devidas especificidades relacionadas, especialmente à idade da vítima direta, ao sexo dos envolvidos, à relação existente entre eles, à duração do abuso, acreditamos que três

questões são chave nesse processo e uma ação direcionada, ou por essas questões são fundamentais para minimizar a ocorrência da violência sexual em todas as suas manifestações. A primeira refere-se às relações de gênero, a segunda às relações de poder e a terceira à coisificação do humano e banalização da vida.

Também é impossível falar de violência sexual, sem fazer referência à instituição familiar, que na atualidade se apresenta sob diversas e novas configurações mergulhadas nas complexas relações econômicas, sociais, culturais e políticas que determinam as formas de exercer suas “funções” de reprodução, socialização de indivíduos, internacionalização de valores, educação e desenvolvimento de seus membros. “Funções” conservadoras, mas reais e que são usadas em tempos de capitalismo financeiro para acirrar as relações assimétricas de poder, competitividade, individualismo, violência, bem como, os conflitos comuns ao movimento contraditório de um sistema que carrega em si o germe de sua própria destruição e também dá espaços aos que conseguem ou lutam pela existência de relações mais saudáveis e de respeito mútuo. Assim, mesmo que a violência sexual não ocorra no interior da família, esta estará intimamente afetada pelo impacto causado nos familiares das pessoas abusadas sexualmente, independente das circunstâncias.

Toda violência é formada por ações capazes de impor a perspectiva do violentador sobre o violentado. Materializa-se contando com indivíduos, grupos, classes ou segmentos de classe (considerando os interesses sociais envolvidos), supondo, necessariamente, em seu processo de objetivação, determinadas condições sócio-históricas. (...) Possui, portanto, um caráter necessariamente complexo e multifacetado, transitando do individual ao coletivo (e vive-versa) em diferentes espaços, sob formas variadas, com impactos e resultados heterogêneos. (SILVA, 2007:132).

Além de serem aspectos fundamentais para a análise da violência, gênero, poder e coisificação do humano também são questões fundantes das principais manifestações da questão social ao longo da história e, conseqüentemente, compõem a matéria-prima do trabalho do Assistente Social.

Nessa realidade densa de desafios, os profissionais do Serviço Social precisam realizar intervenções propositivas, criativas, qualificadas, sem abrir mão da crítica e da análise do contexto onde a violência sexual se manifesta, respeitando e atentando para

as especificidades dos casos, sem, contudo perder sua relação com o contexto mais amplo e o caráter estrutural da violência. É indispensável também que o profissional seja capaz de ver os sujeitos envolvidos na situação de violência, sujeitos políticos, seres sociais cheios de potencialidades e que não podem ser reduzidos simplesmente ao papel de agressores ou vítimas, em que a violência os coloca.

É inegável que o Serviço Social não conseguirá transformar, sozinho, essa realidade, porém não podemos deixar que isso nos paralise, precisamos dar nossa contribuição nesse processo e ter a prática cotidiana como um entrave à perpetuação de qualquer forma de violência.

As escassas referências sobre o assunto e nossa experiência profissional mostram que o (a) Assistente Social tem sido responsável pelos atendimentos iniciais das pessoas envolvidas nas situações de violência sexual, especialmente às vítimas diretas e aos seus responsáveis, quando estas são crianças ou adolescentes. Costuma coletar informações sobre a história do (a) paciente e sobre o histórico do abuso; buscando avaliar os riscos de novas agressões, orientar e dar os encaminhamentos médicos, psicológicos, de proteção e responsabilização dos envolvidos. Também acompanha, orienta e apóia as vítimas indiretas (em geral familiares da pessoa que foi abusada), das situações e discute com os (as) demais profissionais da equipe ou com profissionais de outros serviços como será o acompanhamento e direcionamento dos casos.

De maneira geral, podemos dizer que o Assistente Social atua como um profissional aglutinador dos diversos atendimentos direcionados aos usuários (atendimento médico, psicológico, jurídico, etc), entre outros porque sua formação técnica permite/facilita a visualização do caso de forma ampla, atenta às diversas nuances de cada caso e do contexto familiar, moral, comunitário e social que o envolve; incluindo aí questões sobre o cotidiano das famílias, as angústias e as cumplicidades geradas pelas situações ou pela “publicização” delas e observações sobre outras possíveis “vítimas”.

Atuação que exige intenso e contínuo preparo técnico e psicológico para lidar com as situações, tomar contato e atender agressores diretos e indiretos, conviver com

as dificuldades para a responsabilização dos autores dos crimes (vinculada a lentidão da justiça), enfrentar a banalização/naturalização das situações por familiares, pela própria vítima, por colegas de trabalho, entre outros; e principalmente acompanhar o sofrimento e a “re-vitimização” (relacional, social, institucional) das pessoas que são violentadas sexualmente.

O assistente social também costuma notificar os casos aos órgãos competentes, encaminhar as famílias ou indivíduos para serviços especializados ou outros, pertinentes a outras demandas sociais, procura identificar a rede familiar e comunitária de apoio e proteção das vítimas, auxiliar na avaliação dos riscos de agravamento ou esquecimento das relações abusivas, acompanhar as famílias, etc.

Ousaria dizer que a grande maioria dos casos de violência sexual que chegam às instituições de saúde, assistência, proteção, educação, etc (quando contam com este profissional no seu quadro de funcionários) passam pelo Serviço Social, pois nem todos os casos serão levados a um atendimento médico e psicológico, nem todos gerarão denúncias ou processos judiciais. Muitos serão caracterizados apenas como desabafos de pessoas que, no atendimento com este profissional, encontram um espaço de escuta acolhedor, legitimador e promotor de mudanças nas situações vividas.

Em nossa busca por caminhos, consoantes com o projeto político da profissão, para lidar com essa problemática, encontramos em IAMAMOTO (1999) o direcionamento para lidar com essa demanda. Seguindo seu raciocínio, é preciso atrelar as bases teórico-metodológicas, os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social e as condições institucionais para garantirmos a efetividade de nossas ações.

Em relação às bases teórico-metodológicas, podemos dizer que a violência sexual exige o aprofundamento teórico constante sobre as expressões contemporâneas da questão social e da sociedade capitalista, com destaque para os impactos dessa violência no cotidiano das pessoas e familiares envolvidas, num *esforço* constante de ser um assistente social “... *que extrapole o mecanicismo da prática de atendimento no cotidiano das instituições, que busque articular-se em redes com outros colegas, para*

juntos pensarem em possíveis caminhos de intervenção”. (LISBOA e PINHEIRO, 2005:205)

Caminho cujo marco orientador é o Código de Ética profissional, que prevê, entre outros, o aprofundamento dos conhecimentos teóricos sobre o objeto de intervenção como essencial à atuação competente e compromissada com a superação do modo de organização da sociedade contemporânea.

Por ser um profissional de caráter eminentemente interventivo, os instrumentos técnicos operativos são essenciais para o trabalho do Assistente Social. Instrumentos que embora tenham, em grande parte, uma origem/base conservadora, precisam estar articulados às dimensões críticas da profissão. Assim, os corriqueiros ou novos instrumentos de ação - visitas domiciliares, grupos sócio-educativos, reuniões multidisciplinares, registro e sistematização das ações, a elaboração de pareceres, estatística, indicadores e pesquisas sobre as demandas, a articulação em rede, a participação em fóruns e conselhos de direitos - devem ser utilizados sem perder o foco e a objetividade da ação, vislumbrando a resolução ou minimização do problema na sua “imediatez” e, ao mesmo tempo, instrumentalizando o enfrentamento e a transformação de suas bases de sustentação.

Por último, estão as condições institucionais, e essa é a questão em que o Assistente Social se vê mais limitado enquanto profissional inserido nas relações de trabalho, à medida em que exerce pouca influência sobre as dificuldades institucionais, que vão desde a inadequação da estrutura física dos equipamentos, à ausência e pouca efetividade das políticas públicas direcionadas ao combate da violência sexual, passando pelos entraves políticos⁴ e orçamentários para a implementação de programas ou projetos nessa área, cujo pano de fundo é dado pelo Estado, que permanece inoperante em relação às demandas sociais.

O desafio é grande, mas com comprometimento e com o questionamento constante e inquieto da realidade social e a realização de ações em parceria com outras categorias profissionais, fortalecido pela compreensão ético-política da prática

⁴ Merece destaque aqui a dificuldade de se efetivar ações de combate à exploração sexual, pois esta problemática envolve o crime organizado e representantes dos altos escalões da política e da justiça.

profissional, o enfrentamento das contradições aparentes e não aparentes na trama das situações de violência sexual, para o qual o Assistente Social tem grandes contribuições a fazer, podem ser efetivados e obstaculizar a produção e reprodução da violência também em sua expressão sexual.

Para finalizar faremos, mais uma vez, nossas as palavras de Bertold Brecht, que reitera poeticamente a percepção essencial de que as raízes da violência (qualquer que seja sua expressão) estão no modo de produção e reprodução das relações sociais do sistema capitalista, que trabalha incessantemente para que essa relação permaneça oculta e os problemas sejam enfrentados apenas no imediatismo. Em suas palavras: *“Do rio que tudo arrasta se diz violento, mas não se dizem violentas as margens que o oprimem”*.

CAPÍTULO 3

A EXPERIÊNCIA DA REDE DE ATENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL (RAVIS) DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

3.1 - BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO



Diadema é um município do Estado de São Paulo, que nasceu de um vilarejo da zona rural de São Bernardo, denominado Vila Conceição. O processo de ocupação desse tímido núcleo habitacional foi indiscutivelmente ligado à sua localização geográfica entre o litoral (Vila de São Vicente) e o planalto (Vila de São Paulo de Piratininga). A existência de uma via de ligação entre São Bernardo e Santo Amaro (hoje bairro do município de São Paulo) proporcionou a chegada dos primeiros moradores à Vila Conceição, ainda no século XVIII.

Diadema foi constituída a partir de quatro povoados dispersos, ligados por caminhos precários e com vida própria na década de 40. Com os outros seis municípios que hoje constituem o Grande ABCD, formava um único, cuja sede era a Vila de São Bernardo.

A partir da década de 50, Diadema começou a sentir os efeitos das transformações produzidas pela industrialização em São Paulo e ser notada no cenário econômico regional. Nesse período, o sistema de escoamento da produção que, até então, era feito pelas ferrovias, entra em declínio e o governo passa a optar pelos circuitos rodoviários, cuja principal via era a Rodovia Anchieta, inaugurada em 1947 representando uma nova fase da industrialização paulista e de desenvolvimento do capitalismo no país.

Em São Bernardo, ao longo desta rodovia, instalaram-se grandes indústrias multinacionais (automobilísticas) e as regiões próximas a auto-estrada passaram a ser visadas pela população, atraídas por preços baixos dos loteamentos habitacionais. Desta forma, a região de Diadema recebeu novos moradores, além de ser ocupada por pequenas e médias empresas nacionais, que produziam, na sua maioria, objetos complementares para as grandes empresas.

A expansão urbana e industrial paulista em direção ao ABC rapidamente despertou os interesses das lideranças políticas no Distrito de Diadema¹ e o entendimento de que a mudança de distrito à município favoreceria o desenvolvimento do lugar, isso atrelado ao movimento de moradores de um vilarejo do distrito, notadamente isolado de São Bernardo, que sofria com a falta de infra-estrutura e serviços básicos foram fatores determinantes para a emancipação político-administrativa de Diadema, ocorrida em dezembro de 1958 a partir de um plebiscito e sancionado pela Assembléia Legislativa no ano seguinte.

Entre as décadas de 60 e 70, uma grande explosão demográfica, ocasionada pelo fluxo migratório de trabalhadores para Diadema, causou impacto significativo na cidade que não tinha infra-estrutura compatível ao crescimento populacional e investia pouco nas políticas sociais.

Em 1970, a população chegaria aos 79.000 habitantes, muitos dos quais ainda usavam a cidade apenas como dormitório. Como alternativa para esse quadro, o governo incentivou - através da isenção de impostos - a instalação de novas indústrias na região, transformando-a em um importante parque industrial, com destaque para a

¹ Diadema passou à distrito de São Bernardo em dezembro de 1948, através da Lei n.º 233.

metalurgia e as indústrias de cosméticos que, somente na última década, tiveram um índice de empregos inferior ao dos setores de serviços e comércio, em crescimento.

A partir da década de 80, o perfil da industrialização de Diadema começa a ser modificado visivelmente; a cidade recebe investimento de vários setores deixando de ser apenas uma cidade dormitório e se incorpora definitivamente ao processo produtivo do ABCD.

Conseqüentemente, o processo de crescimento intenso e desordenado da cidade agravou vários problemas existentes: habitações irregulares e insalubres, ocupações em área de mananciais, precariedade de infra-estrutura, ausência de rede de esgoto em diversas áreas periféricas, falta de lazer, transportes, hospitais, escolas, moradias adequadas à crescente população e a explosão da violência urbana foram apenas alguns dos problemas que marcaram a jovem cidade a partir do final da década de 80.

Diadema é considerada a cidade com maior densidade demográfica do Estado de São Paulo e a segunda no Brasil, com cerca de 12.877 hab/km². Grande parte dos seus problemas atuais resulta do crescimento desordenado da população e da falta de organização na urbanização/desenvolvimento dos bairros e regiões mais afastadas.

Segundo dados do IBGE, em 2000 o Município contava com uma população de 357.064 habitantes e a estimativa para 2007 (segundo a Fundação SEADE) era de 389.271 habitantes, considerando sua taxa de crescimento populacional anual que é de 2,48%.

Diadema tem uma história semelhante à de outros municípios jovens que tiveram que enfrentar os problemas oriundos de um crescimento populacional desordenado e vertiginoso. Por outro lado, e como é comum a todo processo histórico, a cidade tem também algumas especificidades que marcam seu desenvolvimento, dentre as quais destacamos a questão da violência urbana e o conseqüente enfrentamento a essa e outras expressões de violência que o Município foi obrigado a realizar.

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, classificou de "monstruosa" a violência cometida por policiais militares, numa blitz realizada em Diadema, São Paulo. Na operação, conforme reportagem apresentada na edição de hoje do "Jornal Nacional", da Rede Globo, um grupo de dez policiais torturou com socos, tapas e pancadas de cassetetes várias pessoas sem chances de defesa. Um dos rapazes, depois de dispensado,

quando já deixava o local em seu carro, foi atingido por um tiro disparado por um dos policiais e acabou morrendo. (Folha on-line 31/03/1997)

Em 1999, Diadema estava em primeiro lugar no ranking de homicídios do Estado de São Paulo, com uma média de 31 assassinatos por dia. Folha de São Paulo. 06/03/2005.

Em 1996, a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo apontava Diadema como a segunda cidade mais violenta do Estado. No final da década de 90, Diadema já era uma das cidades mais violentas do mundo, com 140,4 homicídios por 100 mil/hab., taxa que cresceu 49% em 04 anos².

A chamada “cidade sem Lei” atingiria em 1999 a maior alta de homicídios por habitantes, com absurdas 374 mortes por 100 mil/hab. Nesse período, além das organizações policiais estarem desacreditadas e marcadas pela corrupção (principalmente a Polícia Militar) encontravam-se desarticuladas e com um efetivo inferior ao número necessário, considerando a taxa populacional da cidade. As tabelas e dados, apresentadas a seguir nos ajudam a visualizar esses fatos.

² Nos anos de 1995 à 1998, segundo dados do Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Tabela 1 - Ocorrência de homicídio no período de 1995 a 2008, por total anual.

ANO	N. ° DE HOMICÍDIOS. POR 100MIL/HAB
1995	255
1996	324
1997	289
1998	345
1999	374
2000	271
2001	238
2002	201
2003	167
2004	129
2005	103
2006	78
2007	80
2008	82
Fonte: Secretaria de Defesa Social de Diadema e Secretaria de Segurança Pública.	

Se compararmos o maior índice em 1999 com 374 homicídios com os índices de 2008 apresentados na tabela 1, notaremos que houve uma redução importante de 78% de ocorrências neste período, avanço significativo obtido a partir das iniciativas de combate á violência que o Município vem realizando..

Tabela 2 – Taxas de homicídio doloso por 100 mil/hab., nas cidades de Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André e o Estado de São Paulo.

ANO	DIADEMA	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SANTO ANDRÉ	ESTADO DE SÃO PAULO
1999	102.82	51.19	39.43	35,27
2000	76.15	52.79	43.20	34,18
2001	65.79	36.94	32.66	33,23
2002	54.12	34.63	29.71	31,08
2003	44.48	34.40	28.59	28,29
2004	35,39	27,56	17,14	22,26
2005	27,57	19,13	15,39	17,71
2006	20,26	13,58	12,93	14,96
2007	20,55	10,85	10,20	11,89
2008	21,13	7,96	16,27	10,76
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.- Até 2000: Dados da Res SSP 150/95. A partir de 2001: Dados da Res SSP 160/01. População residente: Fundação SEADE. Projeções de população flutuante para estâncias turísticas: Fundação SEADE.				

Apesar dos esforços, Diadema ainda apresenta um alto índice de homicídios dolosos se comparado a São Bernardo e Santo André; em relação ao Estado o número é 51% maior. No período que compreende 1999 a 2008, no Estado de São Paulo, houve uma redução de 31% dessa taxa, enquanto Diadema diminuiu em 21%; portanto as medidas de prevenção e combate à violência devem ser intensificadas até que se chegue a um índice aceitável.

Os dados apresentados sobre homicídios são indicadores alarmantes e fundamentais para a análise da expressão urbana da violência no município, apesar de não se constituir como objeto do tema a ser desenvolvido ilustra o processo de enfrentamento da violência realizado em Diadema e a conseqüente redução destes indicadores.

A linha geral que conduziu esse processo de combate à violência foi essencialmente preventiva. Em 2002, a Coordenadoria de Defesa Social passou a Secretaria Municipal de Defesa Social (SDS), e teve como primeira tarefa elaborar um conjunto de ações de segurança e prevenção à violência, que se subdividia em quatro eixos: melhoria da eficiência, investimento nas políticas sociais e de prevenção, participação popular e fiscalização; ações que deveriam estar integradas entre si e exigiam a interface com outras secretarias de governo.

O mapeamento e diagnóstico da criminalidade, a criação do Projeto Adolescente Aprendiz³, a integração das Polícias Civil e Militar com a Guarda Civil Municipal, a implementação e fiscalização da Lei de Fechamento de Bares⁴, a criação do Conselho Municipal de Segurança, a urbanização de favelas, a ampliação da iluminação pública, a realização de campanhas de entrega voluntária de armas e desarmamento infantil, entre outras, são os destaques desta política. O conjunto dessas ações, sem dúvida, permitiu reduzir consideravelmente o índice de homicídios na cidade.

Apesar dos interesses econômicos e político-partidários dos setores envolvidos nessas ações, é inegável que em pouco tempo a cidade passou da incômoda classificação de uma das mais violentas cidades do país para um exemplo no enfrentamento da violência.

Marcada como cidade do crime e da morte, Diadema virou o jogo e hoje é referência nacional e internacional em segurança. Ações integradas da prefeitura na cidade reduziram todos os índices de criminalidade, especialmente os homicídios, que caíram 68% nos últimos oito anos. (CAMARGO: 2007).

³ Projeto dirigido a adolescentes de 14 e 15 anos das áreas de maior vulnerabilidade social do município. Neste período a juventude era o principal alvo de mortes violentas em Diadema e em todo o estado de São Paulo.

⁴ Lei Municipal nº 2.107, de 13 de março de 2002 que estabelece normas especiais para funcionamento de bares e similares, com destaque para o horário de funcionamento dos mesmos, entre 06:00 e 23:00 horas.

Gráfico 1:



A tabela 1 e o gráfico 1 ilustram o êxito das ações implementadas no município a partir do ano 2000, vale ressaltar que segundo a SDS a principal medida responsável pela queda de homicídios na cidade foi a Lei Municipal nº 2.107/02, que determina o fechamento de bares e similares entre 23:00 e 6:00 horas, já que o mapeamento da criminalidade demonstrou que 60% dos homicídios ocorriam no período das 23:00 às 4:00 horas, nas proximidades e no interior de bares e envolvendo pessoas alcoolizadas.

Em 2005, Diadema inicia uma segunda etapa no combate e prevenção à violência e lança o II Plano Municipal de Segurança Pública, sua elaboração contou com a parceria do Instituto Sou da Paz e está fundamentado nas conquistas e desafios da atuação da SDS nos últimos anos e no impacto destas no cotidiano da população⁵.

⁵ Para isto foram realizadas entrevistas com funcionários da secretaria, representantes da sociedade civil e beneficiários dos programas da prefeitura, para o levantamento de demandas; além de 05 audiências públicas realizadas na cidade de maio a junho de 2005, nas quais a plenária debatia e apresentavam críticas e sugestões ao plano.

Antes de seu lançamento, o Plano foi apresentado e discutido com as áreas de maior interface nas ações, as secretarias de Saúde, Assistência Social e Cidadania, Cultura, Educação, Esportes e Habitação, marcando desta forma o contínuo e necessário compromisso com as ações compartilhadas entre as mesmas.

Lançado oficialmente em 12 de agosto de 2005, o II Plano de Segurança foi dividido em três grupos de prioridades: a) Criminalidade e fatores potencializadores, b) Gestão e c) Urbanização – que se desdobram em 17 compromissos⁶:

1. Intensificar a redução do número de homicídios;
 2. Criar e implementar Políticas Públicas inovadoras de prevenção da violência, voltadas para a Juventude;
 3. Combater a Violência intrafamiliar;
 4. Colaborar nas ações de combate ao tráfico de drogas;
 5. Promover a Cultura de Paz nas escolas;
 6. Combater a sensação de insegurança;
 7. Desarmamento;
 8. Difundir a Cultura de Paz como estratégia contra a Cultura de Violência;
 9. Garantir a tolerância e a diversidade de identidades nas políticas públicas de segurança;
 10. Câmeras de segurança: estabelecer um conjunto de regras e limites de utilização;
 11. Ampliar a articulação da Secretaria de Defesa Social com as outras secretarias do município;
 12. Criar canais alternativos de participação popular na gestão da Secretaria de Defesa Social;
 13. Investir na formação e no aperfeiçoamento da Guarda Civil Municipal como órgão comunitário e preventivo;
 14. Incrementar o sistema de informações criminais;
 15. Avaliação da execução e impacto do Plano;
 16. Desenvolver novas etapas do processo de fechamento de bares;
 17. Investimento “na criação, revitalização e melhoria de espaços públicos.
- (II Plano Municipal de Segurança- Diadema em PAZ, 2005)

Atualmente a cidade tenta dar continuidade as ações que contribuíram para a reversão de sua situação de cidade mais violenta do país, para cidade exemplo de combate á violência urbana. Segundo dados da SDS resultantes de um balanço da Experiência de Diadema em Políticas Públicas de Prevenção ao Crime e à Violência, de 2001 a 2008 houve uma redução de 78,95% nos homicídios entre jovens de 10 a 20 anos e a Lei de fechamento de bares levou a redução nos índices de criminalidade,

⁶ Na versão completa do texto, a cada um dos compromissos segue sua justificativa, as ações a serem implementadas, os atores envolvidos e os resultados esperados de cada ação.

com destaque às ocorrências de homicídios, à queda nos atendimentos na área de saúde, à diminuição do índice de ocorrências com vítimas de acidente de trânsito, à redução no número de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica registrados na casa Beth Lobo e na Delegacia de Defesa da Mulher, bem como no atendimento de pessoas alcoolizadas, na área da saúde.

Neste processo, merece destaque a opção pela metodologia da Participação Popular, apontada como um dos eixos do conjunto de ações de segurança e prevenção à violência, que se tornou uma ferramenta fundamental no que se refere à construção de um diagnóstico real dos problemas e na elaboração de políticas específicas e eficazes que visem à redução da criminalidade. *“... a participação popular traduz o exercício da cidadania plena e é um instrumento enérgico na ocupação física e simbólica do espaço público, favorecendo a mobilização comunitária; todos instrumentos eficazes e essenciais no combate à criminalidade.”* (Plano Municipal de Segurança, INSTITUTO SOU DA PAZ: 2005:12)

No entanto, ainda há muitos problemas a serem superados, já que essa experiência de participação se limita a setores organizados da sociedade na busca de soluções imediatas para os problemas básicos da comunidade; principalmente infraestrutura urbana, saúde, educação e habitação; é preciso promover uma divulgação ampla e generalizada dessa proposta, usando meios de comunicação e linguagem apropriada a cada grupo social, garantindo assim a autonomia e universalidade dos/as participantes; além de ampliar e reestruturar os mecanismos de participação para além do Orçamento Participativo, integrando, mais ativamente, os cidadãos/as nas etapas do planejamento, gestão e controle das políticas públicas.

Antes de finalizarmos essa etapa do trabalho é preciso registrar alguns dados sobre o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade⁷. Este diagnóstico social foi construído a fim de atingir a condição de habilitação plena de Diadema no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e revela, entre outros, que a cidade também

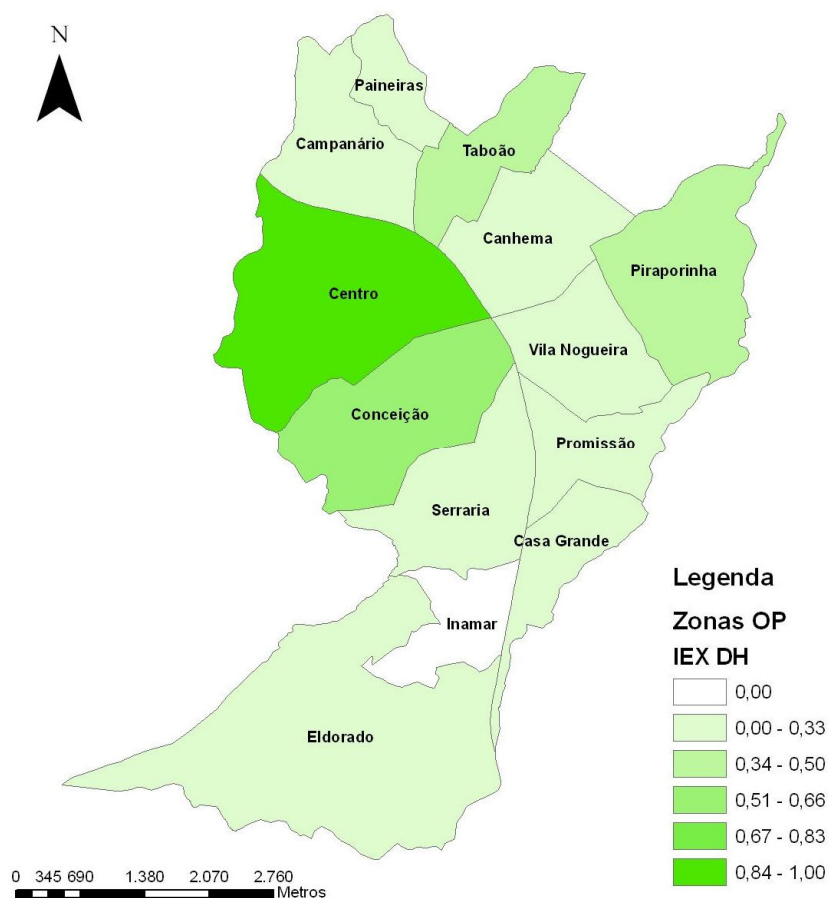
⁷ TOPOGRAFIA SOCIAL DE DIADEMA – 2009 - Pesquisa desenvolvida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Diadema em parceria com o Cedest/PUCSP sob coordenação de Aldaíza Sposati.

precisa unir esforços no sentido de reverter a situação de exclusão social a que grande parte dos /as munícipes está exposta.

Segundo SPOZATI (2009) a construção desse mapa tem no horizonte a inclusão social que resulta da ampliação da autonomia, do desenvolvimento humano, da equidade e da qualidade de vida da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano obtido em cada um dos treze territórios do orçamento participativo do município é impressionante, já que em sua maioria os graus de inclusão social não chegam a 0,25%. Outro dado surpreendente é quanto à equidade, muitas mulheres responsáveis pelos domicílios são analfabetas e sem rendimentos, conforme mapas a seguir.

MAPA 1 - IEX (índice de exclusão/inclusão social dos territórios) desenvolvimento humano nos territórios de Diadema.

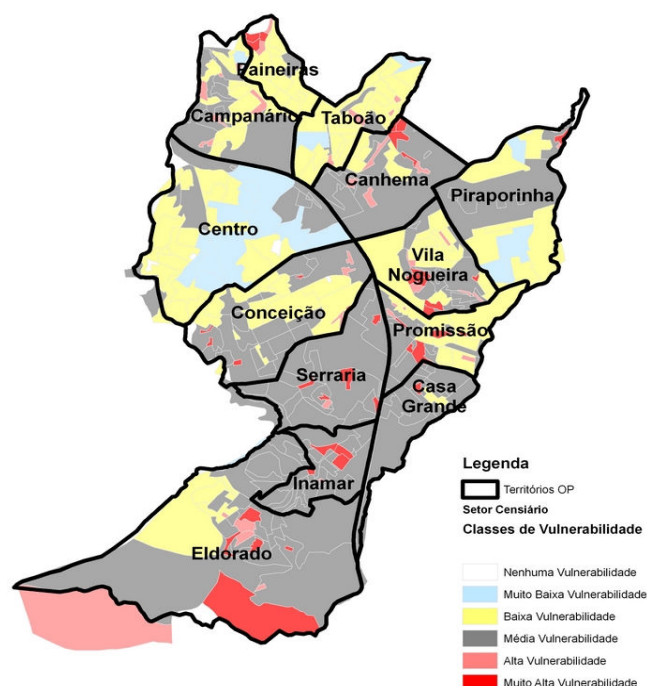
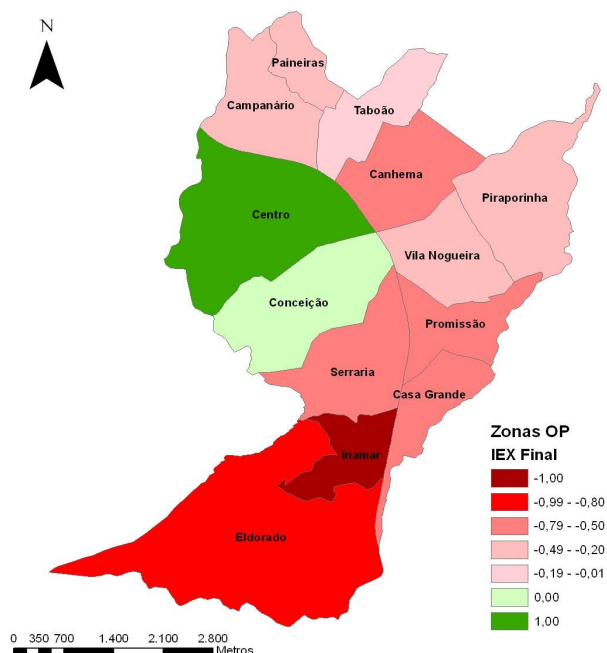


Como vemos, o centro do território de Diadema concentra as piores situações de desenvolvimento humano do município, sendo que um dos bairros (Inamar) não alcança sequer o primeiro décimo da escala da inclusão social, o que significa que a população desses territórios, em quase sua totalidade, está excluída no âmbito das condições que demarcam o desenvolvimento humano.

A seguir apresentamos os mapas de Exclusão/Inclusão Social e de Vulnerabilidade Social de Diadema⁸ a partir dos quais podemos constatar que a violência que atinge o município, para além da sua expressão urbana, se manifesta no cotidiano das pessoas, através da falta de condições mínimas de vida e acesso aos bens sociais.

MAPA 2 : mapa da exclusão/inclusão social de

MAPA 3: mapa da vulnerabilidade social de



⁸ Para um estudo mais aprofundado dessa situação consultar: INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO: 2008; INSTITUTO SOU DA PAZ: 2005; e SPOSATI: 2009.

Buscamos aqui, com a apresentação desses mapas, que mostra uma população bastante vulnerável do ponto de vista social, que a violência em Diadema e em todo o mundo se apresenta sob as mais diversas formas, muitas vezes camufladas, e precisa ser alvo de toda a sociedade, de todas as secretarias de governo para que seus índices sejam diminuídos.

O II Plano Municipal de Segurança é um bom exemplo disso, especialmente porque suas ações não estão concentradas apenas no âmbito da segurança e envolve / exige a participação de todos/as os/as atores sociais para seu sucesso, suas conquistas estão sendo efetivadas no dia-a-dia, principalmente no que diz respeito a expressão urbana da violência.

Nosso foco a partir daqui está relacionado ao 3º compromisso do Plano de Segurança que trata do combate á violência intrafamiliar. Passaremos a discutir e apresentar o trabalho que vem sendo realizado pela Rede de Atenção à Violência Sexual do Município (RAVIS), seus avanços e desafios neste campo.

3.2– RAVIS – ORIGEM E DESENVOLVIMENTO.

3.2.1 - CONCEITO E ABORDAGEM DE REDES

Palavra que vem do latim *rete/retis*, cuja tradução seria rede ou teia e que originalmente significa um conjunto entrelaçado de fios com aberturas regulares, fixadas por nós para formarem um tecido aberto que era, na Antiguidade, comumente usado para caça e pesca.

Definição que se alargou e atualmente é usada para designar, entre outros, redes de dormir, de pesca, rede de cabelo, rede telefônica, rede de amigos, rede escolar, redes esportivas, redes de computadores, de serviço, de lojas, de parentesco. Redes de relações nas quais trocamos informações, conhecimento, sentimentos, unimos e separamos, aprendemos e ensinamos e, através das quais podemos também ampliar infinitamente nossas relações, apoiar-se mutuamente, trocar experiências, articular esforços.

O termo é amplo e para autores como CARREIRA e PANDJIARJIAN (2003) e SANICOLA (2007), as redes que compõem nossa vida podem ser divididas em primárias (familiares, amigos, colegas de trabalho, vizinhos) e secundárias (que regulam as relações dos indivíduos com as instituições, associações, grupos). Nesta perspectiva, as redes sempre sugerem vínculo entre pessoas ou entre elas e dada instituição.

Para CARVALHO (2003)

O que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mútuo, para empreendimentos sócio-econômicos, políticos ou culturais. Uma rede envolve processos de circulação de informações e conhecimentos, articulação, participação, cooperação.

O conceito de rede é antigo, e perigoso, pois vem sendo utilizado indiscriminadamente e, muitas vezes, apontado como um conceito mágico, capaz de resolver problemas estruturantes das relações sociais. Um bom exemplo da amplitude contida no termo diz respeito à sua utilização no campo da violência sexual, pois ao mesmo tempo fala-se de rede de agenciamento/favorecimento da prostituição ou de redes de exploração e de redes de proteção e combate à exploração sexual.

Recentemente, o termo foi inserido no campo da Política Pública de Assistência Social, através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ⁹, que trabalha com o conceito de rede socioassistencial

“entende-se por rede socioassistencial o conjunto de ações unificadas e direcionadas para a construção e concretização dos direitos. Portanto, mesmo as iniciativas realizadas por organizações não governamentais são públicas e determinadas pelos

⁹ O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo organizado para realizar a gestão da política de assistência social no campo da proteção social brasileira. Este vem operacionalizar a Lei orgânica da Assistência Social em todo o território nacional e representa um grande avanço na efetivação da Assistência Social enquanto Política Pública. A Norma Operacional básica que regula o SUAS, tem como eixos estruturantes da política Entre outros, a precedência da gestão pública da política; o alcance de direitos sociais; a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; a descentralização político-administrativa; o Financiamento partilhado; o controle social; e a participação popular e divide a prestação dos serviços socioassistenciais em proteção social básica e proteção social especial.

parâmetros e definições no SUAS.” (BATTINI, 2007 Apud INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS – PUC/SP, 2008: 84)

A formação da rede socioassistencial exige que seus membros tenham clareza do seu papel de assegurar direitos. Estas se formam a partir de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública ou não, na oferta e operacionalização de benefícios, serviços, programa e projetos numa relação de co-responsabilidade e complementaridade das ações, de forma a evitar ações paralelas ou fragmentadas e o desperdício de recursos.

Essa organização em rede é hierarquizada de acordo com a complexidade do serviço prestado e se desenvolve sob a supervisão da Assistência Social. A rede socioassistencial é um instrumento de caráter público que supõe a articulação de todos os serviços de proteção social básica e especial.

Os gestores públicos, protagonistas do trabalho em rede, têm o papel fundamental de induzir e estimular a sua formação, alavancando-a a partir de decisões políticas consensuadas com a sociedade civil gerando espaços de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, desencadeando ações integradas; o objetivo precípua é lograr a eficiência e melhoria da qualidade dos serviços sociais, alçados definitivamente à categoria de direitos, desmascarando ações de favor, de benemerência, de caridade *cobrada*. (INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS – PUC/SP, 2008:84)

O conceito de rede socioassistencial, embora muito usado no campo da Política de Assistência Social, não se identifica com o trabalho desenvolvido pela RAVIS, embora com ela se relacione. Assim, apesar da dificuldade e da incoerência teórica de tentar enquadrar o trabalho da RAVIS num conceito, precisaremos delimitar de que tipo de rede estamos falando e para isso levantamos alguns conceitos, que encontramos na literatura acadêmica recente sobre a temática. Os principais autores que tratam dessa temática e que tivemos acesso são: DABAS (1993), WHITAKER (1993), SANICOLA (2007) e KURIKI (2004), BOURGUIGNON (2001), CARVALHO (2003).

CARVALHO (2003) diz que rede sugere uma teia de vínculos, de relações entre indivíduos e organizações, que aparecem e desaparecem continuamente e estão presentes nas relações da vida cotidiana, em toda a vida privada e pública. Outra autora complementa o conceito com a idéia de articulação, conexão, vínculos, ações

complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços (BOURGUIGNON, 2001)

A maioria dos autores constrói e define rede a partir desta questão relacional entre os indivíduos, entre organizações e entre ambos, que são estabelecidas a partir de exigências afetivas e materiais (SANÍCOLA, 2007). Também é comum que as redes sejam pensadas como sistemas abertos e de construção contínua. (MENESES e SARRIERA, 2005)

O centro nervoso da rede está na união de pessoas ou organizações em torno de um objetivo comum, o que exige, entre outros, o conhecimento da realidade de vida dos envolvidos. As redes também podem prestar serviços e/ou potencializar os recursos que dispõem e, as trocas possíveis, nessa forma de atuação, provavelmente irão enriquecer (DABAS, 1993) e qualificar o trabalho ou as ações dos envolvidos.

Nas palavras de WHITAKER (1993), isso fica bastante claro, mas o autor também acrescenta a questão da horizontalidade das relações em rede:

“uma estrutura em rede – que é uma alternativa à estrutura piramidal – corresponde também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que o cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe” o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.”

São inúmeros os conceitos de rede que perpassam as ciências e as nossas relações cotidianas e é importante termos em mente o trabalho em rede. É um grande desafio para os profissionais e para os gestores das políticas públicas e, certamente, não vai funcionar em todos os casos. O trabalho em rede só é possível no coletivo, seu desenvolvimento e sucesso (no sentido de alcançar os objetivos propostos) dependem de crescimento e do sucesso de todos os membros da rede, em conjunto.

As redes representam, atualmente, um instrumental bastante importante na organização, articulação e mobilização social, mas como sua proposta rompe com as relações piramidais e tradicionais de poder, seu desenvolvimento envolve conflitos e

disputas que exigem que seus participantes estejam dispostos a se co-responsabilizar pelas ações realizadas e pelos resultados obtidos.

Participar verdadeiramente de uma rede implica em aceitar o desafio de rever as formas autoritárias de comportamento, as quais estamos acostumados e que reproduzimos (como dominadores e como subordinados), apesar dos discursos e intenções democratizantes. Numa rede tem poder quem tem iniciativa. Assim, a localização do poder muda constantemente e não se concentra num só lugar. Esse fenômeno causa certo atordoamento, já que estamos acostumados a obedecer ou mandar, a partir de funções fixas, determinadas hierarquicamente. Não estamos acostumados a decidir e compartilhar. Não temos o hábito de conviver com diversos focos de poder atuando simultaneamente e de forma independente, compartilhando objetivos comuns, numa só estrutura. Sempre queremos ter o conforto de uma instância central que tome as iniciativas, decida e assuma as responsabilidades. Nas redes, temos que ir além da prática da consulta democrática e precisamos de vários focos de iniciativas, de multi-lideranças. Autonomia e insubordinação são conceitos chaves. Nesse sentido, participar de uma rede, com radicalidade, assumindo seus fundamentos, representa uma revolução política individual, uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder. (Amaral)

Diálogo e compromisso pessoal/profissional são fundamentais para o funcionamento das redes.

Depois de nosso passeio pelas várias definições de rede, podemos afirmar que essa proposta de organização do trabalho deve ser explorada e pode ser vivenciada como espaço de empoderamento e resistência.

A experiência adquirida, através de nossa inserção na Rede de Atenção a Violência Sexual de Diadema, nos levou a adotar o conceito de rede social apresentado por KURIKI, que condensa algumas das questões já abordadas e, considerando a bibliografia a que tivemos acesso, parece expressar melhor a proposta de trabalho da RAVIS, que vem sendo construída cotidianamente. De acordo com a autora, entende-se rede social *como uma estrutura horizontal, democrática, participativa, aberta e presencial que une indivíduos e/ou organizações em torno de valores e objetivos compartilhados, sem que as partes percam autonomia e identidade.* (2004)

Ainda seguindo a autora, além da democrática e participativa, a rede, embora horizontal pode ter lideranças legítimas que assumam e mantenham o foco nos objetivos firmados e, ainda assim, vivenciar a horizontalidade de poder e de responsabilidade. Outras características importantes das redes sociais e da RAVIS é que elas funcionam abertamente, garantido a liberdade de ir e vir dos participantes; possuem encontros periódicos e presenciais onde se aprofunda as discussões sobre a temática “foco do trabalho” e organizam-se as ações.

No caso da RAVIS, sua existência é garantida pelo objetivo comum de qualificar o atendimento prestado às pessoas envolvidas em situações de violência sexual no município e atuar na prevenção dessa ocorrência. Objetivo que pressupõe, também, a correspondência de valores e, ao mesmo tempo, a manutenção da identidade e autonomia dos serviços e/ou das pessoas que estão na rede. Assim,

(...) cada participante entende que a rede potencializa as forças individuais e organiza ações conjuntas, somando forças e idéias individuais. Os participantes da rede não são limitados por hierarquias. A diversidade de talentos e experiências dos participantes autônomos e independentes gera o caldo criativo e transformador do grupo, que é sua força motriz (AYRES, 2002). Na rede não há subordinação, sendo que todos são iguais e ao mesmo tempo diferentes entre si (MARTINHO, 2002). (KURIKI, 2004)

Resta-nos dizer que o conceito de rede apresentado, como o trabalho em rede não está fechado e pode apresentar diversos equívocos, além do que a vivência efetiva desta relação é muito difícil (como veremos nos relatos sobre os avanços e desafios da RAVIS), mas é imprescindível para obstacularizar a produção e reprodução da violência sexual.

3.2.2 - O TRABALHO DA RAVIS NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

A Rede de Atenção à Violência Sexual (RAVIS) constitui-se como proposta de trabalho transdisciplinar e multissetorial, voltada para a unificação das ações a serem tomadas nos casos de violência sexual no Município de Diadema. Surgiu a partir de uma inquietação profissional frente à demanda posta aos (as) técnicos (as) do Centro

de Referência e Treinamento¹⁰ (CRT) em DST/AIDS: no atendimento de crianças e adolescentes portadoras de doenças sexualmente transmissíveis.

O trecho a seguir é parte de uma conferência proferida por membros da rede para discentes do Programa de Estudos pós Graduados em Serviço Social da PUC SP em 2008 e fala do caso que motivou todo esse trabalho.

(...) até que no ano de 2000 apareceu um caso que mexeu muito com o pessoal lá do setor de, com o sistema de saúde inteiro: era uma menininha de 12 anos, que deu à luz escondido, no banheiro do barraco onde ela morava. No meio da madrugada, ela foi lá quietinha, deu à luz a um neném prematuro, que acabou morrendo, o neném, ela foi lá escondido, ninguém em casa tinha percebido o óbvio, que amenina estava grávida, né, 12 anos e chegou a menina (no hospital), tava sangrando, aquelas coisas de pós parto, descobriram (a família) ela sangrando, aí ela jogou o bebê pela janela, ali no rio, né, e levaram ela pra fazer as limpezas, todos os cuidados após um parto, e perguntaram pra menina: e aí, quem é que foi? Como é que foi? Quem é o pai? E tal... Ah é um namoradinho... Tá bom. Namoradinho... O interessante é que tanto a mãe quanto o padrasto dessa menina, eles eram pacientes lá do serviço de DST/AIDS¹¹. Os dois eram soro positivo para HIV¹². A menina chegou no hospital, fizeram todos os exames; HIV negativo, todos os outros exames negativos. Quando ela veio fazer o retorno, nos dois meses depois (no CR), o HIV dela estava positivo. E aí, né, descobriu-se: - Ah! Que a menina tinha sido engravidada pelo pai, padrasto, desculpa.

E a equipe ficou 'baratinada'. E agora? O que é que eu faço com isso? Com essa situação? No fim das contas o que estava acontecendo naquela família era um conflito entre a mãe e a menina pelo amor do pai. A menina se via muito como namorada do pai e a mãe expulsava ela como uma rival, tanto que expulsou, mandou pra casa do pai biológico, lá no interior. Foi o final da história. (LERNER, 2008)

Apesar de este serviço ter como foco o tratamento das (os) pacientes e não a investigação ou julgamento dos casos, as situações de violência atendidas pela equipe preocupavam a todos (as). O tratamento dos agravos já existentes passou a ser pouco para os (as) profissionais, ousaram então assumir a problemática da violência sexual como questão de saúde pública e buscar parcerias de outros serviços, para que juntos pudessem atender às diversas problemáticas que envolvem esses casos.

Essas questões começaram a ter ressonância entre os profissionais de outros serviços no final de 2001 e início de 2002. A primeira ação necessária naquele momento era identificar os possíveis parceiros para o trabalho, ou seja, os serviços, entidades governamentais e não governamentais, órgãos públicos ou privados que

¹⁰ A partir de 2009 o CRT passou a chamar-se exclusivamente como CR: Centro de Referência.

¹¹ Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (em português)

¹² Vírus da Imunodeficiência Humana (em português)

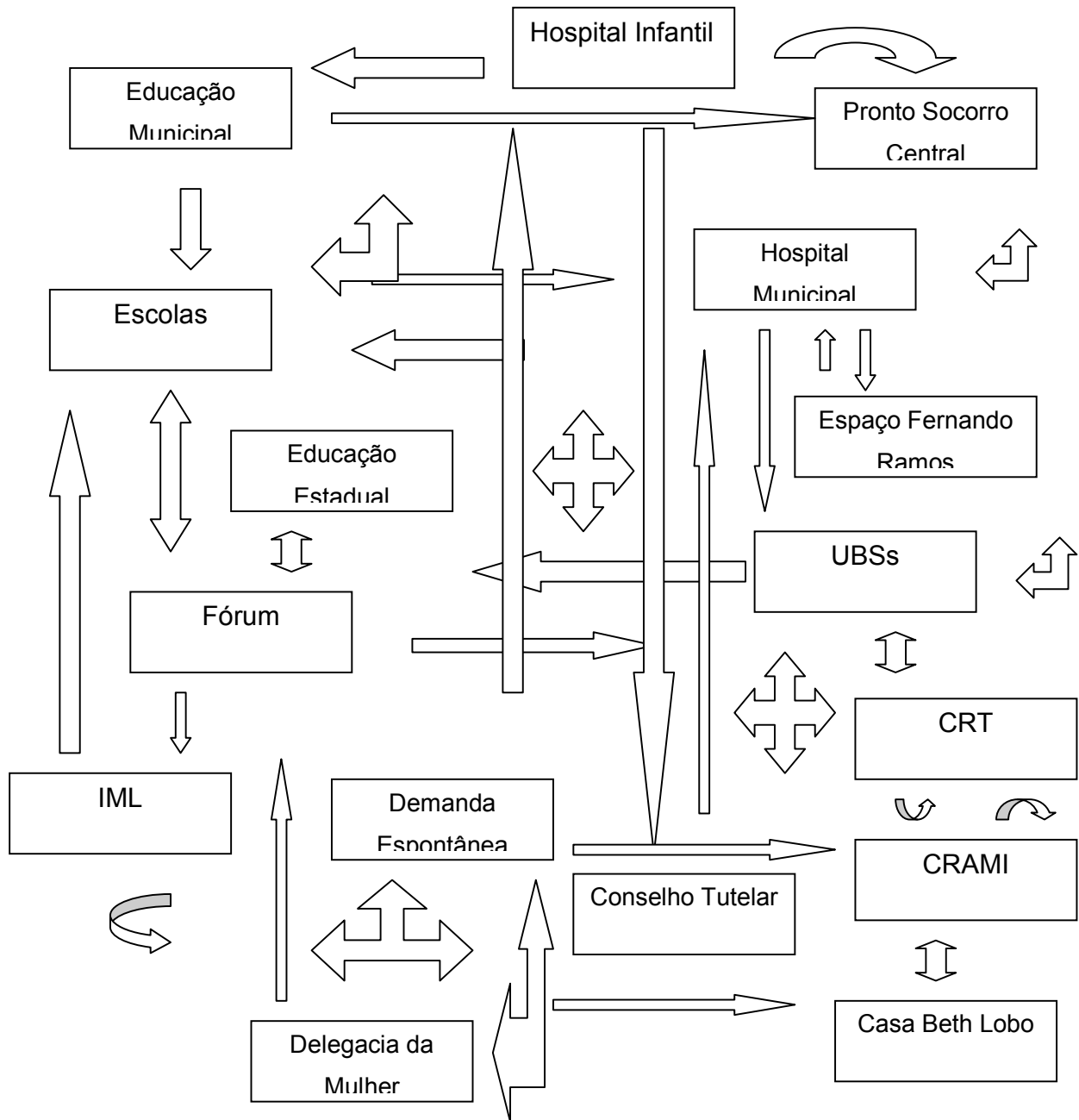
tivessem algum contato formal e/ou informal com a violência sexual¹³. Após mapear as diferentes instituições envolvidas nestes atendimentos, foi feito o levantamento das demandas e dificuldades enfrentadas por cada uma delas.

Os diversos serviços identificados trabalhavam individualmente, tinham pouca ou nenhuma informação do atendimento uns dos outros, muitos atendiam a mesma família sobrepondo ações e comprometendo o desenvolvimento do caso.

Em 2002 os serviços que hoje compõem a RAVIS estavam da seguinte forma:

¹³ Considerando a principal via de transmissão das DSTs é a relação sexual e que crianças e adolescentes procuraram o serviço para o tratamento destas doenças podemos afirmar que a maioria delas foram violentadas sexualmente. Afirmação amparada, entre outros, no Código Penal Brasileiro (Art. 224) que qualifica a relação sexual praticada com crianças e adolescentes menores de 14 anos como violência sexual presumida.

Quadro inicial do fluxo de violência sexual no Município - 2001



Todos encaminhavam pra todos, não havia divisão de responsabilidades, muitos serviços não se conheciam, alguns ficavam sobrecarregados e outros só atuavam como encaminhadores. Nesta fase foi possível constatar que dentre os diversos problemas do trabalho com as situações de violência sexual, a falta de comunicação e de fluxos entre as (e nas) diversas instituições se destacava. As demais queixas estavam relacionadas à carência de profissionais, diferentes áreas de formação, qualificados para a abordagem da violência sexual.

De maneira geral, os serviços envolvidos nesses atendimentos estavam distribuídos em três grandes núcleos: Educação e Cidadania, Justiça e Saúde.

Na área da saúde, além do CRT, o Hospital Municipal, as UBSs (Unidade Básica de Saúde), o Hospital Infantil, o Pronto Socorro Central, o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), o Espaço Fernando Ramos (dedicado ao tratamento de usuários/as abusivos de álcool e outras drogas), o Núcleo de Especialidades, as USCs (Unidades de Saúde em Casa) e o CONVIVA atendiam pessoas envolvidas em situações de violência sexual.

No âmbito da justiça estavam envolvidos: a Guarda Civil Metropolitana (GCM), as Delegacias Seccionais, a Delegacia da Mulher, a Polícia Militar, o IML (Instituto Médico Legal), o Ministério Público, o Fórum, os Conselhos Tutelares e o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

As EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil), as Creches, os equipamentos de Esporte e Cultura, o CRJ (Centro de Referência da Juventude), as Escolas Estaduais e Municipais, a Casa Beth Lobo (dedicada ao atendimento de mulheres em situação de violência), algumas ONGs (Organizações não governamentais), a Secretaria de Ação Social e Cidadania (SASC), os Abrigos, a RECAD (Rede de Atenção a criança e adolescente de Diadema) e a Secretaria Municipal de Defesa Social compunham outro núcleo que naquele momento foi denominado de Educação e Cidadania.

Depois de identificados os possíveis parceiros, iniciou-se o processo de contato com os mesmos, objetivando unir e integrar os diversos serviços.

No início de 2003 foi agendada a primeira reunião da rede, a partir de então, representantes destes equipamentos se reuniam mensalmente para a discussão de

casos, a elaboração e implantação de fluxos de atendimento, bem como, a integração das diversas instâncias que trabalhavam na prevenção e atendimento das pessoas envolvidas em situações de violência sexual.

O grupo ia se fortalecendo e a necessidade de estabelecer um fluxo de atendimento no Município e de sistematização dos dados sobre essa expressão da violência continuava emperrando o trabalho tanto no âmbito organizativo, quanto no campo político, pois o problema não tinha visibilidade social e, portanto, não gerava demanda, por exemplo, para a formulação de políticas públicas na área.

Neste sentido o primeiro grande passo do grupo foi a elaboração de uma “Ficha de notificação de suspeita ou confirmação de violência sexual” comum a toda a cidade e que deveria ser usada por todos os serviços públicos e privados das cidades que atendessem os casos de violência sexual. Além de atender aos objetivos acima, a ficha também padronizava o registro das informações do atendimento prestado e as que deveriam ser realizadas pelos outros serviços, quando necessário. O desafio era construir um instrumento de comunicação plausível, prático e funcional que, além de facilitar o diálogo entre os serviços, não expusesse as pessoas envolvidas e pudesse ser usado como fonte de dados sobre a prevalência, incidência e características da violência sexual no município.

A ficha¹⁴ é composta de informações de identificação da possível “vítima principal”, de seu representante legal (quando necessário) e do suposto “agressor direto”; data da ocorrência e do atendimento; local do primeiro atendimento e os encaminhamentos realizados; há também espaço para um breve relato do caso; outro para registrar as tipificações da violência (se houve sexo oral, anal, vagina, com ou sem penetração; masturbação do adulto, manipulações de genitais, carícias, beijos, voyeurismo; atentado violento ao pudor, entre outras); o período em que ocorreu a violência; o número e identificação do (s) “abusador (es) diretos”; se tratava de uma violência crônica ou aguda; entre outros dados.

O documento sempre foi uma construção coletiva que, ao longo dos anos, foi sofrendo modificações, visando à melhoria dos serviços prestados e a qualificação dos

¹⁴ Vide anexa.

dados. Dentre essas alterações destacamos a inserção, em 2008, de um campo referente à revelação tardia de violência sexual. Este campo nasceu da necessidade de categorização dos casos de pessoas em idade adulta – mulheres essencialmente - que foram violentadas na infância ou adolescência e revelaram o abuso sofrido só na idade adulta, em atendimentos direcionados à elas ou a algum familiar. A incidência destes casos era crescente, especialmente entre as mulheres que eram atendidas na Casa Beth Lobo e também permitia o registro da violência sexual vivida no relacionamento conjugal.

Outra questão importante diz respeito à classificação dos casos como agudos ou crônicos, que é essencial para o atendimento na área da saúde. Chamamos de crônicos os casos cuja violência ocorreu há mais de 72 horas, em geral são os casos de violência intrafamiliar/doméstica, que ocorrem cotidianamente, de maneira repetida e perseverante; já os casos agudos são aqueles que o abuso ocorreu nas últimas 72 horas, em geral casos de violência externa ao lar, estupro, ou mesmo que a violência seja crônica houve sua repetição neste período.

No fluxo estabelecido pela rede os casos crônicos são encaminhados para as UBSs para atendimento clínico/pediátrico, psicológico e social e são acompanhados pelas equipes de saúde mental das unidades e/ou pelo CR, quando algum dos/as envolvidos/as havia contraído uma doença sexualmente transmissível. Quanto aos casos agudos estes são encaminhados ao Hospital Municipal de Diadema (HMD), para que a “vítima direta” e seus familiares ou acompanhantes recebam as orientações legais, sociais e de saúde relacionadas ao caso e as medicações contraceptivas e anti-retrovirais, usadas na prevenção das DSTs e da gestação indesejada. O uso do termo agudo é usado em função da necessidade de que esses atendimentos sejam feitos o mais rápido possível após o abuso, para garantir a eficácia das medicações que quanto mais rápida for feita maior a possibilidade de funcionamento e se aplicada após 72 horas do abuso não terão nenhum efeito. Este período também é importante para a realização do exame de corpo e delito, que irá sustentar, na maioria dos casos, seus encaminhamentos legais e também precisa ser realizado com brevidade. Este exame é

realizado pelo IML de Diadema e o fluxo elaborado pela rede prevê que o/a paciente saia do HM em uma viatura não identificada¹⁵ da GCM e seja levada ao Instituto.

O seguimento dos casos agudos, após a alta hospitalar, é feito pelo CR, onde o /a paciente vai receber os resultados das sorologias colhidas, continuar o acompanhamento ambulatorial que, além do atendimento médico, dispõe de atendimento psicológico e social para os/as envolvidos/as.

Como vimos, junto da elaboração da ficha de notificação, praticamente todo o fluxo dos casos foi elaborado.

Sobre a organização da rede é importante dizer que não existe na RAVIS uma figura de direção, nem um espaço físico instituído para a realização de suas reuniões, sua organização é direcionada por profissionais da rede que trabalham no CR. A maioria das reuniões do grupo, até 2007, foram realizadas na Casa Beth Lobo e posteriormente na sede da RECAD (Rede de atenção à criança e ao adolescente de Diadema). Estas ocorrem na segunda sexta-feira de cada mês e, no início de cada ano, o trabalho do ano anterior, já sistematizado, é avaliado e são planejadas as atividades e propostas para o novo período.

Os profissionais da rede também se preocupam com a capacitação para lidar com essa temática e neste sentido é importante destacar a parceria da PMD/CR com a Escola de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, que promove anualmente um curso de capacitação multidisciplinar no atendimento à violência sexual pelo Programa de Atendimento à Violência Sexual (PAVAS), para o qual são enviados anualmente de 10 a 15 profissionais de nível superior vinculados à rede e cujo custeio do curso é realizado a partir de uma verba federal destinada aos trabalhos do CR. Também já foram realizadas, ao longo dos anos de vida da rede, alguns treinamentos com o objetivo de sensibilizar e capacitar os demais profissionais envolvidos com a problemática: Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, Guardas Civis Municipais (GCMs) e Conselheiros Tutelares.

A estruturação do trabalho desenvolvido pela RAVIS possibilitou atender uma de suas maiores preocupações, a sistematização das notificações dos casos de violência

¹⁵ A viatura não identificada é um carro comum com pouca identificação de uso exclusivo da GCM, que é usualmente enviada para realizar esses atendimentos, na tentativa de garantir o conforto e a preservação da vítima direta.

sexual e dos dados sobre esses crimes, na tabela abaixo, podemos observar que já no segundo ano de trabalho da rede a evolução do número de notificações cresceu vertiginosamente, passando de 04 casos em 2002, para 76 no ano seguinte.

TABELA 1 – Número de casos/Sexo			
ANO	N. DE CASOS	MASC.	FEM.
2002	4	0	100%
2003	76	5%	95%
2004	80	20%	80%
2005	93	20%	80%
2006	116	33%	67%
2007	98	17%	83%
TOTAL	467		

Ainda nesta tabela, além do crescimento no número de notificações, destacamos o ano de 2006, onde a rede atendeu um caso que gerou diversas ocorrências; pois se tratava de abuso crônico cujo autor trabalhava em uma bicicletaria e assediava diversas crianças e adolescentes que freqüentavam o local. Foram identificados 23 (vinte e três) meninos que tinham entre 09 (nove) e 15(quinze) anos de idade e 01(uma) menina de 11(onze) anos entre as vítimas diretas.

Embora saibamos que diversos casos ainda permanecem sem notificação, e diversas pessoas sem acesso aos serviços de saúde e de assistência social, que possam garantir atendimento, proteção e /ou responsabilização dos envolvidos, os 467 casos atendidos ao longo de seis anos são muito significativos e suficientes para mostrar a importância do atendimento da rede, bem como a necessidade de continuidade, ampliação e aprimoramento do trabalho; considerando ainda que a falta de notificação ou denúncia não é exclusividade da cidade de Diadema, mas um problema de ordem nacional.

(...) A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é um crime que deixa muitas marcas, mas poucos são os números e dados registrados em posse das autoridades. Na data em que o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes completa nove anos, ainda não há informações sobre quantas crianças são abusadas ou expostas à exploração sexual no país, tampouco quantas delas conseguem sair dessa situação. (...).

(JUNGMANN:2009)

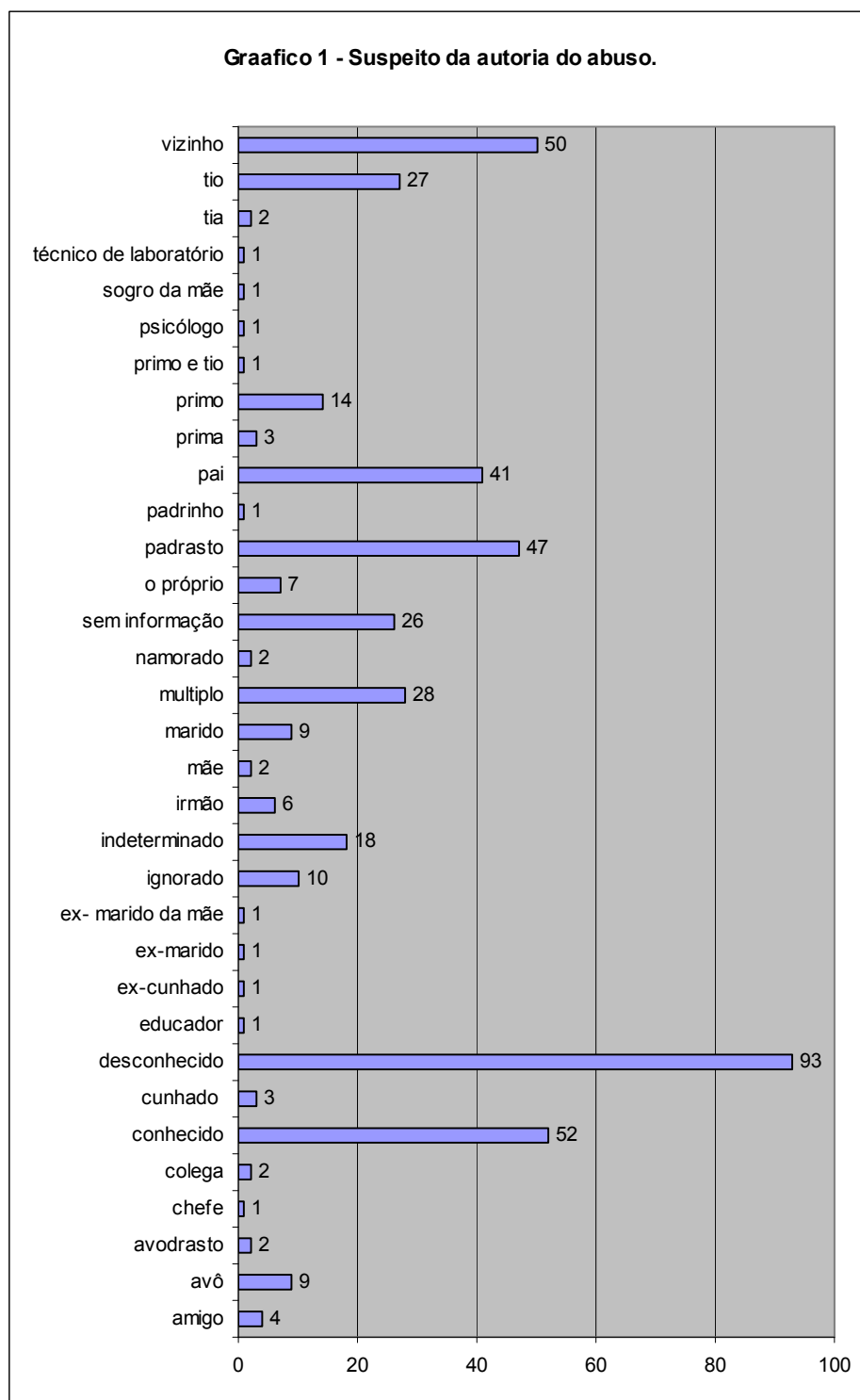
Outro dado a ser analisado na tabela 1, diz respeito ao sexo da vítima: é significativo o número de “vítimas diretas” que são do sexo masculino (cerca de 20%), evidencia que não são apenas as pessoas do sexo feminino que são abusadas sexualmente e reforça o cuidado que precisamos ter na abordagem de gênero da violência sexual.

Em relação à caracterização do abuso sexual, podemos observar que os dados apontam para um crescimento dos casos de violência extra-familiar, porém o fato de a violência sexual estar descrita como extra-familiar não significa que ela não tenha sido praticada por pessoas conhecidas e que tenha vínculo com a “vítima direta”. Destacamos na tabela 2, ainda, a questão da importância do preenchimento adequado das fichas, pois uma porcentagem grande delas estava sem esse dado.

TABELA 2 – CARACTERIZAÇÃO DO ABUSO (%)				
ANO	INTRAFAMILIAR	EXTRAFAMILIAR	INDETERMINADO Ou S/ INFORMAÇÃO	MÚLTIPLO
2002	100%	0%	0%	0%
2003	45%	46%	8%	1%
2004	36%	50%	14%	0%
2005	40%	51%	9%	0%
2006	34%	64%	11%	1%
2007	37%	41%	19%	1%

A seguir fizemos um gráfico que apresenta quem foi citado como suspeito de autoria e/ou autor dos abusos. O grupo de familiares diretos do sexo masculino (pai,

padrasto, avô, avôdrasto, tio, irmão, cunhado, padrinho e primo) estão classificados como agressores principais em cerca de 33% dos casos. Em apenas 09 dos casos o marido foi indicado como autor do abuso e em 2 casos o namorado.



Se somarmos esse número ao número de “agressores diretos” que são conhecidos da “vítima principal” (24%) teremos quase 60% dos casos cometidos por pessoas de seu convívio cotidiano. Destaca-se ainda que em 07 casos o abuso foi cometido por mulheres (mãe, prima e tia) e que em três casos a relação entre “vítima direta” e “agressor principal” era de cunho profissional (psicólogo, educador e técnico de laboratório), 28 casos envolveram mais de um agressor e 121 foram praticados por pessoas que a “vítima direta” ignorava a identidade (25%). Por último destacamos ainda que em 7 casos o suspeito do abuso estava sendo atendido.

Entre os diversos dados relacionados à idade das “vítimas principais”, os dados da rede mostram que em sua grande maioria a violência sexual ocorre na infância, período da vida em que as relações de carinho e afetos são mais facilmente transformadas e não identificadas como abusivas, e em que se vive à mercê do poder de proteção e de violação dos adultos que a cercam, 43% dos casos que envolvem crianças com menos de 6 anos de idade foram vitimizadas antes dos três anos de vida. Entre os maiores de 18 anos, 47,5% ocorrem com pessoas entre 18 e 25 anos, número que é igual para as “vítimas diretas” que tinham entre 26 e 50 anos quando violentadas; os outros 5% restantes são de “vítimas diretas” com mais de 50 anos (de 54 á 63 anos pra sermos exatas), tudo isso pode ser mais bem observado na tabela abaixo (tabela 3).

TABELA 3 - IDADE LEGAL DA VÍTIMA DIRETA						
ANO /IDADE	0 a 6	7 a 13	14 a 17	18 a ...	S/ INFORM.	TOTAL
2002	0	3	1	0	0	4
2003	10	27	21	18	0	76
2004	19	23	15	22	1	80
2005	29	27	17	19	1	93
2006	21	54	13	28	0	116
2007	26	41	13	16	2	98
TOTAL	105	175	80	103	4	467

A tabela 4 apresenta dados dos órgãos notificadores dos abusos, onde é possível observar a expressiva prevalência dos serviços de saúde (Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Centro de Referência no tratamento de DST-AIDS, Centro a Atenção Psicossocial); informações essas que vêm de encontro ao nosso principal questionamento a respeito da abrangência intersetorial da rede, além de representar um de seus maiores desafios que é a inserção e efetivação dos atendimentos e notificações nos demais serviços de assistência social, nas delegacias e nas escolas, por exemplo.

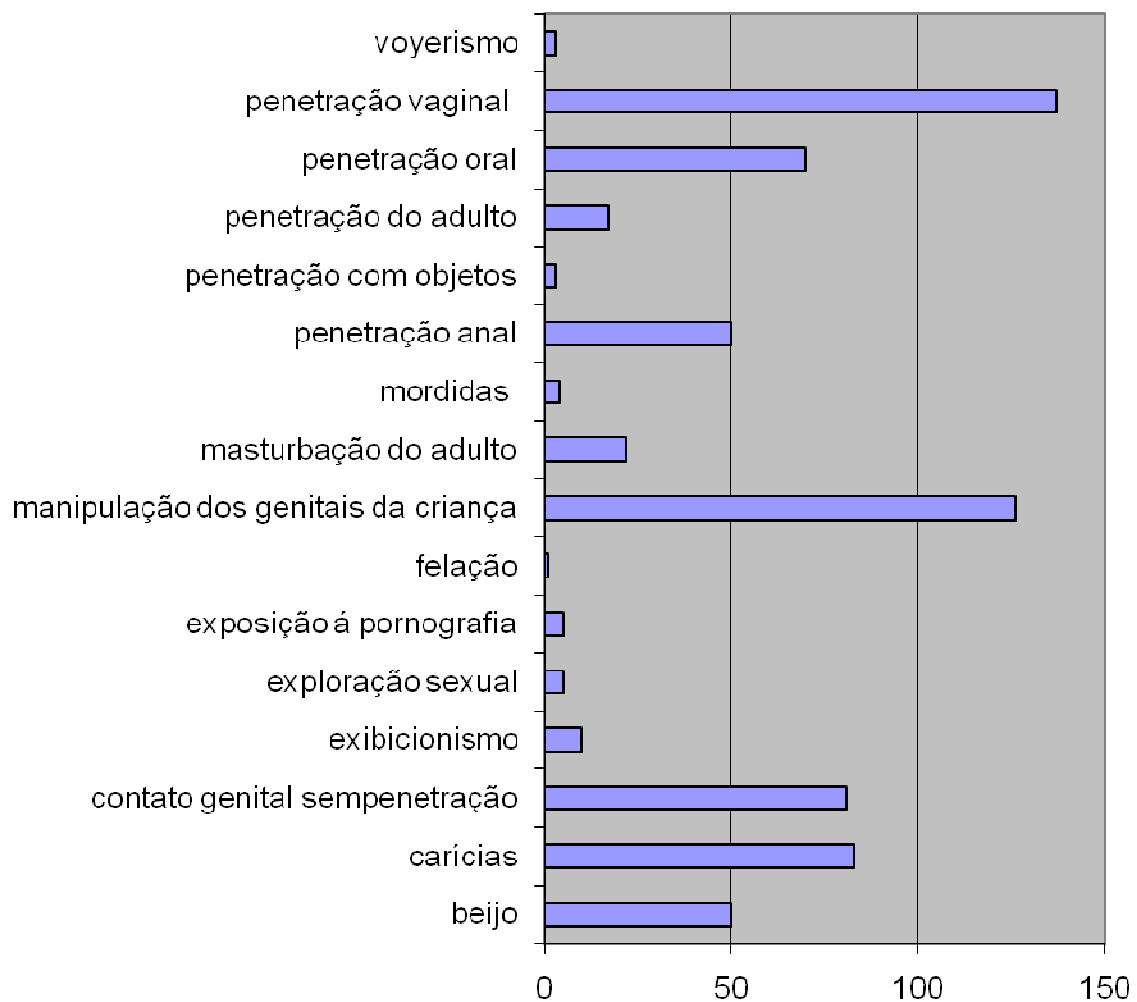
TABELA 4 – ORGÃOS NOTIFICADORES (%)						
ANO	SAÚDE	CRAMI	CBL	JURID.	CT	OUTROS
2002	0	4	0	0	0	0
2003	55	34	3	4	1	3
2004	71	10	5	6	1	7
2005	88	0	1	4	4	3
2006	68	0	6	28	2	6
2007	91	0	2	0	4	3

Ainda sobre a tabela 04 é preciso observar que a redução do número de notificações do CRAMI deve-se ao fato deste serviço não funcionar mais com demanda espontânea, atendendo apenas os casos encaminhados pelas varas Cíveis ou Criminais, e pelo Conselho Tutelar, que em geral são casos que já foram notificados por outros serviços.

O gráfico 2 vai nos mostrar os tipos mais comuns de violência sexual no município de Diadema. Nas fichas de notificação em 39 casos foram destacados 05 tipos de violência diferentes; em 62 casos tivemos 04 tipos de violência sexual diferentes; em 121 casos este número caiu pra 03 e em 221 casos destacou-se 02 tipos de violência distintos.

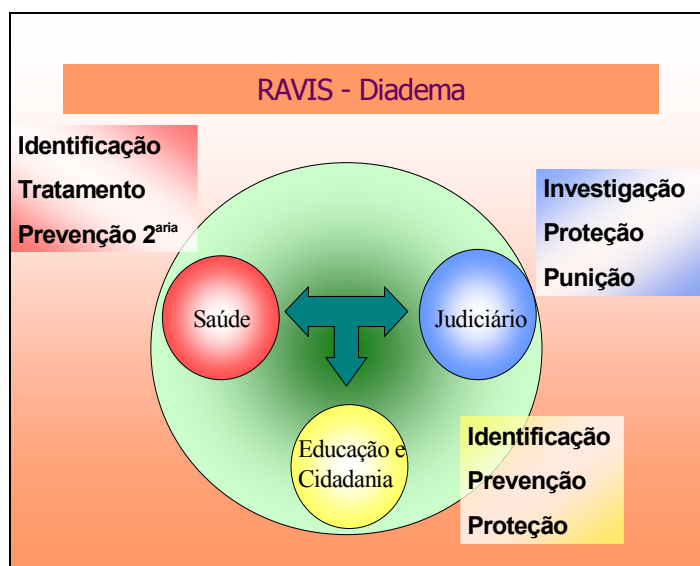
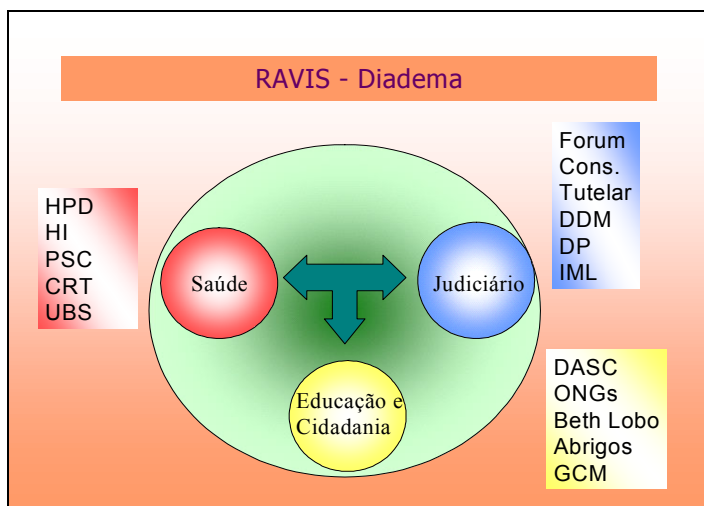
Em 18 fichas não havia nenhuma informação a esse respeito e em 20 casos foi apontado o uso de crianças em pornografia, embora esse não seja um item da ficha de notificação. Como vemos a seguir a diversidade de situações é grande, mas a violência sexual com penetração oral e vaginal, manipulação e o contato dos órgãos genitais da criança, além das carícias diversas foram as tipificações deste crime mais registradas.

Grafico 2 - Tipificação da violencia sexual



No início do trabalho, a Rede estava totalmente desarticulada e todos os serviços encaminhavam e recebiam casos entre si, não havia organização ou ação conjunta, mas hoje o quadro é bem diferente:

QUADROS I E II – CAMPOS DE ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES



Atualmente, a rede já está mais organizada, tem campos de ação e papéis melhor definidos, já avançou bastante na discussão sobre a violência sexual e na qualificação dos atendimentos, conta com diversas categorias profissionais (assistentes sociais, psicólogos, médicos, enfermeiras, educadores, professores, advogado) e vem

ganhando legitimidade entre os profissionais que atuam no município. Por outro lado, tem sido desafiada cotidianamente, pela complexidade do tema, a realizar novas ações relacionadas à inserção do atendimento aos homens, sejam situados no campo das “vítimas diretas” ou dos “agressores principais”; à discussão sobre as redes de exploração sexual existentes no município; aos limites institucionais; a se fazer conhecida entre os profissionais e a população; à lentidão da justiça nos processos de responsabilização e de proteção dos envolvidos; a trazer outros atores sociais para a rede; a lutar contra a banalização da temática junto aos colegas profissionais e a população em geral, que convive diariamente com estas violações.

Vários foram os avanços e a seriedade da proposta e o compromisso dos profissionais envolvidos, mas a RAVIS ainda tem muito o que crescer e organizar para lidar com a complexidade e diversidade das situações de violência que marcam nosso cotidiano profissional, o desafio maior é ampliar o trabalho desenvolvido de modo que a ação da rede adquira status de política pública no campo do enfrentamento da violência.

CAPÍTULO 4

A AÇÃO EM REDE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Não se aprende, senhor, na fantasia,
sonhando, imaginando ou estudando,
senão vendo, tratando, pelejando ...
Camões (Os Lusíadas)

A presente pesquisa tem, na peleja do cotidiano profissional, sua razão de ser e foi iniciada a partir da indagação sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Serviço Social às pessoas envolvidas em situações de violência sexual. Atendimento que, no contexto pesquisado (Diadema), é direcionado pela Rede de Atenção à Violência Sexual (RAVIS) e envolve diversas categorias profissionais, além de diferentes instituições públicas e privadas.

A violência sexual, como já dissemos, expressa a precariedade de uma realidade onde as relações sociais não se dão entre sujeitos, mas entre coisas; onde a vontade, o direito e o corpo de alguns é visto apenas como instrumento de satisfação dos desejos e do poder de outros. Por isso, o enfrentamento desta expressão da violência se coloca como um grande desafio profissional, político, econômico, cultural e social a todas (os) nós.

Aqui optamos por encarar este desafio através da pesquisa, ato político que conduz e é conduzido pela prática social e, portanto, exerce grande influência nas ações que desenvolvemos cotidianamente em nossos espaços profissionais, à medida que possibilita sua reflexão, crítica sistematização e, principalmente, sua transformação.

Unindo dados bibliográficos, quantitativos e qualitativos buscaremos trazer à tona o que os sujeitos participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, num diálogo que suscite a reflexão dos mesmos, bem como do entrevistador, sobre as situações presentes no cotidiano profissional e no enfrentamento da violência sexual. Demanda que exige dos (as) profissionais

respostas criativas, imediatas, promotoras da liberdade e dos direitos humanos, além de sintonizadas com o momento histórico vivido.

Conforme nos diz Martinelli (1999, p. 26) apostamos na pesquisa como uma das formas de luta no campo da questão social, uma vez que um profissional capacitado técnica e teoricamente terá uma prática muito mais emancipadora,

A pesquisa tem essa grande possibilidade de ser a alimentadora da construção dessa prática. E por isso é que, a cada momento, se institui para esses profissionais que acreditam na ruptura a necessidade de fazer da pesquisa uma mediação fundamental para a prática social.

Optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1993) é indicada para a compreensão de problemáticas caracterizadas por um alto grau de complexidade como é a violência sexual e

... trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões desenvolvidas no processo constitutivo da história dos participantes e adequa-se no aprofundamento de fatos e processos particulares e específicos, a indivíduos e grupos. “O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” (MINAYO, 1993, p. 245).

A pesquisa foi iniciada com a observação participativa nas reuniões da rede, que vem sendo realizada há, aproximadamente, quatro anos; seguida pelo levantamento e estudo bibliográfico das temáticas principais deste estudo, no qual buscamos elementos para uma discussão ética e em consonância com os direitos humanos de homens e mulheres a respeito da violência e de sua expressão sexual na sociedade contemporânea. Também revisitamos estudos e textos que tratam do Serviço Social e de suas especificidades e desafios contemporâneos, bem como as estratégias que estes profissionais têm encontrado para lidar com as novas demandas da questão social e, principalmente, com as ligadas à violência, cuja apropriação foi apresentada nos capítulos anteriores.

Além disso, coletamos dados acerca do Município de Diadema, a fim de contextualizarmos o trabalho, e dados quantitativos sobre a violência sexual registrada no mesmo município desde o início do trabalho de sistematização das

informações sobre os casos, que são concomitantes ao início dos trabalhos da rede, dados que nos apontam o perfil, a especificidades da violência sexual e direcionam as ações da rede.

A chamada pesquisa de campo, cujo resultado será apresentado a seguir, foi realizada através de entrevistas semi estruturadas, cujas questões foram elaboradas a partir de três grandes questões: a ação em rede como instrumento de trabalho profissional, a atuação do Serviço Social no campo da violência sexual e a experiência da RAVIS.

Para as entrevistas escolhemos quatro Assistentes Sociais que participam e/ou participaram da RAVIS nos últimos dois anos e trabalham em instituições públicas ou privadas no Município de Diadema. Esta escolha também esteve relacionada com o perfil dos casos atendidos na rede, assim escolhemos duas profissionais que atuam exclusivamente com crianças e adolescentes (que em termos etários é o grupo mais atendido pela rede), uma que trabalha em instituição de atendimento a mulheres em situação de violência e outra que atua em instituição que atende a população de forma geral.

As entrevistas foram realizadas em local escolhido pelas profissionais entrevistadas, e mediante o esclarecimento de nossos objetivos e a concordância com a proposta expressa através da assinatura de um “Termo de consentimento livre e esclarecido”¹. Após a transcrição das entrevistas realizamos sua categorização e análise, cujo produto é parte deste capítulo.

Para facilitar a apreensão das falas apresentamos, a seguir, um quadro-síntese referencial que caracteriza as instituições onde as profissionais entrevistadas exercem suas atividades profissionais.

Para garantir a privacidade das profissionais, o nome das instituições em que trabalham será mantido em sigilo e seus nomes substituídos por outros fictícios.

¹ Em anexo.

Instituição	Profissional	Equipe de trabalho	Público Alvo
A	Ana	Assistente Social e Psicóloga	Crianças e adolescentes vítimas de violência.
B	Elisandra	Profissional e estagiária de Serviço Social e Psicologia, e advogada para acessoria.	Mulheres em Situação de violência
C	Simone	Assistente Social e Psicóloga; equipe médica e de enfermagem quando solicitada.	Homens e Mulheres de todas as faixas etárias
D	Naomi	Mais uma Assistente Social	Crianças e Adolescentes

É preciso ressaltar, ainda, que os resultados desta pesquisa serão posteriormente devolvidos aos profissionais da rede para que, juntos, possamos repensar os equívocos, comemorar os acertos e fazer crescer em abrangência e qualidade o trabalho da RAVIS.

Ao final deste percurso pretendemos ter ampliado e instigado o debate acerca da violência sexual e contribuído para que nos tornemos profissionais mais capacitados para lidar com as diversas nuances da violência sexual, através de uma prática qualificada, crítica e propositiva, que contribua para a efetivação deste trabalho enquanto política pública de enfrentamento da violência sexual, o que talvez fosse a melhor forma de devolvê-la aos sujeitos que lhe deram origem e aos (as) usuários (as) da rede, uma vez que a “[...] *pesquisa qualitativa nunca é feita apenas para o pesquisador, seu sentido é social, portanto deve retornar ao sujeito.* (Martinelli, 1999, p. 26).”

4.1 – VIOLÊNCIA SEXUAL E TRABALHO PROFISSIONAL

Organização do trabalho e caracterização dos casos.

O quadro-síntese apresentado no item anterior mostra a prevalência de profissionais do Serviço Social e da Psicologia no atendimento dos casos de violência sexual em Diadema. Dado bastante relevante para reforçar a necessidade das (os) Assistentes Sociais aprofundarem seus conhecimentos sobre essa expressão da questão social contemporânea e buscar instrumentos para combatê-la.

Na instituição A, onde Ana trabalha todo o atendimento das crianças, adolescentes e seus familiares é realizado em dupla,

Ana - Primeiramente o caso vem encaminhado do Fórum, Conselho Tutelar e o CREAS, a partir deste ano, agora que está se estruturando vai entrar também no fluxo nosso. Chegando a notificação a gente faz o atendimento psicossocial, Assistente Social com a Psicóloga junto. A gente conhece a família, a demanda. (...). Aí a gente faz o registro da conversa e tenta entender a dinâmica familiar, não somente a questão do abuso, não só o abuso, as outras coisas também. A gente procura saber que é esta família, onde mora, que dinâmica é essa, dessa família, para (depois) poder fazer a intervenção.

(...) Por que antes era somente a assistente social, a gente fazia a (...) a sensibilização com a violência, o acolhimento, a escuta... agora a gente tá fazendo junto. Eu acho que melhorou porque agilizou.

(...) já começa junto o desenvolvimento do caso. Às vezes (o/a usuário/a) esperava avaliação psicológica, com o social e o psico junto, este já vai fazendo a avaliação, enquanto a gente também faz a nossa, é concomitante.

O mesmo acontece com Simone que, embora trabalhe em uma instituição onde há profissionais de diversas áreas, os casos são acompanhados, (...) *basicamente pelo Serviço Social e Psicólogos. (...) eu não deixo sair sem um agendamento, ou com um clínico ou com pediatra na hora. (...). Algumas vezes o próprio ginecologista já encaminha para o pediatra e depois vem e me falam. Acaba havendo uma participação dos profissionais, mas basicamente é o Serviço Social e a Psicologia.*

Já na instituição B onde Elisandra trabalha, os casos novos são acolhidos pelas profissionais ou estagiárias que se dividem em sistemas de plantão, todas

as usuárias têm uma Assistente Social de referência e, quando necessário, são encaminhadas para avaliação psicológica.

Talvez a maior dificuldade, neste sentido, é enfrentada por Naomi que divide seu trabalho apenas com mais uma Assistente Social, que acaba tendo que acompanhar e encaminhar todos os casos. Embora ela afirme que passe todos os casos para sua coordenação, isso acaba sendo uma tarefa apenas burocrática, não auxiliando na condução dos casos.

O atendimento é mais centrado no núcleo social mesmo. (...) nós temos a nossa coordenadora (...) e também quando tem esses casos, tudo bem, a gente está mais atuante, fazendo o acompanhamento, porém eu passo todas as informações, discussões para a nossa equipe aqui de coordenadores e supervisores de direção. (...) (mas) a referencia toda é para o Serviço Social.

Nos relatos a esse respeito apenas Simone não cita a questão da parceria e dos encaminhamentos dos casos para outras instituições e da importância dessas trocas.

No âmbito institucional, as instituições A e B possuem espaço semanal e fixo para a discussão e direcionamento dos casos, embora as profissionais afirmem que esse tempo ainda seja reduzido e acabe condicionando a discussão apenas dos casos mais graves e/ou mais difíceis. A Assistente Social da Instituição C relata que nesta não há nada definido neste sentido, o que nos sugere a necessidade de melhor organização do trabalho no seu interior e do envolvimento dos diversos profissionais com a temática. O mesmo ocorre na instituição D, mas Naomi afirma que em um período onde teve muitos casos, convocou uma reunião com a coordenação dos diversos setores para a discussão dos mesmos e que, em geral, essa discussão é feita com a outra Assistente Social conforme a demanda vai aparecendo.

Respeitadas as especificidades dos serviços, acreditamos ser essencial a existência de espaços de reflexão, avaliação e direcionamento de casos e do trabalho, mas sabemos também das dificuldades institucionais, que costumam ter uma demanda maior do que a capacidade de atendimento dos profissionais contratados e trabalha numa lógica inversa a da reflexão e da crítica, além do que

a violência sexual não é uma temática atraente e que mobilize facilmente os profissionais em seu entorno e talvez sua incidência não justifique, do ponto de vista institucional, a existência desses espaços.

As profissionais entrevistadas não apresentaram dados quantitativos a respeito do tamanho da demanda relacionada à violência sexual presente no seu cotidiano profissional, porém apontaram diversas questões que nos ajudam a qualificar essa demanda.

Para Ana, os casos de violência sexual representam a sua segunda maior demanda, atrás apenas da violência física, mas para as outras profissionais a violência sexual não representa uma grande demanda de trabalho.

Já Elisandra destaca a presença da violência psicológica nos casos e a influência da ideologia machista e sexista, que impede que a violência sexual seja vista e vivida como tal:

Aqui (...) a violência sexual não é entendida como violência sexual tanto pelas mulheres quanto pelos homens, porque numa relação constante, ou estável ou num casamento ela não é realmente considerada juridicamente como violência sexual, ela passa a ser tratada como violência a partir da Lei Maria da Penha, mas para isso não basta só a lei, tem que mudar o conceito. Então as mulheres elas não encaram como violência, elas podem até imaginar só que não acham que é o caso de denúncia ou que é o principal na relação. As queixas são outras. Então acaba não sendo uma constante não. Aparece com relação às filhas e filhos e aí surge aqui, mas é direcionado para quem trabalha com criança, então o atendimento não acaba sendo o foco da violência sexual. Tem o atendimento da mulher, mas a criança que sofreu a violência vai pra outros serviços como o CRAMI e outros.

Infelizmente esta é uma questão comum na literatura sobre a violência sexual, que a experiência cotidiana vem confirmar, qual seja, a naturalização dessa expressão da violência, especialmente nas relações familiares e entre parceiros íntimos.

Falar sobre a banalização da violência na atualidade é uma tarefa complexa, que exige uma reflexão das nossas próprias atitudes e crenças, afinal vivemos sob um modo de produção cuja dinâmica interna tende a esconder e/ou ignorar a violência a que milhares de pessoas estão sujeitas. A banalização da violência e, conseqüentemente, da vida humana podem ser discutidas a partir de

questões macro-estruturais (fome, desemprego, desigualdade de renda), bem como de episódios “corriqueiros”, comuns nas relações interpessoais que algumas vezes são vistos até como expressão de afeto, como é o caso da violência sexual.

O hábito se torna um perigo quando, diante da violência cada vez mais corriqueira, nos faz perder a capacidade de indignação. Esse processo de entorpecimento é também uma forma de banalização da violência. Diferentemente da banalização pela indiferença, com a qual a violência nem sequer é percebida, aqui sabemos que ela existe, mas já não nos toca da mesma forma. (KRUSPTAS, 1997, p.31)

Na medida em que estas e outras cenas de violência se tornam corriqueiras, deixam de incomodar e sensibilizar a sociedade. Aceitar que a violência possa ser banalizada e naturalizada pode ser uma tentativa de diluir o seu impacto, de se eximir de seus efeitos, de não se implicar com a existência de suas manifestações e com as possibilidades, por pequenas que sejam, de sua transformação e esta banalização da violência é, talvez, um dos aliados mais fortes de sua perpetuação. A força deste hábito, desta face da ideologia disseminada pelo sistema capitalista, é tão grande, que nos faz crer na impossibilidade de alteração nas relações existentes.

A esse respeito Simone revela que atende a casos “comuns” onde a maioria das vítimas principais são crianças do sexo feminino e dos abusadores diretos são adultos do sexo masculino e, nestes casos, ocupam principalmente o papel de pais e padrastos dessas crianças. Embora a profissional esteja falando da realidade profissional vivenciada, sua fala também expressa a naturalização da violência sexual em algumas relações e atribuição de papéis previamente definidos aos envolvidos nas situações de violência sexual.

Elisandra associa a autoria dos abusos à existência de alguma patologia ou perversidade do autor (a) do crime e diz que a violência sexual está comumente acompanhada da violência psicológica. No trecho a seguir a profissional destaca uma particularidade da violência sexual, cuja observação pode ser determinante na condução dos casos por parte dos (as) profissionais envolvidos.

Acontece Andreia que às vezes a fala da mulher é assim: “Enquanto aconteceu comigo eu suportei, mas agora que tá mexendo com meus filhos eu não vou

tolerar mais, agora eu tô decidida a tomar uma providência” ou “Passou do meu limite, tá afetando meus filhos”, isso é muito freqüente com relação a agressão física e a agressão psicológica também. Agora a sexual ela já traz outros componentes, a própria mulher de certa forma, ela favorece, ela não protege os filhos. Ela não se protege e não protege os filhos. Então o processo dela denunciar é quando a família “apertou”, é quando alguém de certa forma pressionou muito para que ela enxergasse, porque não é nem intencional, mas é que não enxerga mesmo. Então se alguém pressionar, a família pressionar, ela chega aqui e verbaliza: “Ah, resolvi tomar uma atitude, porque em primeiro lugar minha filha”, teve um caso aqui : “Primeiro lugar minha filha e eu não vou admitir mais”. Andréia deixa eu retocar o que eu falei. É porque eu falei: “Teve um caso” e não é um caso, são muitos casos é que eu estava lembrando de um especialmente que ela veio com essa fala: “Agora tá mexendo com a minha filha, agora eu não vou tolerar mais”, só que depois ela voltou atrás, depois de um tempo que teve todo um trabalho, envolveu vários serviços, como CRAMI, ela aceitou o companheiro de volta, tornou a aceitar o provedor da casa, o homem que ela gosta, então foi por pressão mesmo da irmã dela que quis ...

Em relação à violência física e psicológica é mais comum que as mulheres “aceitem” a violência exercida contra elas, mas quando os filhos também são violentados elas tendem a enfrentar a situação e buscar ajuda. Diferentemente do que ocorre nos casos de violência sexual, onde essa relação de filiação e proteção acaba sendo bem mais frágil.

Aqui há um detalhe fundamental em relação ao funcionamento diverso das famílias onde ocorrem situações de violência sexual. Nesses casos as relações são muito peculiares e, comumente, os filhos/filhas podem ser “usados” como protetores das mulheres nas relações conjugais violentas. Em vários casos as crianças dormem no mesmo quarto, na mesma cama, ou entre o casal não só porque estes amam os filhos, mas na tentativa de que, em respeito aos filhos, o parceiro não violenta sua companheira. Muitas vezes os efeitos disso são muito drásticos e as crianças podem ocupar “o lugar” da mãe. Num processo inconsciente, as mulheres adultas acabam “dividindo” seus sofrimentos com as filhas e filhos. Aqui fica evidente o adoecimento e sofrimento de todas as pessoas envolvidas nessas situações.

É importante frisarmos que todas as instituições procuram atender os casos a partir de uma abordagem familiar, mesmo quando direcionadas ao atendimento de um dos membros da família e que o acolhimento dessas pessoas, bem como a

construção de um vínculo de confiança entre os/as usuários/as e o/os profissionais da instituição, são essenciais para o sucesso do caso.

Outro ponto importante abordado na fala de Naomi diz respeito à influência da mídia e da formação/ capacitação profissional no reconhecimento e denúncia desta expressão da violência,

Naomi - O ano retrasado fizemos um curso falando sobre violência sexual, que quem veio dar esse curso, se não me engano foi o pessoal do CRAMI, que veio conversar com como os coordenadores e assistentes de coordenação, aí começou a surgir um pouco mais de casos, porque o pessoal começou a identificar a questão (...)

O que eu observei é que, às vezes aumenta, dependendo da mídia também. Quando tem alguma coisa. Quando teve um caso (em que a pessoa) foi negligente, a rede começou a entrar em contato e em uma semana tive quatro casos. Que foram encaminhados e estão sendo acompanhados até hoje.

Desafios da prática

Além da dificuldade provocada pelo tamanho da demanda frente ao número de profissionais nos serviços, estas fazem diversas referências sobre os sentimentos despertados nelas no trato da violência sexual:

Elisandra - Eu acho que uma dificuldade pessoal é que eu fico extremamente chocada e o que me mobiliza para atender é pensar que eu vou fazer alguma diferença para a pessoa, então eu me empenho bastante e se eu não consigo resultado, porque eu acho que é uma das defesas que o ser humano tem profissional é ficar um tanto quanto frio com relação ao caso e precisa um distanciamento e às vezes, eu acho que as pessoas exageram um pouco nisso. (...) as limitações institucionais, não se consegue fazer muita coisa e quando você vê que não caminha eu me frustro muito. Aquela mobilização que no início eu tinha conforme eu vejo que não tá funcionando, não tá andando, que não estou conseguindo, aí eu fico frustrada.

Elisandra - Então eu acho que é chocante mexer com violência, eu só consigo trabalhar sem me quebrar no meio assim, porque eu penso que a gente vai encaminhar e vai resolver e vai cuidar e os outros serviços também vão ter o mesmo olhar, mas se tem tantos furos que confiança eu tenho de continuar?

Ana - A principal dificuldade, sinceramente, na violência sexual, é quando o agressor ainda continua na casa. É uma impotência, assim, horrorosa, porque... a questão do judiciário ainda... tem as leis, mas a efetivação dessas leis, essa ainda

é um pouco incipiente. (...)Mas é difícil pra pessoa, a pessoa, ela quer realmente que a justiça seja feita, que o direito da filha, do filho, que foi violado, ela quer ver algo acontecer. É ruim, lidar com a angustia dessas pessoas, porque, realmente a morosidade é (grande) e a efetivação de muitas leis também é difícil

Ana - E aquilo já foi me dando uma raiva da pessoa, foi me dando uma raiva, como ele foi se aproveitar de uma família dessas? De uma pessoa dessa?

Naomi - Pessoal (dificuldade pessoal), eu tinha um pouco mais antes de fazer o curso, o curso do PAVAS, depois eu fiquei bem mais tranqüila, atendia, sim, mas aquela coisa, afetava bastante até seu ser.. Hoje eu fico, não vou dizer né, cada criança que eu atendo, eu fico, eu fico indignada.

Naomi - Eu fico assim, a cada momento é aquela coisa. Não é uma coisa comum. Não. É uma coisa que causa angustia.

Simone - Vou ser bem sincera, se eu pudesse eu não atenderia, é uma parte do trabalho que me detona. Eu fico mal, me acaba o dia, eu não teria nenhuma condição de atender agressor, (...). Eu fico mal pra caramba como todos os casos que eu atendi, eu acho que eu não tive nenhum que... Eu fiquei muito mal com todos. (...) Pessoalmente.

As falas das profissionais mostram quão difícil é trabalhar com essa temática e mostram uma angústia pessoal e profissional que, muitas vezes, desmobiliza as profissionais e compromete a qualidade do trabalho prestado.

Na fala de Simone há outro ponto que representa uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos (as) militantes e profissionais que atuam na área da violência sexual, que é a questão da responsabilização e atendimento do autor da violência.

A esse respeito, as falas sugerem, por outro lado, a ampliação do olhar das profissionais e da sociedade como um todo para a necessidade desse trabalho e o reconhecimento da necessidade de responsabilização, mas também de cuidado e atendimento do agressor. Estas apontam que o atendimento da/das “vítimas diretas” não é mais suficiente para o enfrentamento da violência sexual. Ana também fala da necessidade de não tratarmos a agressor como se toda sua inserção social fosse resumida a isso, pois independentemente do crime cometido é importante que, para além do criminoso, visualizemos um ser político, um ser socialmente determinado, pleno de possibilidades de transformação de sua realidade e da realidade que o cerca.

Ana - Há, outra coisa também, eu falei assim: agressor, agressor, mas, assim, às vezes, é pelo hábito, mas a gente tem que se acostumar a não rotular, e essa questão do abuso está em bastante discussão, tem o (termo) autor de abuso, e tem outros, mas não que eu rotule que a pessoa é agressor, mas é uma questão da fala (...) o problema é que ele é o agressor, o pai, é isso, é aquilo, é um monte de coisa ao mesmo tempo. Então essa é uma das questões que talvez vai ficar ruim, mas que a gente acaba, às vezes até reforçando. Isso é um nó, também pra mim, como é que eu vou escrever? Aí eu resolvo fazer uma observação lá, e eu vou tentar não ser tão preconceituosa, mas eu não vou ficar conseguindo toda vez não falar de agressor ou não falar de vítima, todo mundo é vítima de alguma coisa. E por mais que às vezes, a gente pense diferente, as vezes, o vício da fala, as vezes, a gente acaba falando.

Naomi - A partir do momento, em que realmente o trabalho está transcorrendo e há a hipótese de, por exemplo, se é o pai que é o agressor. Realmente (precisa) tratar esse agressor, se não ele vai continuar fazendo com outras pessoas ou, se não, realmente, essa questão das outras gerações, os outros que estão sendo abusados continuarão reproduzindo. Então realmente tratar esse agressor. (...) Ele também precisa de um cuidado. Porque o que pode ocorrer, aquela coisa. – Você fez, você vai ter que pagar, isso e aquilo... E de repente você acaba acentuando a vontade de agredir, a necessidade dele agredir. Você acaba acentuando.

Elisandra - Os agressores? Eu te juro que eu não saberia dizer nada por total in experiência e desinformação. Não tive contato com esse tipo de trabalho, não imagino o que seria. Acredito que tem possibilidade. Tem que ser feito, mas que tem que começar e a partir disso ir reformulando.

(...) Então eu acho que o próprio agressor ali não está nem entendendo também que seja agressão, porque tem muitas cabeças deles que eles são os donos da mulher, é sua propriedade e podem fazer o que quiserem com o corpo dela e eles não percebem o quanto eles estão machucando, prejudicando, o quanto que a família está sendo prejudicada por causa dele. Mas eu não afirmaria nada eu acho que tem que ter um trabalho pra começar e passar a avaliar.

Ana - Eu acho muito importante, isso, porque, existe a questão de que: - Ah, de repente, é um pedófilo? nem todo mundo é um pedófilo. Mas essa pessoa até por ela ter um desejo por uma criança, alguma coisa não está legal. O que fazer pra ele controlar isso, prender somente, não, também só fazer o tratamento sem nenhuma, sem também ter o aparato da lei, também é complicado (...) sem responsabilizar, também não dá. O certo seria as duas coisas juntas. Mas eu acho bem importante essa questão da atenção (ao agressor), muitas vezes a gente pensa na vítima, também precisa, não é, mas e com quem fez, (o trabalho) tá parado, porque hoje foi aquela, depois vai ser outra, depois outra. Então eu acho importante também abrir esse leque de atendimento.

(...) Há, outra coisa também, eu falei assim: agressor, agressor, mas, assim, às vezes, é pelo hábito, mas a gente tem que se acostumar a não rotular, e essa questão do abuso está em bastante discussão, tem o (termo) autor de abuso, e tem outros, mas não que eu rotule que a pessoa é agressor, mas é uma questão da fala (...) o problema é que ele é o agressor, o pai, é isso, é aquilo, é um monte de coisa ao mesmo tempo. Então essa é uma das questões que talvez vai ficar

ruim, mas que a gente acaba, às vezes até reforçando. Isso é um nó, também pra mim, como é que eu vou escrever? Aí eu resolvo fazer uma observação lá, e eu vou tentar não ser tão preconceituosa, mas eu não vou ficar conseguindo toda vez não falar de agressor ou não falar de vítima, todo mundo é vítima de alguma coisa. E por mais que às vezes, a gente pense diferente, às vezes, o vício da fala, às vezes, a gente acaba falando.

Também a morosidade da justiça, a dificuldade de aplicação das leis relacionadas à temática, a dificuldade e descaso de alguns profissionais em lidar e trabalhar com esta questão, o desconhecimento a respeito dos outros serviços, a falta de clareza dos papéis profissionais, a falta de divulgação da rede, o medo e a resistência que alguns profissionais têm para identificar e denunciar os casos (o que muitas vezes contribui para que estes não se comprometam com a resolução do problema), aparecem como as principais dificuldades encontradas no dia-dia profissional. Duas falas são bem significativas nesse sentido:

Elisandra - Demora para marcar consulta, demora para andar para a justiça. Demora para achar conselheiro tutelar e quando vai, chega na casa da mulher e ela não estava. Chega uma hora que às vezes eu acho que faz parte e às vezes eu acho que é dificuldade demais, tinha que ter mais recurso, telefone tá difícil, email tá difícil e aí teu horário de 6 horas terminou antes disso, você já tem um compromisso aquele caso tá aguardando, isso vai me desgastando.

Simone - Eu acho que a dificuldade da formação da equipe, que todos os profissionais enxergassem esse atendimento como “seu”, não como de um determinado profissional ou de outro profissional. (...). Elas recebem o caso achando que a sua parte é só aquele pedacinho e que o resto é do outro e eu não vejo assim.

A proposta de trabalhar situações/problemas em rede tem na especificidade profissional, um de seus nós críticos, pois exige que os profissionais façam ações articuladas buscando o atendimento do caso como um todo e que as pessoas sejam vistas e atendidas nas suas especificidades, sem, contudo, perder sua expressão e inserção coletiva, enquanto problema social, cultural e econômico; sem permitir a fragmentação do indivíduo em partes. Por outro lado, não pode excluir as especificidades do profissional que está atendendo o caso, de modo que um médico, por exemplo, pode e deve ter um olhar social e psicológico que se faça presente em sua ação profissional, mas deve garantir que os cuidados

médicos (cirurgias, prescrição de medicações, exame físico, preenchimento de documento para fins legais, etc) sejam realizados com precisão; de forma que recorra aos demais profissionais da equipe para ser auxiliado nos demais encaminhamentos e atendimentos necessários aos casos, sem expor o/a paciente a outras situações de violência como, por exemplo, o relato da violência repetidamente aos diversos profissionais envolvidos no atendimento.

Pensando nessas questões é que indagamos as profissionais entrevistadas sobre as especificidades do trabalho do Assistente Social nesses casos:

Simone - Não.

Eu acho que é uma coisa da equipe. Eu acho que quem recebeu o caso, talvez se nós tivéssemos um serviço específico, o que não é o caso (...) Eu posso conversar com a família, o psicólogo conversa com a família, mas eu acho que é uma coisa da equipe mesmo.

Ana - Assim, somente, somente não, mas, a nossa formação, nos dá subsídios para desenvolver algumas intervenções que a gente percebe que se for para outra área é um simples encaminhamento

Por exemploessa questão assim, as vezes, de transporte pra pessoa vir, a questão da visita domiciliar, a questão das demandas sociais mesmo, a leitura da demanda social pra gente poder intervir ... é nossa, é diferente. Não que a do serviço social é melhor e da psicologia não, é (que) pra eles é simples. Não é simples. Não é assim. Ah, vamos encaminhar para o CRAS pra ganhar cesta básica, pra ter transporte, não é só isso... Eu acho que a Assistente Social nessa questão, eu acho que tem um ... Como posso dizer? Um embasamento teórico e conseqüentemente a intervenção acaba sendo mais elaborada, enfim. Até pela questão do direito, porque dar por dar, encaminhar por encaminhar, futuramente, acaba sendo uma postura paternalista, institucionalizadora e não é isso que a gente procura.

Elisandra - No meu pensamento, no meu modo de trabalhar e de pensar eu acho que os encaminhamentos qualquer um pode fazer. Pode. Mas o monitoramento desses encaminhamentos eu acho que compete ao assistente social, verificar o andamento, as conclusões. Eu ainda sou de um tempo, minha formação profissional é de um tempo que você estabelecia um plano para o seu atendimento, então quando você recebia um caso, uma pessoa, além daquela fase inicial de conhecer você formulava uma proposta técnica para aquele atendimento que não necessariamente tinha que ser uma coisa rígida, nem ir até o final. Então acho que exclusivo do assistente social é ir monitorando sempre o atendimento. Tem o trabalho em rede, porque sozinho não vai fazer nada mesmo, dentro do trabalho em rede eu acho que agente tem que fazer esse monitoramento mesmo.

Entender também o que o assistente social faz, a questão do monitoramento. (...) a gente como assistente social que vai acompanhando todas as fases.

(...) nós assistentes sociais, temos que acompanhar todas essas fases, essas etapas, para nós termos alguma coisa concluída. Eu vejo a assistente social como a pessoa que faz essa integração, se não, não é rede, a rede cada um faz a sua parte e só.

Como vimos, as respostas foram bem diversas e apontam para a dificuldade de clareza do papel profissional frente a essa demanda. As respostas que apontam as especificidades profissionais estão relacionadas aos encaminhamentos realizados, ao monitoramento dos casos, à integração dos profissionais e à leitura da realidade onde se realizará a intervenção. Ações muito importantes para as quais os Assistentes Sociais costumam ter um embasamento teórico no sentido de que essas ações por mais simples que sejam tenham como foco a garantia dos direitos e as particularidades dos casos, mas que não esgotam as possibilidades de intervenção desse profissional no campo da violência sexual.

De maneira geral podemos dizer que, neste campo, uma das ações fundamentais que o Assistente Social deve estar capacitado para fazer é a orientação legal sobre os casos, o que não significa ocupar o papel de advogado, mas estarmos legalmente instrumentalizados para lidar com as situações que se apresentam em nosso cotidiano profissional.

Elisandra traz um comentário bastante significativo neste sentido e aponta para alguns avanços que sua equipe de trabalho tem visualizado após a promulgação da Lei N.º 11.340/2006,

(...) Tiveram alguns avanços, com a lei, ela tipifica a violência, os tipos de violência, e violência sexual conjugal passou a ser crime, (...), a violência psicológica que é difícil de ser medida pra poder ser definida como violência psicológica, mas ela é tão divulgada que muitas mulheres falam: “ Ah, antes ele me agredia, agora eu acho que ele tá com medo por causa da lei, com medo de ser preso e não me bate mais”, mas xinga o tempo todo, humilha, não dá o dinheiro.

Embora entre a promulgação e a efetivação das leis haja um grande caminho a ser percorrido, como também afirma Elisandra, a legislação é um instrumento de trabalho importantíssimo para o/a Assistente Social na sua luta incessante pela garantia de direitos.

Fatores de risco para a violência sexual

Embora a violência sexual seja uma problemática multicausal e multifacetada e já tenhamos ultrapassado as análises casuísticas para o trato das expressões da questão social, indagamos as Assistentes Sociais se nos atendimentos realizados havia alguma questão que se repetisse ou lhes chamasse a atenção nesse sentido.

Ana destaca o caráter geracional da violência sexual, diz que é comum que as mães das crianças atendidas também tenham sido violentadas em algum momento de suas vidas. Essa questão também aparece na fala de Naomi, porém ela fala ainda de outros fatores que podem contribuir com essa violência.

Naomi - A gente vive num município que tem uma vulnerabilidade social muito grande, então o que eu observo: as mães trabalham fora e essas crianças ficam com algum membro da família ou com os companheiros dela, o espaço físico é reduzido, onde eles moram e muitas crianças assistem até atos e relações entre os pais ou entre a mãe e o companheiro ou entre o pai e a companheira, então, tudo isso contribui.

Assim, não digo que é por conta disso, porque eu já vi, já peguei em outros espaços que nem tanta vulnerabilidade social que também ocorre (os abusos) não é?

Aqui em Diadema tem muita essa questão do espaço físico. E engraçado é essa troca muito constante de companheiro, eu observo, então tem um filho de um pai, depois de outro, de outro, e aí é um histórico complicado quando você vai fazer o levantamento.

Das famílias. É um histórico bem complicado. (...) A maioria das mães são arrimo de família. E o que eu observo, eu recebo muito documento, muitas mães que vem (falar comigo). Elas acabam sustentando essa casa porque os homens vão embora. Nós não temos vagas para todas as crianças, nas creches, aí, a criança fica lá na casa, na casa dos vizinhos, na casa de um familiar, ela fica na (sob) supervisão de quem está disponível, porque essa mãe não tem condições de pagar alguém pra olhar

Sua fala questiona o quanto a forma de organização das famílias, as condições de moradias, os relacionamentos estabelecidos entre as pessoas influenciam a violência; mas, ao mesmo tempo, afirma que a violência está presente em famílias que vivem em condições de grande ou nenhuma vulnerabilidade social. Além da família, a profissional “culpabiliza” o poder público, pela ampliação da vulnerabilidade (neste caso) de crianças de deveriam ter seus

direitos assegurados através das políticas públicas de educação e outras que auxiliem as famílias na educação e proteção das crianças.

Simone é cautelosa neste sentido e suas colocações vão ao encontro a diversidade de situações onde a violência sexual está presente:

Simone - Não sei Andreia, nos casos que eu atendi não dá pra dizer que por conta de espaço físico, ou como as pessoas dormem, não eram situações assim, já tiveram casos onde isso acontecia, mas não que em todos os casos possa se dizer que por isso favoreceu. Não sei, talvez tivesse que estudar um pouco mais. Não, nada que me chamasse a atenção para dizer que os casos aconteceram por causa disso ou daquilo. Não tem nenhuma situação em que eu possa dizer que algo favoreceu.

No caso de Elisandra a resposta vai ao sentido oposto a da profissional anterior: - *“Não eu não vejo a pobreza não.”* . Aqui a profissional descarta a pobreza e dá centralidade à cultura e à mídia no processo de reprodução da violência sexual.. Ela cita alguns exemplos e faz observações importantes.

O que contribui pra violência eu acho que é essa flexibilização, essa banalização do erotismo que a mídia traz essa comercialização do erotismo em que as mulheres hoje é o máximo ganhar dinheiro, não importa como. (...) as letras das músicas, acho que toda essa exploração comercial da mídia muito cedo erotizando até as crianças fora do contexto, a criança tá pulando uma fase de inocência total onde ela tem que ser feliz, que se preocupar com outras questões. Os costumes da sociedade admitindo tudo isso eu acho que entram também os conflitos individuais, pessoas que foram educadas de uma forma meio livre demais, sem orientação ou chocado demais com vivências precoces, eu não saberia te dizer, mas eu acredito que a pessoa que também foi violentada que não tivessem respeito com ela e um trabalho depois eu acredito que se tornem agressores. (...) Eu acho que se a gente tem um ganho de hoje as coisas serem muito abertas, antigamente uma gravidez indesejada ela era escondida, antigamente se virava freira e depois colocavam a criança na roda como se fosse alguém que tivesse colocado lá e era das próprias freiras, também, tinham os casos. Então era escondido, as famílias não aceitavam liberdade. A liberdade sexual veio e o excesso veio junto.

Andreia, domingo eu estava preocupada com a eleição do conselho, 5h da manhã passou um carro com o som ligado no último com aquela música de funk “tuc, tuc, tuc, e vai descendo e vai descendo e vai descendo na piroca² e vais descendo na

² A “musica de que fala a profissional é um funk de MC Mágico e Suzy e diz: Vai sentando,vai sentar/Vai sentando,vai sentar/Vai sentando,vai sentar na piroca sem parar.Ritimo da putaria sei que as novinhas gostam./ Bota a mão no joelinho e rebola na piroca. E rebola na piroca/E aê novinha tremeu?/Agora senta/Mandou eu te chamar de puta/Novinha tú tá que ta/Eu sou Magico Mc/No meu pau tú vai sentar/ Senta bem devagarinho e rebola na piroca/ Senta bem devagarinho

piroca”, (...). Há uma fantasia toda aí, então eu não quero ser moralista nem antiga, mas eu acho que tudo tem hora, lugar e limites, se perdeu muito. (...). Você acha que é possível se permitir umas músicas assim. Então a violência vem na a banalização absurda do erotismo, da pornografia, Banalizou até a pornografia. Andreia, eu que passei pelos anos da ditadura, a ditadura além de ter todas aquelas características que você já sabe de falta de liberdade democrática, não pode votar, ela queria vender uma imagem de pureza absoluta de perfeição. Então nós víamos um povo ordeiro, um povo disciplinado e um povo assexuado também, então não se podia falar em sexo, não existia nenhuma publicação de revista pornográfica (Playboy, etc) tudo isso era proibido. Quem viajava trazia uma revistinha bem escondida e as revistas circulavam, mas era uma coisa muito controlada e nós passamos de um extremo para o outro. Hoje pode tudo, a sociedade civil deveria de ter meios de coibir, de proibir alguns tipos de letra e se organizar para dar uma limpada nos hábitos na própria mídia. E a sociedade civil, ela não consegue se organizar porque a represália vem tão forte, que vem sendo chamados de quadrados, caretas, mas quando na verdade o cidadão teria esse direito de se organizar e os grupos sociais existirem, mais moralidade. (...)... Então o que você vai achar que é violência sexual, na cabeça do agressor, que tá tudo tão permitido. Quais são os limites da violência sexual? Agente sabe que é você contrariar a vontade do outro, forçar, mas agente também não está sendo forçado a escutar essas abobrinhas aí?

Aqui ganham destaque a questão da influência da mídia na vida das pessoas e a erotização da mulher, que desde a infância é vista como um objeto e incentivada a assistir programas de noticiário ou entretenimento, ouvir e dançar músicas que banalizam a figura feminina e incentivam a violência (como os desenhos animados e os jogos de videogame que reproduzem incessantemente a violência interpessoal). A profissional faz referência à ditadura para sugerir que estamos passando de um extremo ao outro, o que também é muito perigoso. Pois no lugar da repressão total temos uma liberalização total, que transgride os mais básicos direitos humanos.

No mundo contemporâneo, a convivência com os mais diversos meios de comunicação é inerente a todos os grupos e classes sociais, com destaque para a televisão, que é o meio de comunicação de mais amplo acesso e não pode ser vista apenas como meio de informação e entretenimento, pois é um instrumento de produção de sentidos e valores da sociedade capitalista. Os estereótipos da mulher, dos homossexuais, dos negros são repassados pela mídia e também se

e rebola e rebola /Senta bem devagarinho e rebola na piroca /Senta bem devagarinho e rebola e rebola... (as palavras estão escritas preservando a letra da “música”)

constituem formas de violência pouco reconhecidas e que muitas vezes são vistas como entretenimento e causam ao invés de revolta, prazer e risos.

Para além da mídia, as pessoas estão cada vez mais acostumadas a se comunicar violentamente, quer nas relações familiares, profissionais, comunitárias ou sociais e a violência que é aprendida ou vivenciada hoje poderá ser reproduzida amanhã, num ciclo que se auto-alimenta e exige um esforço enorme para ser interrompido, como nos casos da violência sexual.

Em outro trecho, embora a profissional não fale diretamente a violência sexual a profissional mostra a co-relação das dos problemas e das desigualdades sociais com as outras diversas manifestações da violência:

Eu acho que quando existem determinadas áreas que são muito pobres se tornam mais vulneráveis, então o tráfico se instala, a população passa a ver com um outro olhar de quem está suprimindo as lacunas que o poder público não supre, essa desigualdade social, contrastes da nossa sociedade de uma riqueza muito mal distribuída, a constante divulgação da corrupção que não tem punição nesse país, então eu acho que favorece, porque se eles podem porque eu não posso, então eu acho que essas áreas são mais vulneráveis então aparece realmente mais violência, abre portas para tudo isso. Mas eu acho que nas outras classes sociais acontece também e tem também violência urbana e traficantes nos outros bairros porque os traficantes não são aqueles pobres coitados que eles prendem e mostram na televisão, os grandes traficantes muitos não estão presos, um casos ou outro, mas estão nos outros bairros, não estão naqueles bairros pobres, os chefões do tráfico estão em outros lugares, eu penso.

Marilena Chauí (2001:08) auxilia bastante essa discussão ao abordar quão problemática pode ser a abordagem de qualquer forma de violência desconectada da estrutura da sociedade que a sustenta e fundamenta.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como

estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. Em outras palavras, a mitologia e os procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida, e, por não ser percebida, é naturalizada (...).

No caso da violência sexual, a questão de gênero intensifica ainda mais sua naturalização, especialmente (mas não só) quando a vítima principal da violência é a mulher, que ainda hoje é vista por grande parte da sociedade como objeto e posse dos homens.

A fala de Ana é bastante elucidativa desse processo de dominação masculina:

ANA - Sobre a questão de gênero, acho que pesa, não é a questão de gênero, é a questão do poder, do homem sobre a mulher, a mulher como sendo... a questão da sexualidade, () é vista somente nisso e, com tudo isso que as mulheres adultas acabam sofrendo, as crianças também. A pessoa que vê, o adulto que vê a criança como objeto de desejo, não vê essa coisa da criança, é como vê a mulher mesmo, como a questão do objeto, vê a menininha ali como mulher. E essa questão, também, da exacerbação da sensualidade, da sexualidade acaba refletindo muito nessa situação. Não que seja: - ah, tá com uma sainha.... Não, não é isso, não é essa a questão, de roupa, é uma questão de pensamento, né. Acaba sendo até uma coisa cultural, da mulher ser objeto sexual, e o adulto tendo a visão da criança e a mulher como objeto de desejo dele, vai tratar como ele trata a mulher. A mulheres como são vistas, como são enfatizadas (...). Exato, independente da idade, mesmo as pequenas (...) é biologicamente mulher, e as questões culturais, sociais, acabam atingindo as crianças e incidindo na violência sexual.

Ana trata da questão do poder que está intimamente correlacionado com a problemática de gênero. Fala que, culturalmente, a mulher e a criança do sexo feminino muitas vezes são visualizadas como objeto de desejo do homem, independente de sua idade, para o que a exacerbação da sensualidade, como ela diz, ainda na infância exerce grande influência. Infelizmente, é muito comum vermos crianças, ainda muito pequenas, com roupas e comportamentos sexualizados.

A profissional também avança na abordagem comum de gênero e aponta para a influência da homossexualidade nas situações de violência sexual que envolve os meninos. De acordo com seu relato é possível que muitos meninos que são abusados sexualmente, não acessem os serviços de atendimento por

questões relacionadas à homossexualidade, especialmente pelo medo de que estes sejam ou “se tornem” homossexuais em função da violência vivida.

E tem outra coisa também, a questão de gênero ... na questão da homossexualidade. Muitas vezes, muitas pessoas não falam, não querem e até muitas famílias não deixam (vir) à tona, ou procura atendimento ou tratamento, com medo do que, ou as pessoas vão falar, ou (de que) realmente a pessoa que sofreu abuso seja homossexual, os meninos né. Aí é uma outra questão, todas as pessoas sofrem abusos. Há várias coisas para os meninos, quando eles sofrem abusos, porque eles aparecem menos? Será que realmente são os menos (os que menos sofrem)? Em menor número? Até por essa questão de gênero, essa questão da mulher, pode até ser, mas será que é isso só? Tem essa questão preconceituosa, essa questão do homossexual e relaciona com o abuso sexual, que não tem nada a ver, mas muitas pessoas levam isso pra sua realidade, e acaba fazendo parte das relações, algumas coisas muito graves, que não deveriam fazer parte de relação nenhuma. É, eu vejo , muito aqui, muita preocupação do menino, ou, de repente, alguém denunciou e não era pra ser denunciado... aí, quando a pessoa vem aqui, a primeira vez, muitas vezes não explicam o que ela... foi encaminhada, mas não explicam o que veio fazer, então vem cheio de resistências, cheio de fantasias sobre o que veio fazer aqui. E essa questão sexual, além de ser difícil de tratar por ser essa situação, tem mais essas coisas que contribuem, imaginários, essas questões que são postas na sociedade, questões preconceituosas e construídas socialmente que dificultam. Teve um caso, que eu atendo, que a preocupação da mãe era essa, ela fez uma denuncia de abuso sexual na família porque a preocupação dela era essa, de que o filho não fosse homossexual, e queria que a gente falasse pra ela. Foi por uns dois anos, que aconteceu o abuso, (...) mas a preocupação dela era se ele ia ser homossexual. Aí depois, na época a gente fazia o (atendimento) social separada, a gente explicou essa questão, que não era determinante isso pra pessoa ser homossexual ou não, outras coisas, outras questões e se ele realmente ele viesse a ser homossexual certamente não seria somente, não seria por isso, e o importante seria o bem estar do menino. Aí ele começou a fazer avaliação, com a psicóloga, aí ela falou a mesma coisa, só que de uma outra forma. E ela parou de vir, quer dizer: a preocupação dela era com a homossexualidade (...) o foco é outro, a importância... Então essas questões de gênero, acho que na questão da violência sexual está presente em todos os papéis, papéis de gênero masculino, papéis de gênero feminino, e o papel de gênero, até o homossexual.

Certamente a violência sexual não poupa os homossexuais masculinos e femininos e este grupo poder sofrer ainda mais na tentativa de acessar seus direitos pela dificuldade de encontrar espaço nos serviços existentes para registrar suas queixas e receber o atendimento adequado, em função do preconceito que a sociedade produz e reproduz em relação á eles/as. Na verdade, de acordo com o relato da profissional, só a possibilidade imaginária da homossexualidade já impede o acessos das crianças aos atendimentos.

Daí a afirmação de que a violência de gênero não pode ser considerada só como a violência cometida contra a mulher, pois representa toda a forma de violência cometida em nome da conservação das identidades, dos papéis masculinos e femininos. Por isso podemos dizer que mesmo a sujeição do homem á produção e reprodução do autoritarismo, as exigências quanto á sua masculinidade, etc, também caracterizam a violência de gênero. Na violência de gênero homens e mulheres são dominados.

... não há sustentação teórica para se atribuir a fatores naturais os determinantes de comportamentos agressivos dos homens e da submissão das mulheres. As explicações para tal fenômeno são de corte social, e também contribuem para isso: a educação, os costumes e os meios de comunicação (desde os mais primitivos), pois criam e preservam estereótipos reforçadores da idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres. (SOUZA, 2006:35)

Quando indagada sobre a influencia das relações de gênero na violência sexual Elisandra faz afirmações parecidas:

Como os papéis estão socialmente construídos eles () têm que ser fortes, eles vão buscar outros espaços, o homem, ele vai jogar futebol, vai encher a cara no bar, constrói o grupo dele lá, ele tem outras formas de lidar com a violência, com a frustração, ou ele quebra a casa toda ou ele não faz isso, mas quase não fica em casa que também é uma agressão. Uma pessoa que não sai do bar, não participa, não vem pra casa, fica totalmente alheio, então eu acho que dificilmente ele se coloca no papel de vítima, de coitado, de sofredor, eles têm que ser fortes, se eles não são fortes eles acabam enchendo a cara, usando drogas e eu acho que são os papéis socialmente construídos, a mulher é que procura as instituições, procura o serviço público, vai atrás do que a família precisa, vai atrás do que ela precisa. Socialmente eu acho que isso já está instituído, é difícil você ver um pai levando o filho para vacinar, levando o filho para a consulta, você até vê, mas é pouco, é uma situação ou outra, não que ele assuma aquilo para ele. . Mesmo que os dois trabalhem dificilmente () ás vezes eles dizem: “Ah, é porque minha esposa não pôde vir”, ou “ Eu tô desempregado e eu vim porque ela tá trabalhando”, mas depois eles somem, não assumem aquilo como papel, o papel é da mulher, então esses papéis já estão tão definidos, as questões de gênero já são tão construídas que eu não acho que vai ser fácil um homem vir aqui.

A esposa que casou para satisfazer o marido e que, olha só o dilema que elas ficam e não tem aquele ditado que não vai procurar fora se tem em casa, então ela acha que tem que satisfazer, senão ela vai ser reprovada na avaliação, ele pode até procurar outra

Elisandra fala que além dos papéis sociais e familiares atribuídos à homens e mulheres, as formas de enfrentamento das situações também difere significativamente de um sexo para outro e traz um exemplo de como a dominação do homem sobre o corpo da mulher ainda é presente em nossas relações. A necessidade de a mulher satisfazer o marido ainda está muito presente nas nossas vidas e é um grande obstáculo à caracterização, denuncia e punição da violência conjugal. Uma dominação que é interpessoal e socialmente determinada como aponta Teles (2002:29):

Por meio da força bruta, inicialmente, forjou-se o controle masculino sobre as mulheres. Gradativamente foram introduzidos novos métodos e novas formas de dominação masculina: as leis, a cultura, a religião, a filosofia, a ciência, a política. Ao serem tratadas como propriedade dos homens, as mulheres perderam, em diferentes níveis, a autonomia, a liberdade, e o mais básico direito de controle sobre o seu próprio corpo.

A seguir a Assistente Social Naomi cita a questão do abuso intergeracional e aponta para a existência de casos onde a agressora direta é a mulher, o que confirma que os papéis ocupados pelas pessoas numa situação de violência sexual não podem ser determinados a priori.

Embora não exista muitas denúncias ou relatos que indiquem a prática da violência sexual pelas mulheres essa é uma prática para a qual também precisamos estar atentas, especialmente porque a mulher tem todo o aval da sociedade para tocar, cuidar e ter maior aproximação corporal e afetiva com as crianças, mas por traz desses comportamentos comuns e legitimados socialmente há muitos casos de violência, especialmente contra crianças.

Naomi - Eu peguei mais casos onde quem praticou a violência, foi o sexo masculino. Mas eu também já peguei, do sexo feminino. Eu já peguei mãe que mora com o filho sozinha num espaço que é um espaço onde só tem um cômodo e que depois fomos fazer visita () e a criança estava apresentando uma sexualidade muito a florada. A equipe observou, trouxe e aí a criança veio a revelar que essa mãe tinha atos de chupar o seu pipi, beijar o seu corpinho, queria que ele também beijassem o corpo da mãe. Então, quer dizer, eu também peguei a mãe. (...)

Para finalizar esta breve discussão a respeito da influencia das relações de gênero na violência sexual trazemos a fala de Simone:

(...) Eu acho que sim. A questão da educação, como educamos os meninos e como educamos as meninas, a velha história do prendo minhas cabras e solto meu bode, um ditado antigo bem popular, mas eu acho que assim, menino pode quase tudo, e isso a gente vê muito, quando os pais trazem os filhos que você tem que alertar para essa questão, cuidado como você está educando, não é dessa maneira, acho que nas escolas mesmo, as diferenças que se faz na educação, isso é uma coisa que já vem de muito tempo a coisa de que o homem pode e a mulher não pode, eu acho que traz influência sim, como se a mulher fosse um objeto, por mais que se fale das conquistas da mulher, teve até um guia turístico que saiu no Rio de Janeiro que fala sobre as mulheres cariocas, um guia que foi liberado. Então ele divide elas em 4 grupos: As popozudas que usam calças apertadas e são liberais; As mulheres com mais de 30 anos que gostam de se divertir de beber ... Então são 4 grupos que eu não me lembro exatamente, mas é um guia de turismo e as mulheres cariocas são divididas em 4 grupos, é falado também que para que não se procurem as filhinhas de papai porque são esnobes e isso está aí vendendo, autorizado pelo governo. Então quer dizer você coloca novamente a mulher ... , mais uma vez aí o turismo sexual. Então você expõe mesmo, agora quem entrou nisso e está querendo bloquear esse guia é a EMBRATUR, que é uma hipocrisia, como liberaram um negócio desse.

Simone levanta diversos aspectos que contribuem para a manutenção da violência na nossa sociedade; a cultura (através dos ditados populares) a questão da educação informal e formal das crianças, a banalização da violência e do corpo da mulher e destaca a questão da violência através da comercialização explícita da mulher .

Em uma rápida pesquisa via internet sobre o guia citado, não conseguimos acessa-lo na integra, mas pudemos ver que sua circulação foi temporariamente proibida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região do Rio de Janeiro em 25/08/2009. O guia que já está na sua 8ª edição (não conseguimos saber quando foi sua 1ª edição, mas em 2005 o guia foi editado pela 4ª vez), é escrito em inglês e tem como objetivo “trazer de uma forma descontraída e dinâmica, dicas e informações sobre os principais lugares do Rio de Janeiro para os “festeiros”

O Guia fala de música, dos homens, das mulheres e é umas das expressões mais vulgares da coisificação da mulher e de desrespeito ao ser

humano. Pra termos uma idéia o livro divide as mulheres em quatro grupos e dá as dicas para quem quiser “pega-las”.

BRITNEY SPEARS - ‘Filhinha de papai’ — linda, mas metida. Não deixa ninguém chegar perto. Já tem uma lista de pretendentes do 2º grau, faculdade, filhos dos amigos dos pais... Esqueça, a não ser seja apresentado por alguém a ela.

POPOZUDA - É uma máquina de sexo. Malha, veste calças apertadas que entram no bumbum, pinta o cabelo de louro e faz de tudo para ficar linda. Bom investimento, já que o motel é sempre uma possibilidade com esta gata...

HIPPIE/RAVER - A mais divertida, fácil de se chegar, boa de papo, difícil de beijar, fácil de beber.

COM MAIS DE 30 - Gosta de se divertir, dançar, beber e beijar. Trate-a como uma dama e será tratado como rei. Talvez não esta noite, mas amanhã, com certeza.

O guia mereceria outra tese só para tratar dele, mas para nosso trabalho acreditamos que essas breves observações já são válidas para dar a dimensão das nuances da violência sexual e do desafio colocado às/aos profissionais e à sociedade como um todo que não admite esta grave violação de direitos.³

4.2 – VIOLÊNCIA SEXUAL E ÉTICA PROFISSIONAL

Em suas relações sociais – no trabalho, na família, nas relações afetivas, políticas, de lazer etc. –, a todo o momento o indivíduo se depara com exigências que põem em movimento, em maior ou menor grau, seus sentimentos, sua consciência, sua racionalidade, sua subjetividade; situações de afirmação ou de negação de valores éticos-morais, por exemplo, de injustiça, violência, discriminação que exigem moralmente determinadas atitudes por parte dele. Ele pode ou não responder moralmente a tais exigências: pode ficar indignado e assumir um posicionamento de valor; pode ficar revoltado, mas não agir; pode ficar indiferente ou intervir praticamente, a fim de mudar a situação, entre outras. (...) O que importa dizer é que todo homem é um ser ético, quer fique calado, quer se manifeste. (BARROCO, 2008: 65)

Entre as questões que as profissionais entrevistadas responderam havia uma que dizia respeito aos conflitos / dilemas éticos vividos no exercício

³ Os textos na íntegra foram retirados da internet em 14/09/2009 nos links abaixo:
<http://www.mundodastribos.com/livro-rio-for-parties-2009-causa-polemica.html>
<http://colunistas.ig.com.br/obutecodanet/2009/01/14/guia-afirma-que-mulheres-cariocas-sao-maquinas-de-sexo/>
http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/08/123236-justica+proibe+guia+que+chama+as+cariocas+de+maquinas+de+sexo.htmlJustiça

profissional e sobre a influencia da formação profissional e/ou do Código de Ética da Profissão na resolução e encaminhamento dessas situações.

A esse respeito Elisandra relata um conflito vivido quando começou a trabalhar com mulheres em situação de violência; refere que sua falta de experiência comprometeu o andamento e resolução do caso.

(...) Então eu fiquei insatisfeita, porque depois, vendo hoje o trabalho, agente poderia ter atendido de uma forma muito diferente, eu fiquei em conflito porque eu acho que foi um caso grave que escapou pela minha falta de experiência, mesmo a mulher dizendo que já estava resolvido isso, que já estava resolvido aquilo, mas nós poderíamos ter feito melhor.

Na seqüência, indagada se sua formação profissional teria a ajudado a direcionar a situação Elisandra, diz:” - *Não, especificamente, nada.*” E em relação ao Código de Ética: “ - *Em relação a situação de violência sexual eu acho que não, de um modo geral ampara a atuação toda*”

E continua:

Eu acho que ele respalda melhor a lei de regulamentação da profissão, que eu gosto muito, a lei diz que o assistente social é um profissional que pode tomar providências. Então dá uma liberdade de ação muito grande para a assistente social que não dá para as outras categorias e eu acho que os assistentes sociais têm que ter isso muito claro, tem que saber disso, que tanto nós temos poderes para tomar providências que a nossa lei nos respalda, da mesma forma que o conselheiro tutelar e o advogado, as outras profissões não tem essa prerrogativa. Então eu acho que o código de ética ele fundamenta, ele direciona, mas eu acho que a lei nos respalda. Porque eu sempre tive um pouco de receio de algumas situações de nos expõe mais e expõe bastante como em visitas domiciliares, intervenções que nós fazemos, encaminhamentos. Mas eu fiquei tranqüila depois que eu descobri que a lei nos dá toda condição necessária, e que muito profissionais assim como eu não sabia, muitos profissionais não sabem, acabam as vezes ficando tão inseguros de emitir opiniões, pareceres, seguir encaminhamentos, quando nós temos uma força muito grande, essa lei nos dá muita força.

Elisandra traz observações importante em seu relato mas mistura questões do Código de Ética com a Lei n.º8.662/93 que regulamenta a profissão de Assistente Social no território nacional.

Para Simone os conflitos pessoais/profissionais parecem mais intensos e constante e esta também não se sente respaldada pelo Código ou pela formação profissional para atuar nesses casos.

Andreia, todos os casos fazem isso comigo. Todos. Violência sexual com criança, que é a maioria. Vou ser bem sincera, se eu pudesse eu não atenderia, é uma parte do trabalho que me detona. Eu fico mal, me acaba o dia, eu não teria nenhuma condição de atender agressor, eu sou totalmente parcial nisso (...), é o meu limite. Eu fico mal pra caramba como todos os casos que eu atendi, eu acho que eu não tive nenhum que... Eu fiquei muito mal com todos. (...) Pessoalmente.

Essa fala a respeito da dificuldade de lidar com os casos e as falas em relação ao respaldo da profissão para o trabalho cotidiano, nos leva a indagar se o não aprofundamento do projeto ético-político da profissão acaba desqualificando os atendimentos e expondo o/a profissional à um desgaste pessoal e profissional muito grande, a medida que o projeto tem condições de amparar e direcionar nossas ações diante das diversas mazelas e formas de violência existentes na sociedade. Isso não significa que não devemos nos mobilizar internamente com os casos ou que devemos ignorar ou tratar com frieza suas expressões, mas que devemos buscar na formação profissional e no código de ética da profissão auxílio para esse processo de aprendizagem contínuo que exige que lidemos cotidianamente com situações adversas e diversas, sem que as pessoas que atendemos sejam visualidades apenas na sua singularidade, mas buscando sempre a essência do ser social que se encontra em nossa frente, o que deve garantir a responsabilização destes por suas ações, sem contudo, desconectá-las das relações de produção e reprodução capitalistas em que vivemos. Assim o agressor não será apenas agressor e a vítima também poderá sair deste papel e voltar a ser protagonista de sua história.

SILVA (2008:267) tem uma fala bastante significativa a respeito do desgaste profissional comum aos profissionais do Serviço Social, especialmente no trato das expressões da questão social:

Por outro lado, o grande desafio continua sendo o de qualificar a forma como essa riqueza empírica é apropriada teoricamente pelos assistentes sociais e como isso é socializado com os diferentes segmentos da profissão. O problema está,

sobretudo, na profunda dificuldade desses profissionais apanharem as particularidades da violência a partir de suas manifestações imediatas e singulares no espaço em que se materializa a atuação profissional. Cria-se, então, um cenário perverso: o mesmo ingrediente necessário para uma densa apropriação do movimento do real (a vivência de experiências concretas), quando tomado isoladamente, consome a força, o potencial criativo do assistente social na divisão do trabalho, atribuindo-lhe a responsabilidade de 'gerenciar praticamente' mazelas sociais, oriundas da violência estrutural, implícita no próprio metabolismo do capitalismo contemporâneo, que é objetivada, com certa independência, por meio de ações violentas, também potencializadas por individualidades e suas respectivas subjetividades.

Nesse sentido Ana diz ainda que só conseguiu sair de uma situação de conflito pelo respaldo profissional e ético que possui. Ela cita uma situação onde atendeu a vítima direta de uma violência sexual e seus familiares e, em seguida teve que atender ao agressor principal da criança.

(...) Aí, tá, nó fomos na casa, chegamos lá, ele veio e já foi me dando aquele nervoso. Aí eu (pensei), não, eu não estou aqui pra isso. Né, eu até lembrei da minha aula de ética, na faculdade. Desempenhar né, o nosso papel, não é julgamento, é o nosso papel. Aí eu pensava muito nisso (...) mas aí a gente conseguiu cumprir, ele tá em atendimento no grupo, e continua aqui até hoje. Mas foi bem difícil, foi um dilema ético bem complicado, sair da casa da criança e já ir pra outra...

A seguir a profissional fala mais diretamente de como o Código de Ética e sua formação profissional a ajudou a encarar a situação e fazer os atendimentos:

Totalmente, porque, se eu não tivesse isso como norte, a gente não ia conseguir trabalhar. Aí, como a gente vai trabalhar, um pai que as vezes abusou da filha, a gente tem que fazer a busca daquele ser que está ali na nossa frente, daquele ser social ali, é um ser social, não é o autor de abuso, ali, ele está naquela situação, mas ele não só aquilo ele é um ser social. Se não tiver isso na sua frente e for prevalecer o autor do abuso, você não consegue fazer o atendimento, aí como você vai promover a cidadania, de uma pessoa que você acaba até tendo uma "rusga", tendo uma visão de julgamento.

Naomi diz não ter grandes conflitos nos atendimentos e que teve uma formação profissional que lhe garantiu a estrutura básica para sua ação profissional.

Conflito não. Assim. Eu fico assim, a cada momento é aquela coisa. Não é uma coisa comum. Não. É uma coisa que causa angustia. Agora, conflito não. Porque

como você vai fazer o seguimento do caso? Então é dar tempo ao tempo. No primeiro momento você tem aquele, aquele choque, aquele impacto. Mas você tem que ter em mente, o seguinte: vamos trabalhar dentro desses casos. Porque cada caso é um caso, cada um tem a sua direção, cada um tem a sua resposta. Alguns eu fiquei bem indignada. Por exemplo. Mas não foi um conflito. Me deu uma angustia assim quando eu peguei um (caso) que (a criança) precisou ser abrigada. Mas aí eu parei pra pensar. Falei – É agressão abrigar essa criança? Mas agressão maior e até risco maior é ela ficar no local.

Sim. Todas as matérias. A gente utiliza muito de todas as outras ciências. Por exemplo, às vezes, as pessoas: - Nossa, mas como você discute a questão do direito. O tempo todo você tem que saber. Você tem que discutir as leis, Você tem que caminhar lendo as leis, eu acho isso muito importante. O Serviço Social... eu fiquei muito feliz de ter me formado na faculdade paulista, porque, apesar de que, as vezes você fala assim: Nossa, ainda faltou muita coisa, mas isso é no decorrer da prática que você vai estudando e você vai se apropriando. Mas, me deu assim, bastante estrutura pra estar atuando.

Embora não trate do Código de Ética traz uma fala que merece ser destacada z medida que sugere um não posicionamento diante da situação:

Em primeiro lugar, não fazer, não ter juízos de valor. Juízos valorativos. Deixar eles de lado. É ir até onde está esse caso, participar lá no meio, conhecer a realidade, se despojar de qualquer pré-conceito, pra poder ter essa atuação. Totalmente tranqüilo isso? Não. Porque você tem os seus valores, você tem os seus valores, mas para termos uma atuação mais tranqüila a gente não pode estar colocando esses pré-conceitos, porque você acaba sendo anti-ético.

Sobre esse posicionamento o nosso Código de Ética é bem esclarecedor ao apontar entre os princípios fundamentais da prática o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos, o posicionamento em favor da equidade e da justiça social, o compromisso com a qualidade dos serviço prestado, entre outros.

Ao longo das entrevistas outras questões que exigem um posicionamento ético aparecem, especialmente relacionadas com a denuncia e notificação dos casos aos órgãos de defesa de direitos, mas o que mais nos chama a atenção, de uma maneira geral é o moralismo presente em algumas falas e a fragilidade do posicionamento das profissionais nesse campo tão essencial para vida em sociedade e para a ação do/a Assistente Social que tem um projeto profissional claramente posicionado contra o projeto hegemônico da sociedade capitalista e

que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero no qual *“cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas á profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. “* (Código de Ética Profissional – Brasil, 1997:16)

4.3 – A INFLUÊNCIA DA REDE NO COTIDIANO PROFISSIONAL

A RAVIS, como já dissemos no terceiro capítulo deste trabalho, surgiu da necessidade profissional de qualificar as respostas dadas às demandas relacionadas á violência sexual no Município de Diadema, da mesma forma a inserção das assistentes sociais entrevistadas na rede foi em decorrência da demanda de atendimento relacionada à esse tipo de violência.

A expectativa de Naomi em relação á sua participação na RAVIS era de ter com quem discutir os casos. Na sua fala também é importante destacar o quanto essa participação tem sido significativa na diminuição de sua angústia diante dos casos e da ampliação de seu olhar sobre as nuances dos mesmos.

Naomi - De, realmente ter uma equipe pra discutir, para estar discutindo todos os encaminhamentos, todas as possibilidades, o estudo do caso, porque sozinha você fica muito angustiada. E ali, é um espaço que você consegue colocar isso, a sua angústia diminui, e você consegue ficar com a visão mais clara, mais tranqüila, para trabalhar com esse caso, porque você tem ali uma parceria...

A Assistente Social da instituição A começou a participar da RAVIS ainda como estagiária de Serviço Social em 2007. Nos trechos a seguir ela fala da sua experiência na rede, da sua função de promover a inter-relação das instituições e dos profissionais, da possibilidade de conhecer melhor o trabalho de outras instituições, da agilidade promovida no encaminhamento de alguns casos discutidos em reunião e de quão surpresa ficou em ver que as discussões da rede não são exclusivamente para discutir os casos de violência sexual, mas também

de outras questões relacionadas á ocorrência da violência e a aos serviços de atendimento.

Ana - Ah, eu imaginava. Eu imaginava que a gente ia lá pra ou falar ou debater, somente da violência sexual, mas eu pensava que era só isso e aí eu fiquei até um pouco surpresa, quando tinha as apresentações, as pessoas iam trocando (informações) Tem discussão de casos, tem, aí um opina, outro opina e acabava auxiliando nas intervenções também, do profissional na instituição, porque, as vezes não dá tempo, mesmo a gente que tem esse espaço aqui (de discussão de casos), todos os casos, 100%, nem sempre dá (pra discutir). Aí na RAVIS discute, - Ah, esse dá pra atender lá na minha instituição. E de repente o outro não sabe. É um espaço de troca também.

(...) E eu gostei, gostei porque tem uma coisa que eu achei muito interessante na RAVIS que é a intersectorialidade (...) Muitas instituições (...), as instituições vão lá apresentar seus trabalhos também (...). Ah, o trabalho deles que a gente só ouve falar, lá a gente tem a oportunidade de conhecer um pouco mais profundamente, do que realmente se trata e até de conversar mesmo, com os profissionais. Acho que a RAVIS tem essa função também, de (...) promover as interações entre as pessoas, a troca de idéias.

No caso de Simone, ela visualizava o trabalho da rede como uma possibilidade de organização das pessoas, pois a demanda já existia. Assim a expectativa da assistente social e das psicólogas com quem trabalhava era de encontrar pessoas/profissionais que somassem, que dessem visibilidade para as situações de violência sexual, que é um assunto, segundo esta, que as pessoas não gostam de se envolver. Esperavam qualificar o trabalho, que os profissionais se responsabilizassem pelos casos.

As expectativas eram muitas e algumas ainda não foram atendidas, especialmente às que não dependem diretamente da rede, como por exemplo aquelas relacionadas ao envolvimento dos profissionais em seu local de trabalho.

Tinha, porque como eu tinha tido problemas anteriores pra levar o caso, para que outros profissionais participassem, para que você tivesse pessoas somando com você, claro que você tem uma expectativa, então vamos organizar um serviço que vai realmente dar uma cara pra essa situação, o médico não vai ter medo de escrever que o caso é suspeito, encaminhar e que tinha essa expectativa, é claro que se os profissionais não tivessem medo de falar sobre isso, que você pudesse acolher aquela pessoa que vem com essa demanda de uma outra maneira e que os profissionais realmente não tivessem medo de encaminhar. Eu acho que isso ainda continua bem forte.

Para Elisandra, que também procurou a RAVIS pela necessidade de atendimento, a expectativa era mesmo de discussão dos casos. O destaque na sua fala é sua visão não messiânica da rede: “- mas a expectativa era de discussão do caso, não se esperava solução mágica porque agente sabe que não tem e eu achei que funcionou que foi muito bom.”

A seguir esta profissional fala mais claramente das contribuições da rede na sua ação profissional e do respaldo que tem encontrado nos colegas da rede para os atendimentos.

Muita, porque eu acho que agora eu vejo com outros olhos quando a vítima chega e conta a situação e eu fico chocada, eu já não fico tanto porque eu sei que eu posso contar com a rede. E a gente pode mesmo, você vai lá e expõe o caso e é bem legal. (...) eu passei a ver de outra forma o trabalho em rede e vi que dá pra contar mesmo.

Para Ana a RAVIS também tem uma função positiva, pois, segundo ela, muitas vezes uma instituição sozinha não consegue enfrentar e dar uma resposta eficaz para as situações de violência.

Sim, fez diferença sim.

Essa questão da rede. Pelo menos, na faculdade, quando a gente falava, é uma área, de violência, que na intervenção direta, muitas vezes tem casos que dá pra ficar na instituição, tem casos que não. Mas acho que esse espaço de discussão, fora, também te ajuda, na sua intervenção diretamente, na sua instituição, nos casos que necessitam, que dá pra ficar só na instituição. Porque aqui são vários tipos de violência, lá o foco é mais a sexual. Só, de repente, eu não estou atendendo esse caso ainda, mas ouvindo outro colega contando, de outra instituição, com outra visão, outra metodologia, você acaba, acaba te enriquecendo, também no seu, porque você pode pegar alguma coisa, ou então, você pode ouvir e guardar. (...) Então acho que esse espaço de troca pra violência sexual, enfim, acho que contribui nisso, nessas trocas, nesse conhecimento da rede.

A resposta de Naomi a respeito dessa influência é bem parecida e no seu exemplo também fica evidente que a rede lhe dá um respaldo cotidiano em relação aos casos e não só no espaço da reunião da rede.

Claro, com certeza.
Por exemplo.

Eu tive um caso bem grave o ano passado que o acompanhamento da equipe foi muito importante para a minha atuação

Exatamente. No momento em que eu tive que fazer a abordagem, eu já entrei em contato com X, que já me fez as orientações, porque no calor da emoção, muitas vezes você acaba ficando com a dificuldade de ver algumas coisas. (...) Então realmente, eu falo que é primordial.

No caso de Simone o destaque está na troca de informações e experiências entre os profissionais

Eu acho que acaba tendo sempre diferença, porque você aprende mais, você apode até não concordar com tudo, você pode ter questionamentos, você pode achar que tem que melhorar aqui ou ali, mas não dá pra dizer que não tem diferença de um atendimento há 10, 15 anos atrás, hoje claro que participando das reuniões, ouvindo colegas, trocando, porque é um espaço que você tem de troca, eu acho que melhora sim.

A rede também a aparece no relato de todas as profissionais como espaço de capacitação profissional e quando indagadas nesse sentido obtivemos as seguintes respostas:

Naomi – Sim. Tanto é um espaço de aprendizado que, por exemplo, outro dia foi lá supervisora, da guarda municipal, trouxe todo o trabalho dela. Outros profissionais, o ginecologista que veio do HPD, quer dizer, ele traz todo um trabalho, todo um conhecimento técnico. Então é também um espaço de aprendizado.

Simone - Contribui sim.

Elisandra - Sem dúvida, a gente aprende muito, reformula conceitos.

Ana – Pode. Sim, dá pra agregar conhecimento, dá.

Nesse sentido, a seguir, Ana aponta a necessidade de ampliar e qualificar esse espaço e ressalta o quanto é importante que os profissionais sejam continuamente capacitados e Naomi, dá um exemplo de como uma instituição pode contribuir na capacitação da outra e mostra um resultado objetivo disso que é a identificação dos casos.

Ana – (...)E precisa de preparo pra lidar com essas pessoas, com essa questão, acho que seria importante ampliar mais essa capacitação, pra atender a violência sexual. Acho que a RAVIS, acho que seria um espaço importante pra trazer essa questão, de ampliar mais essa capacitação pra violência sexual para outros segmentos também.

Naomi – O ano retrasado fizemos um curso falando sobre violência sexual, que quem veio dar esse curso, se não me engano foi o pessoal do CRAMI, que veio conversar com como os coordenadores e assistentes de coordenação, aí começou a surgir um pouco mais de casos, porque o pessoal começou a identificar a questão do comportamento e falando da sexualidade aflorada, falando daqueles pontos que a gente vai identificando.

4. 4 - O OLHAR DAS PROFISSIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO, OS AVANÇOS E DESAFIOS DA RAVIS.

No decorrer das entrevistas muitas sugestões, propostas e observações foram feitas no sentido de qualificar e ampliar a atuação da rede no Município; questões que vão da concepção e entendimento do trabalho em rede às dificuldades institucionais e políticas que envolvem os casos.

Diante da diversidade dessas observações e da preocupação com o olhar de cada profissional sobre a RAVIS, optamos por apresentar as falas de cada profissional de forma individualizada.

Simone afirma que a tentativa de organização do atendimento e diminuição dos medos e resistências profissionais são os pontos positivos da rede. Também refere que não visualiza diferença no acolhimento e na inserção na rede dos profissionais, independentemente de sua área de atuação ou formação e que se sente numa relação de horizontalidade ao participar das reuniões da rede. Por outro lado identifica a dependência dos/as profissionais de uma figura central, alguém que organize o trabalho e dê o direcionamento das ações e observa a dificuldade destes se reconhecerem como participantes e responsáveis pela rede.

Então, eu acho que as pessoas não se apropriaram disso, eu acho que realmente as pessoas não sabem que elas são a RAVIS. Fica a figura do Guilherme muito centralizada as coisas ainda nele, eu já conversei até isso com ele, e teve uma época que ele queria sair porque ele sentia que a coisa estava centralizada nele, ficava como se o Guilherme fosse a RAVIS, (...) O pessoal não andava, não porque as pessoas não tenham condição para isso, mas (...) as pessoas vão para a reunião da RAVIS como se fosse para uma aula, me dá essa impressão as vezes, nós vamos para lá e esperamos uma coordenação. (...) Então quando as

peças falam: “Vamos mandar as coisas para RAVIS”, “Vamos mandar para quem?”, “Vamos mandar para ...”

Nos trechos a seguir a profissional faz uma relevante análise sobre a rede e levanta diversos questionamentos sobre essa forma de trabalho, questionando essencialmente a falta de organização, divulgação e sistematização do trabalho da RAVIS:

Positivo é o que eu te disse, que tem a tentativa de que se organize realmente e que diminua esses receios dos profissionais, E negativos é que em alguns momentos fica virtual demais, falta divulgação, as reuniões às vezes são um pouco cansativas, é muito aberta, as pessoas mudam muito, então talvez isso não contribua para que você tenha profissionais menos receosos. As pessoas somem, tem pessoas que deixam de participar por conta do assunto, então eu acho muito flutuante.

Eu acho que eu sou meio tacaña para essas coisas. Sou meio bronca, eu pensaria a RAVIS diferente, eu pensaria em um grupo fechado, não tão flutuante, com representantes da educação, da saúde, criaria uma divulgação diferenciada do trabalho, ampliaria mais, investiria mais em capacitação chamando mais, estaria mais nas UBS, chamaria mais os ginecologistas, os pediatras, os enfermeiros, mas de uma maneira mais fechada, um grupo restrito. Desse grupo teria um grupo igual ao que tem assim no CMDCA, que você iria mudando, mas um grupo que realmente conseguisse pensar na divulgação e na capacitação das pessoas com mais consistência, porque flutua muito, tem momento que você fica divagando, eu não sirvo muito para isso, isso já é pessoal, eu acho que deveria ser uma coisa fechada, não sei por quanto tempo. Deveria acontecer mais fechada, onde as pessoas pudessem pensar na capacitação, pensar na divulgação, para que todos os equipamentos entendessem o que é isso e não tivessem medo de trabalhar isso, que tivessem realmente um apoio legal, certinho para que a coisa fluísse. Não que não flua, até acontece, a gente faz o trabalho, mas é um trabalho que fica centrado em algumas pessoas, se aquelas pessoas saem, até que outras cheguem, se interem e funcione demora muito tempo ou nem faz isso ou eu tenho que ficar sempre fazendo esse papel, o tempo inteiro, não existe isso. Deveria ter uma coisa escrita, eu acho que deveria ter uma coisa que fosse na unidade para que as pessoas pudessem ver, o trabalho é esse, a rotina é essa.

Ainda no trecho anterior Simone traz uma sugestão para a organização da rede que é bastante diferente da forma de organização atual e propõe a criação de um grupo fechado para o encaminhamento do trabalho. Embora as suas críticas sejam muito pertinentes e revelem os aspectos deficitários da rede, a configuração do trabalho como propõe, mudaria, inviabilizaria a proposta de ação em rede desenvolvida pelos membros da RAVIS. Ainda assim, merecem destaque; a

proposta da existência de um grupo de referência na rede e a questão da informalidade e rotatividade da participação das pessoas na rede e que, para a profissional representa um risco para o desenvolvimento do trabalho.

Sobre a organização das reuniões da RAVIS **Ana** diz que é boa, mas precisa de alguém pra organizar as ações e garantir a objetividade da discussão. Esta levanta uma questão muito grave em relação à participação das pessoas na rede, quando fala do jeito de abordagem do tema e das situações. Segundo ela, alguns profissionais banalizam as situações e expõem muito as pessoas envolvida, o que à incomoda muito, como diz:

A organização eu acho legal, acho boa. Precisa, assim, por mais que seja uma coisa, assim, hegemônica, realmente precisa, as vezes, de alguém pra ter as rédeas, uma pessoa pra organizar, mediar algumas coisas. Então, às vezes fica, pra mim ficou meio, assim... Muitas vezes, por mais que tenta ter uma objetividade, que é necessário e, muitas vezes, eu não sei se é uma coisa minha, algumas vezes alguns assuntos são tratados... da forma que são faladas, eu não concordo muito. Mas isso não é uma questão da RAVIS, não é uma questão da rede, são algumas coisas que são faladas e da forma que são faladas. Falam de uma forma, como posso dizer? Uma fala como se fosse uma coisa ... meio “chula”

...
É, das pessoas que estão na reunião, no momento da reunião. Pode ser o jeito de falar, não sei, mas eu não acho muito adequado, o jeito que algumas coisas são passadas, são faladas por algumas pessoas, mas o importante mesmo é a essência, mas era uma coisa que me incomodava muito.

Acho que é uma questão assim, soa banalizada, soa, mas não é. (...) Eu percebo que não é, mas do jeito que algumas coisas são faladas, é uma coisa que me incomoda, eu não acho legal do jeito que algumas situações são expostas. Isso, é a exposição de algumas situações. Mas o importante é o conteúdo, o conteúdo, dá pra compreender o que está sendo falado, o que se quer dizer, mas a forma...

Eu acho, eu não sei se é muito na organização, mas a participação das pessoas, poderia ter um convite⁴, (...) porque, muitas pessoas, de muitos segmentos, acabam não indo, não indo participar e é muito importante, mas aí elas acabam sendo massacradas pelas demandas do dia-a-dia, que são muitas. Mas acho que é importante ocupar, já que tem esse espaço, vamos participar também, né.

⁴ É importante esclarecer que todos os anos as diversas secretarias de governo do município recebem um ofício que fala da RAVIS, divulga a data das reuniões naquele ano e convida/solicita a participação de representantes nas reuniões. Apesar disso, sabemos que muitas vezes a informação não chega aos profissionais, que normalmente chegam na RAVIS por intermédio de colegas que já conheciam a rede.

Quando lhe perguntamos se acha que tem alguma coisa na RAVIS que deveria melhorar a profissional diz:

Acho que não, as reuniões, discussões, são pertinentes, uma vez por mês, o local, o espaço, a questão do horário está sendo respeitada, eu acho isso importante. Também... os participantes da RAVIS, as vezes, acabam, naquele espaço, confundindo algumas coisas; -Ah, uma instituição faz e a outra não faz... Muitas pessoas utilizam o espaço de uma outra maneira. É a rede de atenção à violência sexual, (o objetivo) são os usuários, de como que está sendo essa discussão, como está o atendimento, o que falta, o que entrava. Não ficar (...) disputando ou culpando.

Sobre que tipo de disputas seriam essas, ela diz: *“Disputa de, muitas vezes de poder e de culpar o outro serviço. E acho que não é bem isso, aí caberia uma saber o que acontece e se aproximar um pouco do cotidiano do outro.”*

Também são abordados em sua fala a questão da importância do espaço conquistado e da discussão em rede, da necessidade dos profissionais serem convidados para as reuniões e da dificuldade de deixar as demandas cotidianas internas às instituições e participar desses espaços de reuniões. Ressalta a pertinência do horário, do espaço e da periodicidade das reuniões.

Nesta fala duas questões são muito preocupantes e podem comprometer estruturalmente o trabalho da rede; a disputa interna de poder e a banalização das situações trabalhadas. Problemas que estão nas raízes da violência sexual e que precisam ser discutidas e trabalhadas na rede, para garantir que não sejam reproduzidas no âmbito profissional.

Ainda sobre a questão da interdisciplinariedade e da intersetorialidade, necessárias ao trabalho na área da violência e de como pensa a inserção da rede no Município, Ana afirma que para além do espaço das reuniões pensa na RAVIS inserida no seu cotidiano profissional,

No cotidiano mesmo. No cotidiano. Assim, a gente trabalha especificamente com a violência doméstica, mas é quase óbvio que a gente vai trabalhar com a sexual, mas aí, não é uma coisa que é só nossa, é uma coisa que também, outros segmentos também atendem, que diagnosticam, que também atendem os casos, podem conversar, podem trocar, pode fazer o acompanhamento conjunto e saber o que o outro está pensando, o que está acontecendo. Então, eu acho, que a RAVIS faz uma interligação nessas questões do atendimento, acho que isso qualifica.

Em outros trechos a profissional afirma que a RAVIS pode ser um espaço de formação profissional e de ampliação do conhecimento. No trecho a seguir aparecem as questões da necessidade de formação da rede como um todo e da ampliação da capacitação de profissionais de outras áreas além da saúde.

Não, não fiz, (o curso do PAVAS) porque, eu não lembro, acho que profissionais da saúde tinham, profissionais da prefeitura tinham preferência. Aí eu não sei qual é o critério também, eu acho que deveria ser uma coisa ampliada pra outros segmentos, porque a violência sexual está em tudo, Na saúde chega, as vezes, até, por último. Lá no começo, o pessoal da delegacia, quando (o abuso) acabou de acontecer. O Conselho Tutelar que vai fazer o acompanhamento, não direto, mas tem contato com essas questões. E precisa de preparo pra lidar com essas pessoas, com essa questão, acho que seria importante ampliar mais essa capacitação, pra atender a violência sexual. Acho que a RAVIS, acho que seria um espaço importante pra trazer essa questão, de ampliar mais essa capacitação pra violência sexual para outros segmentos também.

A profissional faz referência ao curso de atualização no atendimento à violência sexual promovido anualmente pelo Programa de Atenção à Violência Sexual (PAVAS) da Faculdade de Saúde Pública da USP e que os profissionais da rede fazem. Essa parceria já ocorre há cerca de 06 anos e o pagamento do curso é realizado a partir de uma verba vinculada ao Programa de DST/AIDS do município e que, inicialmente era direcionada apenas à profissionais da área da saúde. As exigências para participação no curso são possuir curso superior e vínculo estatutário com a prefeitura.

Segundo ela, além dos cursos de capacitação que alguns profissionais fazem fora no Município, o espaço das reuniões da RAVIS também poderia ser melhor utilizado nesse sentido. Ela aponta que esse é um dos desafios que a rede deve buscar superar.

É, de repente, não sei se teria essa possibilidade. Por mais que a gente faça cursos, tem o curso do PAVAS, ou a gente vai a uma capacitação eu acho que a RAVIS também poderia ser um espaço assim, de leitura, de discussão pra essa temática da violência sexual. Os agressores sexuais também... lá sempre teve aquela coisa, quem atende, aqui atende... e a literatura também é muito pouca sobre isso, mas existe algumas coisas, sobre os agressores, tem trabalhos saindo, tem gente buscando essa temática pra trabalho, o que é muito importante, de repente um texto, ou um livro, trazer pra discussão, um espaço mais ou menos de estudo, que é importante também (...) essa questão do estudo, eu acho que

poderia ser proporcionado, talvez se organizasse um pouco mais, objetivasse mais algumas coisas ou () tal data, tal hora, a gente vai discutir tal coisa, outra hora tal coisa, outra hora outra coisa.

Além disso ela observa a importância de outros serviços se inserirem na rede e fala do desafio do grupo de trazer o poder judiciário, as delegacias, assistência social (de forma mais integrada e efetiva), o Conselho Tutelar pra dentro da rede, pois esses serviços são indispensáveis ao desenvolvimento e resolução da maioria dos casos e sua ausência na rede tem dificultado muito o trabalho.

As delegacias, eu acho fundamental delegacia, o judiciário, o pessoas da assistência social. Porque mesmos no CRAS que é proteção básica, aparece tudo, eles mandam para o CREAS, mas a bomba estoura de uma vez, e quando estoura? Depois passa pra especialidade, mas acho que é importante ampliar, pra a assistência, o Conselho Tutelar, para as delegacias.

Naomi também fala da importância da capacitação profissional necessária aos atendimentos e, abaixo, mostra como essa questão da formação influencia no trabalho e que a própria rede, nos espaços de reunião já um espaço de aprendizado:

O ano retrasado fizemos um curso falando sobre violência sexual, que quem veio dar esse curso, se não me engano foi o pessoal do CRAMI, que veio conversar com os coordenadores e assistentes de coordenação, aí começou a surgir um pouco mais de casos, porque o pessoal começou a identificar a questão do comportamento e da sexualidade aflorada, falando daqueles pontos que a gente vai identificando (...).

Sim. Tanto é um espaço de aprendizado que, por exemplo, outro dia foi lá supervisora, da guarda municipal, trouxe todo o trabalho dela. Outros profissionais, o ginecologista que veio do HPD, quer dizer, ele traz todo um trabalho, todo um conhecimento técnico. Então é também um espaço de aprendizado.

Nas falas a seguir a profissional aponta para o medo de alguns profissionais de denunciar os casos e traz o exemplo de quão vulnerável alguns profissionais e serviços estão em relação ao problema da violência sexual

Eles têm muito medo. É que eles estão muito perto da comunidade. Eles têm um pouco de resistência, mas, é assim; quando a gente faz essa abordagem com os

professores (...) aí começam a surgir os casos, quando começa a fortalecer esses profissionais pra trazer essas questões pra nós.

Naomi não visualiza relações de hierarquia na rede, diz que a RAVIS é um experiência muito positiva e que não se reduz ao espaço das reuniões, mas está presente nos diversos serviços do município.

Hierarquia? Nossa, eu não consigo visualizar isso. Não

Quem chegar, será bem acolhido. Eu penso assim. Se alguém tem esse outro olhar, eu não. Para mim todos ali, todos estamos na mesma situação e se não trabalharmos em conjunto, não chegaremos em lugar nenhum. Então não adianta você se colocar, aqui, ali ou acolá. Na hora, minha filha...

Assim. Tem gente que gosta de estar em destaque. Isso a gente observa. é uma necessidade, estar em destaque.

Eu vejo a RAVIS como uma coisa tão boa. Uma rede tão boa, o entrosamento, a discussão do caso, o interesse. Por exemplo: nós estamos participando de uma reunião que fala de um caso. Aí a pessoa: - Eu também já atendi, vamos trocar (). O outro: - Ah, eu não atendi, mas é da minha região, pode entrar em contato assim que houver a necessidade, que eu vou atender essa pessoa. Isso é muito positivo.

(...). Imagine se não tivesse isso pra trabalhar como há muito tempo atrás. Não tinha, ficava aquela coisa fechada e quando aparecia, era uma bomba que ninguém sabia o que fazia. Então, tem que chamar fulano, a polícia. - Chama a polícia. E não é bem por aí.

Por exemplo, se eu precisar entrar em contato com alguém da habitação, e que também faça parte da RAVIS, essa possibilidade, essa abertura é muito tranquila. (...) Todas as secretarias, eu acho tranquilo, porque eu falo assim: - Dessa secretaria quem é que faz o atendimento da RAVIS e a gente vê a possibilidade daquela secretaria entrar pra atuar. Porque, as vezes a saúde não tem condições de entrar, a educação, se entrar pode piorar o caso, porém uma outra secretaria pode estar realizando um trabalho ali que ela também pode contribuir. Então, para mim a RAVIS, ela não está sendo centrada nisso, na reunião da rede que ocorre na RECAD, ela está realmente no Município de Diadema. (...) No Município Inteiro. (...) Nos diversos espaços.

Apesar de dizer que a RAVIS está presente em todos os serviços do município, é preciso observarmos se a profissional não está se referindo à existência de profissionais ligados com a rede que trabalham nos mais diversos lugares. É importante aqui diferenciarmos a inserção de uma secretaria ou de um serviço público ou privado na rede, da inserção de profissionais de maneira isolada, ainda que representando a instituição na qual trabalhe.

A seguir a profissional aponta alguns dos desafios da RAVIS: criar espaços de discussão da temática na comunidade, trabalhar mais diretamente na prevenção dos casos, divulgar o trabalho da rede junto aos munícipes e garantir a presença de outros serviços no trabalho da rede.

Eu acho que elaborar mais projetos, pra encontrar no município espaços para estar discutindo essas questões com a comunidade mesmo. Eu acho que esse é um grande desafio.

(...)Eu penso, que aí é o desafio realmente da RAVIS: nós estarmos elaborando essa questão do trabalho, chegando na comunidade. (...)

Quando falo de RAVIS, porque todas as vezes que eu vou atender algum caso, eu deixo bem claro todos os caminhos que vão ser percorridos, que comunico o Conselho, dentro da RAVIS. Ninguém fala que conhece a RAVIS. Pelo menos, até hoje nenhum munícipe me falou; - Ah, eu conheço a RAVIS.

O que eu gostaria que, eu acho muito interessante, por exemplo, a delegacia deveria participar, o Fórum deveria estar um pouco mais atuante. Porque nós discutimos, nós estamos trabalhando no mesmo caso. Foram os locais que eu esbarrei e que eu me senti que ficou pendente, principalmente na delegacia. De vez em quando a gente observa a presença de um conselheiro, é muito importante os conselheiros (tutelares) estarem sempre participando. O esporte. Tem alguém do esporte? É, eu acho que é muito interessante, porque como eles estão ali na comunidade, com projetos, palestras, então eu acho muito importante o esporte estar aqui

Elisandra reconhece as contribuições da rede na sua qualificação profissional, mas aponta algumas das arestas da rede, como por exemplo, a questão da comunicação/divulgação da rede, a necessidade de maior sistematização das discussões para que percamos o foco das reuniões e elas se tornem apenas um desabafo profissional.

(...) mas acho que poderia ter uma sistematização, nós nos preocupamos em chamar todo mundo que estava envolvido no caso e eu acho que isso deveria acontecer para não cair num desabafo, eu vou lá e conto um caso difícil e desabafo? Não. Tem que sistematizar melhor. Então todo mundo que está atendendo vai lá e faz a fala do seu () e assim a discussão fica geral e as pessoas se comprometem com aquilo também. Porque se você leva o caso e o caso está precisando de atendimento em um determinado lugar e quem está lá também não se dispõe a dar uma sugestão ou se comprometer com aquele atendimento, fica difícil. Eu acho que se agente tá mexendo por exemplo com o Conselho Tutelar no caso eu acho que o conselheiro deveria estar lá também, então uma maior sistematização para poder envolver o serviço e um compromisso que não basta só a discussão, esclarece muito a discussão, ajuda, é bom, mas às

vezes você sai de lá querendo já fechar o encaminhamento e poderia usar aquele espaço para isso.

Entender também o que o assistente social faz, a questão do monitoramento. No caso que eu apresentei lá o menino foi atendido pela saúde, continua fazendo os atendimentos psicológicos, o caso foi pra justiça, não deu em nada faltou convencer o Juíz que o agressor era realmente culpado, ele foi absolvido e a gente como assistente social que vai acompanhando todas as fases agente queria ter um desfecho melhor, pessoal da saúde diz: “Ah, a nossa parte já está feita” e a rede não é isso a rede... deu pra entender?

Noutro trecho esta vai afirmar que a participação dos serviços do município nas reuniões deveria ser ampliada e que muitas pessoas deixam de ir nas reuniões porque não querem se envolver com essa problemática ou por falta de sistematização na apresentação dos casos, de objetividade.

Elisandra, apesar de ser munícipe fala que só tomou conhecimento da RAVIS através de colegas de trabalho, mas que a rede não é conhecida entre a população; *“Eu acho que eles não sabem o que é não. Eu acho que eles conhecem o espaço de cada serviço, institucional, mas a rede não, Pra eles é muito abstrato”*. (sic) Diferente do que é para ela: *“Não, pra mim não (é abstrato). Porque agente participa dele, então não fica, mas pra população fica complicado entender.”* (sic)

Quando pensa na RAVIS, não visualiza apenas o espaço das reuniões mensais da rede, mas a vê distribuída pelo município, pelos serviços ou pelos profissionais que compõem a rede.

Eu penso em profissionais comprometidos, serviços, tem serviços que estão representados por pessoas, troca a pessoa e o serviço continua. Outros não, outros eu sinto que é um trabalho de empenho daquele profissional, o próprio coordenador do nosso trabalho se ele não for nosso sucessor ou substituto. Eu penso que tem que formar pessoas para dar continuidade. Eu não penso só na reunião, eu acho que fica tranquilo entrar em contato com qualquer pessoa que participa e dar continuidade, agente sabe quem é que está lá, eu vejo os profissionais em determinados serviços e eu posso entrar em conato com essas pessoas, então já estão envolvidas, sensibilizadas. Mas eu não sei se eu conto com a equipe do serviço ou se é só com a pessoa.

Elisandra fala ainda os esvaziamento de algumas reuniões e avalia positivamente as “idas e vindas” de alguns serviços/profissionais nas reuniões da rede e que por ser uma rede, tem mesmo que ser flutuante. Afirma a importância

da capacitação dos profissionais , como por exemplo a que ocorre no PAVAS⁵ e que não tem condições de avaliar (pelo pouco tempo de participação) a questão da horizontalidade ou da verticalidade nas relações entre os participantes da rede.

Para finalizar destacamos a fala da profissional sobre as mudanças no trabalho a partir da regulamentação da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que mostra alguns avanços, mas aponta a mudança de postura, atitude, na forma de ver o outro e o mundo não muda apenas com a regulamentação legal das ações, embora dela possa emergir.

Tiveram alguns avanços, ela tipifica a violência, os tipos de violência, e violência sexual passou a ser crime, violência psicológica, embora ela tenha agora com a aplicação da lei você consegue ver as dificuldades, a violência psicológica é difícil de ser medida pra poder ser definida como violência psicológica, mas ela é tão divulgada que muitas mulheres falam: “ Ah, antes ele me agredia, agora eu acho que ele tá com medo por causa da lei, com medo de ser preso e não me bate mais”, mas xinga o tempo todo, humilha, não dá o dinheiro.

Eu acredito que está tendo um resultado sim. Agora o conflito dentro da casa este é o difícil, porque qual a diferença entre violência que é um crime e o conflito que é de duas pessoas esgotadas convivendo e esgotadas por múltiplos problemas, uma relação que também já dançou. Que às vezes o que elas colocam aqui eu não consigo ver como um crime que o marido tivesse que responder pelo que ele tá fazendo. A relação é muito violenta.

Como observamos, as profissionais fazem observações diversas sobre a organização da rede, os aspectos positivos e os que precisam ser melhorados, algumas comuns à todas as falas e outras bem divergentes.

As questões que mais apareceram nas falas tratam da necessidade de capacitação/ formação profissional para lidar com as situações de violência sexual e do papel exercido pela rede nesse sentido; da importância e urgência da ampliação da participação de outros profissionais, serviços e secretarias de governo na RAVIS; da sistematização do trabalho; e da necessidade de ampliar a divulgação da RAVIS entre os profissionais das diversas áreas e a população de Diadema.

⁵ Programa de Atenção à Violência Sexual vinculado à escola de Saúde Pública da USP que oferece anualmente um curso de capacitação no atendimento das situações de violência sexual e que o Município de Diadema financia a participação de alguns profissionais.

A presença da rede no cotidiano profissional; o medo que alguns profissionais tem de denunciar / notificar e se envolver profissionalmente com os casos também foram evidenciados, e representam grandes desafios da rede.

Outro grande desafio da rede é discutir, refletir e instrumentalizar os/as profissionais para lidar com a violência sexual sem cair na armadilha da banalização dos casos e/ou exposição das pessoas. Embora essa questão tenha aparecido apenas no relato de Ana, um olhar amplo, respeitoso e ético sobre a especificidade e a genericidade dos casos são fundamentais para esse trabalho.

A disputa de poder, e culpabilização de outros serviços colocam em risco a estrutura do trabalho da rede que tem uma proposta de co-responsabilidade e divisão de poderes, saberes e fazeres, embora também esteja presente só no relato de Ana.

Apesar disso e da dificuldade observada por algumas profissionais no sentido da auto responsabilização pela rede e de trabalhar sem uma pessoa ou um grupo para ditar as regras; as profissionais não visualizam a rede como um estrutura de relações verticais (de mando e obediência).

Dentre as divergências encontradas nas falas das profissionais a mais importante está relacionada a informalidade, rotatividade de pessoas nas reuniões da rede que expressam a dificuldade de entendimento da proposta do trabalho em rede.

De maneira geral percebemos que a RAVIS tem necessidade e capacidade para qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido, com destaque para ações de prevenção, divulgação da rede junto a comunidade e aproveitamento do espaço para capacitação profissional e tem exercido grande influência na ação profissional das/os Assistentes Sociais e auxiliado de maneira significativa esse trabalho, que é cercado de entraves que vão do campo político econômico ao pessoal, passando por questões culturais, institucionais e éticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os pescadores sabem que o mar é perigoso e a tormenta terrível,
mas este conhecimento
não os impede de lançar-se ao mar.”*

Van Gogh

Diversos foram os desafios que tivemos de enfrentar na construção deste trabalho; desafios pessoais e profissionais que foram superados pela alegria em ver cada página, cada capítulo tomar forma. Assim sua conclusão está sendo vivenciada como uma grande vitória e a certeza de que fizemos as escolhas certas.

Trabalhar com a violência sexual, em si já é um grande desafio, pois exige intenso e contínuo preparo técnico / profissional para lidar com as nuances e especificidades de cada caso, sem desconectá-los de sua raiz comum.

Como vimos, todos e todas, homens, mulheres, independente de sua idade, raça/etnia, posição econômica, país, cultura, opção sexual, inserção político-social, entre outras características, podem estar envolvidos/as em situações de violência sexual, quer no papel de “agressor/a” ou de “vítima”.

A desigualdade existente nas relações de gênero e a exacerbação/assimetria de poder nas mesmas, parece-nos ser o ingrediente comum nessas situações.

Essa e outras questões, que nos primeiros capítulos desta dissertação mostraram nossas reflexões teóricas sobre a temática, foram retomadas nas falas das profissionais entrevistadas e confirmadas a partir de suas experiências cotidianas, destas é relevante destacarmos que:

- ⇒ As mulheres continuam sendo as principais vítimas diretas desse tipo de violência, embora o número de casos onde os homens (especialmente na infância e adolescência) são as vítimas diretas sejam crescentes.
- ⇒ As pessoas conhecidas, com destaque para pais, padrastos e ex-companheiros aparecem como os principais agressores e o espaço

doméstico ainda é o lugar “privilegiado” para a ocorrência desse tipo de violência.

- ⇒ A denuncia de situações de violência sexual ainda encontra diversas barreiras pessoais, familiares, morais, institucionais para ser efetivada, apesar do avanço das leis relacionadas à proteção e responsabilização dos envolvidos.
- ⇒ A violência sexual, especialmente a vivenciada nas relações conjugais, muitas vezes é aceita e respaldada pela sociedade como um todo.
- ⇒ O atendimento dos/as agressores/as diretos ainda não é uma prática comum nos serviços e quando não há punição legal, nada é feito em relação a eles/as.
- ⇒ A lentidão da justiça e a dificuldade de cumprimento das leis são grandes entraves para o andamento dos casos.
- ⇒ A complexidade das situações de violência sexual mostram que profissionais ou instituições, conseguem pouco ou nenhum sucesso, quando atuam de maneira isolada.

Retomando a pergunta norteadora de nossa pesquisa ligada à influência do trabalho em rede no cotidiano profissional das/os Assistentes Sociais, podemos afirmar que a RAVIS tem auxiliado significativamente o trabalho deste e de outros profissionais e tem se mostrado como estratégia bastante eficiente no enfrentamento dessa expressão da violência.

Nossas reflexões teóricas, experiência profissional na área e os relatos das Assistentes Sociais entrevistadas mostram que o trabalho conjunto de diversos profissionais e diferentes áreas tem dado as respostas mais efetivas no trato da violência sexual; em outras palavras, a interdisciplinaridade e intersetorialidade são fundamentais para o enfrentamento das nuances desta violência multicausal e multifacetada.

A pesquisa também veio reforçar a importância do trabalho das/os Assistentes Sociais no campo da violência sexual. Como vimos em pelo menos, 90% dos casos atendidos pela rede este profissional esteve / está envolvido,

independente da área de atuação a/o Assistente Social tem exercido um papel bastante importante nesses atendimentos.

Muitas vezes o/a Assistente Social é o/a primeiro/a profissional a atender as pessoas envolvidas nos casos. Além de participar das reuniões, discutir os casos este profissional tem sido responsável pelo acompanhamento de vítimas diretas e indiretas desta violência, por coletar informações sobre os atores e o histórico do abuso; avaliar os riscos de novas agressões, orientar e dar os encaminhamentos médicos, psicológicos, de proteção e responsabilização dos envolvidos.

Em parceria ou individualmente o Assistente Social exerce grande influência no direcionamento dos casos, pois sua formação técnica permite/facilita a visualização do mesmo de forma ampla, atenta às nuances de cada caso e do contexto familiar, moral, comunitário e social que o envolve; incluindo questões sobre o cotidiano das famílias, as angustias e as cumplicidades geradas pelas situações ou pela publicização das mesmas, além de observações sobre outras possíveis “vítimas”, a notificação dos casos aos órgãos competentes, a identificação da rede familiar e comunitária de apoio e proteção das vítimas, entre outras.

Trabalho que é muito desgastante para todos/as os profissionais que precisam entrar em contato e atender agressores diretos e indiretos; conviver com as dificuldades para a responsabilização dos autores dos crimes vinculadas à lentidão da justiça; enfrentar a banalização/naturalização das situações por familiares, pela própria vítima, por colegas de trabalho, entre outros; e principalmente acompanhar o sofrimento e a revitimização (relacional, social, institucional) das pessoas que são violentadas sexualmente; etc.

Embora tenhamos uma intervenção bastante ampla na rede, o isolamento profissional e a ausência de profissionais de outras áreas aparecerem de forma bastante destacada nas entrevistas. Os sentimentos de impotência; o desconhecimento da rede por profissionais do município e pela população em geral; a ausência de profissionais para atender a demanda; a pouca capacitação profissional na área; a necessidade de mais clareza sobre o papel profissional; e a

fragilidade do amparo ético-político dos/as profissionais, nos parece ser os grandes entraves dos atendimentos.

Especificadamente sobre o trabalho em rede, aparecem como principais dificuldades: a falta de sistematização dos casos, a falta de objetividade nas reuniões, a dificuldade de atuar sem um coordenador e se co-responsabilizar pelo trabalho da rede, a culpabilização do outro pelos fracassos, o pouco aproveitamento das reuniões para a formação profissional, a ausência de trabalhos preventivos e a inserção da instituição, do serviço como um todo na rede e não de um profissional que a represente.

É importante chamarmos a atenção ainda para a influência (comumente negativa) da mídia nesses casos e para a urgência da inclusão dos/as agressores/as nas ações e atendimentos da rede, bem como da discussão e inserção desta no campo da violência sexual comercial (prostituição e exploração sexual) presente no Município.

Enfim, esperamos termos conseguido ampliar e qualificar o debate sobre a violência sexual e o papel profissional das/os Assistentes Sociais neste campo e que este trabalho mobilize, incentive outros profissionais e pesquisadores a continuar esse caminho de denúncia, enfrentamento, reflexão, crítica, combate a essa grave violação dos direitos humanos, em outras palavras, “a lançarem-se ao mar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Violência, Estado e Sociedade: notas sobre desafios à cidadania e à consolidação democrática no Brasil. **Cadernos CERU**, São Paulo, n.º 6, p. 37-51, 1995.

ALMEIDA, S.S. (Org) **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.

AMARAL, V. **Desafios do trabalho em rede**. Setembro de 2008 Disponível em: <http://www.repea.org.br/index.php/conceitual/redes> Acesso em : 03 out.2009

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual: mitos e realidade**. Petrópolis, Autores & Agentes Associados: 1997.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

BAIERL, L. F. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo; Cortez: 2004

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROCO, M. L. S. **Ética: Fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008

BOURGUIGNON, J. A. **Concepção de Rede Intersetorial**. Setembro: 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm> Acesso em 03 out. 2009

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940** (Código Penal Brasileiro) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em 03 out. 2009.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social – Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 3ª ed. Brasília: CFESS, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Organizada por Alexandre de Moraes. São Paulo: Editora Atlas S. A. 24ª edição, 2005.

BRASIL. **Lei N.º 12015 de 07 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em 03 out. 2009

BRASIL. **Lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=115501> Acesso em 03 out. 2009

BRASIL. **LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm Acesso em 03 out. 2009

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir,

Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 03 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em 03 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 8.072, de 25 de Julho de 1990.** Dispõe sobre os crimes ediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072.htm Acesso em 03 out. 2009.

BRASIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm Acesso em 03 out. 2009

CAMPOS, L. **A crise completa.** Brasília, 1997. Capacitação em serviço social e política social : modulo 2 : reprodução social, trabalho e serviço social / CFESS, ABEPSS, UNB. Brasília, DF : CEAD - UNB, 1999. p. 88-99.

CARVALHO, M.C.B. **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC, 1995.

CARVALHO, M.C.B. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos.** Revista de Información del Tercer Sector. Abril, 2003. Disponível em: http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/a_ao_em_rede_na_implementao.pdf Acesso em 03 out. 2009

CARREIRA, D. e PANDJIARJIAN, V. **Vem pra roda! vem pra rede!**: Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a São Paulo; Rede Mulher de Educação, 2003.

CHAUÍ, M. **Brasil** – mito fundador e sociedade autoritária. Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo, 6ª reimpressão, 2006.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Ética, Política e Violência**. In : CAMACHO, Thimóteo (org.). Ensaio sobre a violência no Espírito Santo. Banco de dados, violência no meio escolar, violência de gênero. Vitória, 2001

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre Mulher**. In: _____ et al. Perspectivas Antropológicas da Mulher. n.º 04. Rio de Janeiro: Zahar, p.23-62, 1985. (Coleção Perspectivas Antropológicas da Mulher).

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais no Brasil**. RJ: Civilização Brasileira, 1982.

Cidade se transforma em Laboratório da Violência. **Folha de São Paulo**, 06/03/2005.

DABAS, E. N. **Red de redes**: las practicas de la intervención en redes sociales. México, Paidós: 1993

DADOUN, R. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998 (Coleção enfoques. Filosofia)

DIADEMA. **Lei Municipal nº 2.107, de 13 de março de 2002**. Estabelece normas especiais para funcionamento de bares e similares. Disponível em:

http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=210702 Acesso em 03 out. 2009

DREZETT, J. **Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas.**.. Tese (Doutorado) – Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil. São Paulo, 2000

FERREIRA, J. D. **Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas.** Tese (Doutorado) - Pós-Graduação do Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil.-- São Paulo, 2000.

FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n. 70, ano XXIII, jul. 2002.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOMES, L.F.C.R. e MINAYO, M.C.S. **Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher:** estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, n.º 22. Rio de Janeiro, jan, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** In: Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em:

http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf Acesso em 03 out. 2009

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O trabalho do Assistente Social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** In: Capacitação em serviço social e política social : modulo 1 : Crise contemporânea, questão Social e Serviço Social / CFESS, ABEPSS, UNB. Brasília, DF : CEAD - UNB, 1999. p. 112-128.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2ª edição São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 13. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru] CELATS: 2000

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO(IEE/PUC SP). **Relatório Final** - Apontamentos e indicações para fortalecimento e melhoria da estrutura e da política de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Diadema. São Paulo: 2008

INSTITUTO SOU DA PAZ. **II Plano Municipal de Segurança Pública de Diadema.** Diadema : 2005.

IPAS Brasil. **Porque atender em redes**: Papel das redes sociais primárias, secundárias e intermediárias frente a violência contra a mulher., Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/rhamas/porque.html> Acesso em 03 out. 2009.

JUNGMAN, M. **Brasil Ainda registra poucos dados sobre violência sexual contra crianças**. Agencia Brasil, SP: 2009. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/05/18/materia.2009-05-18.3363807893/view>, Acesso em 27 out. 2009.

KUPSTAS, M. **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

KURIKI, F. et al. **Conceituação de Redes Sociais: um olhar teórico sobre duas experiências práticas**. RiSolidária, 2004: http://www.risolidaria.org.br/util/view_texto.jsp?txt_id=200409290015

LESBAUPIN, I. (org.) **O desmonte da Nação**: balanço do governo FHC. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, S.L., VIEIRA, M. S. e DIAS, M. A .B.. **A Atenção à mulheres vítimas de violência sexual no Rio de Janeiro**. In: ALMEIDA, S.S. (Org) Violência de Gênero e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.

LISBOA, T. K.; PINHEIRO, E.A. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **KATÁLYSIS**, Florianópolis SC v. 8, n. 2, jul/dez. 2005 pg. 199-210.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M^o E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. SP: EPU, 1986.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996

MANCE, E. A. Quatro teses sobre o Neoliberalismo. **Revista Filosofazer**. Passo Fundo, Ano 6, n.11, 1997, p.83-103.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo, Cortez, 1991.

MELLO, D. Violência no mundo de hoje. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 70, ano XXIII, jul. 2002.

MENESES, M. P. R. e SARRIERA J. C. **Redes sociais na investigação psicossocial**. Revista Aletheia , n.21, Canoas: jan./jun. 2005, p. 53-67.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, M.C.S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Vol.10 suppl.1 Rio de Janeiro:1994

MINISTÈRIO DA SAÚDE. **Norma Técnica** - prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Brasília: 2005
Ministro da Justiça condena ação de PMs. Folha on-line AJB 31/03/97. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ge31035.htm> Acesso em 03 out. 2009

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.55, v. 17, p.114-129, nov. 1997.

NETO, J. Um olhar sobre raízes da violência no Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 176, 1998.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. S.Paulo, Cortez, 2001.

NETTO, J. P..O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n. 84, ano XXVI, nov.2005. (pág. 05-20).

NETTO. J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social frente a crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, 1999.

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, I.I.M.C. e PAVEZ, G. A. Vidas nuas, mortes banais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n. 70, ano XXIII, jul. 2002.

PAVEZ, G. A. e OLIVEIRA, I.I.M.C. Vidas nuas, mortes banais. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.70, ano XXIII, pg.80-91, 2002

PIRES, C. **A violência no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

PROST, A.; VICENT, G. (Orgs.) ARIÈS, P.; DUBY, G. (Coords.) **História da Vida Privada 5: da Primeira Guerra aos nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SAFFIOTI, H.. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: 2004

SAFFIOTTI, H.B.I. e ALMEIDA S.S. Violência de Gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro. Revinter, 1995

SANICOLA, L. **O TRABALHO COM REDES SOCIAIS**. Universidade de Parma. Abril 2007. Disponível em: http://www.seminarioregionalabmp.com.br/palestras_sul/pp21.ppt Acesso Em 03 out. 2009

SANTA ANA, J. A razão do sistema: o princípio de exclusão. **Tempo e Presença**, nº 268, a. 15, 1993.

SCHAIBER, L.B. [et al.] **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo, Editora UNESP, 2005

SCHWARCZ, L.M., (Org.); NOVAIS, F. A.(Coord.) **História da Vida Privada no Brasil, 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA. Cartilha Casa Beth Lobo – Centro de Referência à Mulher em Situação de violência doméstica. Diadema: 2008

SILVA, J.F.S. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.89, ano XXVIII, pg.130-154, 2007.

SILVA, J.F.S. **Violência e Serviço Social**: notas críticas. Revistas Katal. Florianópolis, v. 11, n. 2 pg. 265-273, jul./dez. 2008

SILVA, J.F.S. Violência, Serviço Social e formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.79, ano XXV, pg.133-147, Edição Especial, 2004

SILVA, J.F.S. Serviço Social e violência estrutural: notas introdutórias. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 15, nº 1, p159-173, 2006.

SIQUEIRA, A. C. **Manifestações da violência na Instituição Familiar**. Franca, 1993. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de História Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

SOARES, A. C. N. **Mulheres chefes de família**: narrativa e percurso ideológico. 2001. 293f. Tese (Doutorado em Ciências, Área: Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

SOUZA, C. M. e ADESSE, L. (Orgs.) **Violência sexual no Brasil**: perspectivas e desafios. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOUZA, Vera Lúcia Nascimento de. **A violência contra a mulher e a proteção social**: estudo sobre as ações da Prefeitura Municipal de Belém destinadas as mulheres. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém. Disponível em: www2.ufpa.br/ppgss/Teses_e_Dissertacoes/Dissertacoes/Ano_2006/Vera_Nascimento.pdf. Acesso em 25 set. 2007.

SPOSATI, A. (coord.) **Topografia Social de Diadema**. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Diadema. Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais
Da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F.J.S. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1996, p.195-252.

TELLES, M. A. A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Editora brasiliense, 2007.

TELLES, V, **Direitos Sociais**: afinal de que se trata. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

TELES, M. A. A. e MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LERNER, T. **Histórico da RAVIS - Rede de Atenção à violência sexual de Diadema**. Conferencia proferida em aula da Disciplina – Seminário de Dissertação, no Programa Estudos Pós Graduados em Serviço Social da PUC SP. 18 jun. 2008.

VIENA, Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. **Declaração e Programa de Ação de Viena**; 1993. Disponível em: http://www.cedin.com.br/site/pdf/legislacao/tratados/declaracao_e_programa_de_acao_de_viena.pdf. Acesso em: 03 out. 2009.

YASBEK, M. C. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. In: Capacitação em serviço social e política social : modulo 2 : reprodução social, trabalho e serviço social / CFESS, ABEPSS, UNB. Brasília, DF : CEAD - UNB, 1999

YASBEK, M. C. **O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira**. Legislação Brasileira para o Serviço Social. São Paulo: CRESS, 2004

YASBEK, M. C. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: Capacitação em serviço social e política social : modulo 4 : o trabalho do assistente social e as políticas sociais / CFESS, ABEPSS, UNB. Brasília, 2000.

YASBEK, M. C., MARTINELLI, M. C., RAICHELIS, R. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n. 95, ano XXIX, 2008. (pág. 05-32).

YAMASHITA, L. **Lei de Fechamento de Bares completa sete anos com redução de homicídios**. São Paulo: 2009. Disponível em http://www.diadema.sp.gov.br/apache2-default/index.php?option=com_content&view=article&catid=250%3Areleases&id=5411%3Alei-de-fechamento-de-bares-completa-sete-anos-com-reducao-de-homicidios&Itemid=98 Acesso em 27 out. 2009.

WHITAKER, F. Rede: uma estrutura alternativa de organização Revista: **Mutações Sociais**. CEDAC, Ano 2, nº 3, Rio de Janeiro: março/abril/maio de 1993.

ANEXOS

**1 - FICHA DE NOTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL DE
DIADEMA – RAVIS (2008)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA
SECRETARIA DA SAÚDE
PROGRAMA MUNICIPAL DST/Aids
FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Data do 1º atendimento: ____ / ____ / ____

Local do 1º atendimento: _____ Matricula: _____

Nome: _____ Sexo: ____ Idade: ____

Nome do Acompanhante: _____ Parentesco/Afiliação: _____

Nome do Responsável: _____ Parentesco/Afiliação: _____

Endereço:

Rua: _____ Nº _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____ Telefone: _____

Ponto de referência: _____

UBS que utiliza ou a mais próxima da residência: _____

Histórico Resumido:

Data da Ocorrência: ____ / ____ / ____

Episódio: () Único () Múltiplo – Há quanto tempo? _____

Tipo de Violência:

() Penetração vaginal

() Penetração anal

() Penetração oral

() Manipulação dos genitais da criança

() Carícias

() Contato genital sem penetração

() Penetração com objetos

() Revelação tardia de história de violência sexual

() Violência Psicológica – Especificar: _____

() Ameaças – Especificar: _____

() Violência Física – Especificar: _____

() Outros – Especificar: _____

() Exibicionismo

() Voyeurismo

() Exposição à pornografia

() Beijos

() Masturbação do adulto

() Exploração Sexual/Prostituição

Agressor: () Desconhecido () Conhecido – Grau de parentesco/afiliação: _____

() Único () Múltiplos Agressores Idade Presumida: _____

Procedimentos realizados:

1- Profilaxia DSTs () Sim () Não () Sem indicação

2- Profilaxia Gestação () Sim () Não () Sem indicação

3- Profilaxia HIV () Sim () Não () Sem indicação

4- Profilaxia Hepatite B () Sim () Não () Sem indicação

5- Sorologias () Sim () Não () Sem indicação

6- Orientação Legal () Sim () Não () Sem indicação

7- Provas Forenses () Sim () Não () Sem indicação

8- Cirurgias – Especificar: _____

9- Outros – Especificar: _____

Encaminhamentos:

() CRT (notificação) () CRT (tratamento) () UBS – Qual? _____

() HPD () Conselho Tutelar – Qual? _____

() Delegacia () Outros – Especificar: _____

O caso encontra-se em seguimento no serviço de origem? () Sim () Não

Preencher em duas vias: 1ª via - CRT 2ª via - Conselho Tutelar

2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: *A influência da Rede de Atenção à Violência Sexual (RAVIS) de Diadema no cotidiano de trabalho do Assistente Social*; sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

Esta pesquisa é parte das exigências do curso de Mestrado em Serviço Social que a pesquisadora (Andreia Conceição Siqueira) está realizando junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof.^a Dra Maria Lúcia Silva Barroco e tem como objetivo geral analisar as repercussões da RAVIS no cotidiano profissional do Assistente Social junto às pessoas envolvidas em situações de violência sexual.

Sua participação consistirá em responder à uma entrevista (gravada), onde serão abordadas questões de cunho profissional sobre a temática da pesquisa.

Ressaltamos, que todas as informações obtidas serão utilizadas de maneira a garantir o sigilo dos sujeitos envolvidos, observadas as questões éticas que envolvem a problemática estudada e que os resultados da mesma serão apresentados aos demais membros da RAVIS, após sua conclusão.

Eu _____ Assistente Social com registro profissional no CRESS - ____ n.º _____ declaro que estou ciente das informações contidas nesse documento e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro ainda que recebi uma cópia deste documento e que me foi garantido o direito de retirar este consentimento a qualquer momento da pesquisa e a esclarecer quaisquer dúvidas que surgirem no seu processo de desenvolvimento.

Diadema, 16 de junho de 2009.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Dados da pesquisadora:

Nome: Andreia Conceição Siqueira

Assistente Social – CRESS SP n.º 33.948.

Endereço Eletrônico: ddeia_siqueira@yahoo.com.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)